



*Recôncavos* é uma publicação anual do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Sediado na cidade histórica de Cachoeira, o CAHL abriga os cursos de Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, História, Jornalismo, Museologia e Serviço Social. Neste número, a revista aborda temas nas áreas de comunicação e cultura contemporâneas, jornalismo de moda, cinema e literatura.

## DOSSIÊ 1968

O emblemático Maio de 1968 é o tema do "Dossiê" deste segundo número de *Recôncavos*. Em quatro artigos e uma resenha, os autores enfocam criticamente – nos campos da história, das ideologias, da moda e da cultura – a herança daquele período, talvez o mais polêmico e controvertido da história contemporânea.



Dossiê



Artigos



Ensaio



Resenha

# CORPO EDITORIAL

Reitor: Paulo Gabriel Nacif  
Vice-reitor: Silvio Soglia  
Diretor do CAHL: Xavier Vatin

Editores:

Prof. Me. Carlos Ribeiro  
Prof. Dr. Fábio Joly  
Prof. Me. Luiz Fernando Saraiva

Comissão Editorial:

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Cristina Audebert (UFRB)  
Prof<sup>a</sup> Me. Angelita Bogado (UFRB)  
Prof. Me. Carlos Ribeiro (UFRB)  
Prof. Dr. Fábio Joly (UFRB)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Georgina Gonçalves dos Santos (UFRB)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lucileide Costa Cardoso (UFRB)  
Prof. Dr. Luydy Abraham (UFRB)  
Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva (UFRB)  
Prof. Dr. Paulo Miguez (UFRB)  
Prof. Dr. Ricardo Orlando (UFRB)  
Prof<sup>a</sup> Me. Rita de Cássia Doria (UFRB)  
Prof. Me. Wilson Rogério Penteado (UFRB)

Conselho Científico:

Prof. Dr. Amílcar Baiardi (UFRB)  
Prof. Dr. Fábio Faversani (UFOP)  
Prof. Dr. João Reis (UFBA)  
Prof. Dr. Luiz Alberto Ribeiro Freire (UFBA)  
Prof. Dr. Mário Chagas (UNI-RIO e IPHAN)  
Prof. Dr. Othon Jambeiro (UFBA)  
Prof. Dr. Pedro da Silva Castro (UFF)  
Prof. Dr. Rafael de Bivar Marquese (USP)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ruthy Nadia Laniado (UFBA)  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tereza Scheiner (UNI-RIO)

Equipe técnica:

Carlos Ribeiro | Coordenação editorial  
Fábio Duarte Joly e Elsa Filgueiras (Estagiária) | Revisão e normas bibliográficas  
Luiz Fernando Saraiva | Diagramação  
Ney Sá / Arnaldo Maciel | Diagramação / layout  
Adenor Gondim | Fotos <http://www.apenasbahia.blogger.com.br>

# EDITORIAL

A revista *Recôncavos*, do Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL-UFRB), chega a seu segundo número no momento das comemorações dos quarenta anos do emblemático Maio de 68. Ao longo deste ano, presenciou-se uma série de publicações e eventos com o intuito de (re)avaliar esse episódio, em suas implicações culturais, políticas e sociais. As ponderações acerca do alcance desse movimento, em que pesem suas diferentes conclusões, enfatizaram as diversas formas de contestação que pontuaram o ano de 1968, salientando, ao menos, um ponto comum: a necessidade de crítica às estruturas vigentes nos mais diversos aspectos da vida social, como poder, sexo, trabalho e educação. Daí a importância e atualidade de sua rememoração criteriosa em 2008.

Esses ventos chegaram aos professores e alunos dos diversos Centros da UFRB, que participaram ativamente de eventos que discutiram os impactos do movimento de 68 no mundo e, em especial, no Brasil e na Bahia, em palestras, mesas-redondas e exibição de filmes. Dentre esses eventos, destacou-se o Projeto Maio 68+40, que reuniu várias instituições do estado da Bahia (Secretaria de Cultura do Estado, UFBA, UFRB, Fundação Pedro Calmon, ICBA, Aliança Francesa, Apub e CUCA/Une).

O dossiê aqui apresentado ao público reúne contribuições de pesquisadores que se debruçaram sobre esse marco histórico para tecer reflexões sobre temas como moda e cultura, identidade nacional, imaginário cultural e as relações entre poder e conhecimento.

Além disso, mantendo a proposta da revista, de se abrir para uma perspectiva multidisciplinar, conferindo espaço a temáticas variadas sobre a contemporaneidade, também constam neste número artigos sobre políticas públicas no Brasil, a confecção da notícia no jornalismo impresso e comunidades virtuais da Internet, além de ensaio sobre homossexualismo e militância.

**A Comissão Editorial**

# SUMÁRIO

## ARTIGOS DO DOSSIÊ 1968

Ecos de 1968: 40 anos depois .....	05
<i>Lucileide Costa Cardoso</i>	
Maio de 68: novas subjetividades, micropolíticas e relações de poder .....	13
<i>Leonel Azevedo de Aguiar</i>	
Panamérica: uma cartografia do processo de globalização nos anos de 1960 .....	27
<i>Evelina de Carvalho Sá Hoisel</i>	
A moda nos anos 60/70 (Comportamento, aparência e estilo) .....	35
<i>Renata Pitombo Cidreira</i>	

## RESENHA

VENTURA, Zuenir. 1968: o que fizemos de nós. São Paulo: Planeta do Brasil Ltda, 2008, 224 p. .	45
<i>Carlos Jesus Ribeiro</i>	

## ARTIGOS

Relações de gênero e acesso às políticas de previdência social rural em uma comunidade remanescente de quilombos: o caso da comunidade agreste em São João da Ponte, Minas Gerais..	49
<i>Amanda Lacerda Jorge e Clóvis Roberto Zimmermann</i>	
O discurso da identidade nacional nas representações culturais brasileiras .....	65
<i>Daniela Pfeiffer Fernandes</i>	
A evolução do sentido da notícia: um estudo sobre o percurso discursivo das matérias significantes do jornalismo impresso .....	75
<i>Fernanda Ariane Silva Carrera</i>	
Marcadores identitários de fãs de um jogador de futebol na internet: David Beckham no Orkut.....	93
<i>João Osvaldo Schiavon Matta</i>	

## ENSAIO

O homossexualismo e a militância revolucionária .....	107
<i>Amílcar Baiardi</i>	

# ECOS DE 1968: 40 ANOS DEPOIS

Lucileide Costa Cardoso\*

**Resumo:** O artigo discute algumas interpretações presentes no debate contemporâneo sobre os quarenta anos do movimento de Maio de 68, procurando problematizá-lo no contexto de luta pela apropriação de uma determinada memória social. As interpretações variam conforme a posição política assumida pelos agentes no presente: de um lado temos escritos que visa anular o legado de 68, enquadrando-o na lógica atual do mercado. Do outro, relatos que cultivam uma visão positiva daqueles anos sem a necessária contextualização. Em termos teóricos ou nas práticas sociais, as heranças de 68 continuam a gerar polêmicas e paixões.

**Palavras-Chave:** Maio 68, 40 anos, memória, história.

**Abstract:** The article discusses some interpretations present in the contemporary debate about the forty years of May 68 movement, seeking to analyze it in the context of struggle for ownership of a particular social memory. Interpretations vary according to the political position taken by agents at the present moment: on the one hand, we have the writings that seek to undo the legacy of 68, drawing it up in the current logic of the market. On the other hand, there are reports that cultivate a positive view of those years without the necessary background. In theoretical terms or in social practices, the legacy of 68 continues to generate controversy and passions.

**Keywords:** May 68, 40 years, Memory, History.

---

\* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP/SP) e Professora Adjunta de História Contemporânea da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - Centro de Artes, Humanidades e Letras. E-mail: lucileidecardoso@terra.com.br.

No livro recente do jornalista Zuenir Ventura – *1968: O que fizemos de nós* – o autor defende que nenhum outro ano na história do século XX foi tão lembrado, discutido e utilizado como referência, seja por questão de afinidade ou por negação dos novos valores e utopias sonhadas por aquela geração. Diz ele: “Ao se comportar como se fosse um ser animado suspeita-se que 1968 não foi um ano, mas um personagem – inesquecível e que teima em não sair de cena”<sup>1</sup>.

Tal definição cultiva o legado de 68 de forma mitológica englobando uma bela narrativa baseada na vida de determinados personagens, através do jogo da festa, do deboche, do pitoresco, do engraçado e do inédito. Bem intencionado, em busca de uma identidade perdida no tempo, Ventura indaga-se sobre o presente – o que fizemos de nós? – mas seu olhar sobre o passado não é contextualizado. Não é o seu propósito discutir os processos históricos no final da década de 1950 e início dos anos de 1960 que transformaram 1968 no ano síntese de contradições e mudanças radicais na história mundial. A consequência desse tipo de relato é que ao preservar uma memória social que dispõe de diversos mecanismos de manipulação e esquecimentos acaba por ter uma compreensão da ditadura militar brasileira e daqueles anos de rebeldia juvenil nuançadas pelo descompromisso ou pelo gosto simplesmente da aventura, da ousadia e irreverência tão apropriadas para uma análise centrada apenas em uma cultura da jovialidade que teve início naquele momento. Também no seu primeiro livro – *1968: O Ano que não Terminou* (1988) verifica-se que, em termos de preservação da memória, o autor sustenta uma idéia bastante forte de que a militância dos anos de 1960, especialmente em 1968, não passou de uma aventura estudantil adolescente, mesmo porque prevalece ainda em alguns setores sociais a imagem dos jovens como românticos, ingênuos e impetuosos<sup>2</sup>.

O “espírito 68” eternizado em inúmeras lembranças que, por se caracterizarem por serem mais afetivas do que analíticas, estão sujeitas às armadilhas da memória. As histórias de vida servem para balizar as experiências, embora o pano de fundo da narrativa seja a lembrança de acontecimentos passados; o presente lhes imprime uma marca singular de acordo com as correlações de forças no poder e a localização desses sujeitos em novos grupos sociais. A existência de surtos memorialísticos em quatro décadas de celebrações, críticas e autocríticas contribuem por trazer à tona uma batalha de memórias que deve ser rastreada aqui pelo menos em suas linhas gerais<sup>3</sup>. As memórias celebrativas de 68 e, por vezes, mistificadoras, exercem um importante papel de combate com outros escritos que agem por contraste, descaracterizando o potencial revolucionário daqueles jovens e colocando-se como leituras de direita. Os quarenta anos de Maio de 68 sobrevivem a visões apologéticas e ao processo revisionista que condena 68 como o responsável distante pelos desregramentos do mundo atual<sup>4</sup>.

Exemplo recente foi a declaração infeliz do Presidente da França, Nicolas Sarkozy, afirmando que, com sua eleição, havia chegado a hora de enterrar definitivamente a herança de 1968:

Maio de 1968 impôs a nós todos um relativismo intelectual e moral. Os herdeiros de maio de 68 fizeram prevalecer a idéia de que não havia mais diferenças entre o bem e o mal, a verdade e a feiúra. A herança de maio de 1968 introduziu o cinismo na sociedade e na política.

Tais argumentos conservadores em plena campanha eleitoral de 2007 imputam ao movimento a culpa pelos males atuais do capitalismo financeiro: a especulação, as práticas imorais nos negócios e o culto ao dinheiro. Este padrão de busca desenfreada de lucros em curto prazo inaugurado por um capitalismo sem escrúpulos seria consequência de 68 ao deixar o legado do individualismo e da impessoalidade. Ainda, segundo o Presidente francês, alguns dos seus intelectuais e líderes são hoje na França liberais, homens oficiais da República (Daniel Cohn Bendit, Serge July e Bernard Kouchner)<sup>5</sup>. No pensamento de Sarkozy, Maio de 68 passa a ser reinventado como mito fundador da trajetória da conversão entusiasta de ex-esquerdistas aos valores de mercado. Disfarçado de revolução cultural ou espiritual, o Maio perde sua força política relegando ao esquecimento a luta dos trabalhadores, e apaga-se a memória que, em 1968, ocorreu a greve mais importante do movimento operário francês.

No caso do Brasil, o jornalista Elio Gaspari, conhecedor da história da ditadura militar brasileira, publicou um artigo no jornal *Folha de São Paulo* em 23 de março de 2008, intitulado “Em 2008, remunera-se o terrorista de 1968”, ironizando o pagamento de indenizações recebido por familiares de militantes atingidos pelos órgãos de repressão da polícia política da ditadura. O jornalista coloca numa mesma perspectiva as revoluções de 1848, 1917 e 1968 como se todas elas tivessem sido derrotadas em 1989: “1989 que permitiu aos revolucionários de 1968 a acomodação de suas idéias e biografias ao século 21”<sup>6</sup>.

Deste modo, Gaspari delega aos intelectuais e demais herdeiros de 68 a reintegração à ordem estabelecida como se ela fosse inevitável. Não é possível concordar com esta linha de reflexão, mesmo considerando marcos importantes os anos de 1989, queda do Muro de Berlim e 1991, dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no desmonte da Guerra Fria. Não podemos deixar de frisar que a dimensão universal, a repercussão e o extraordinário significado dos eventos que agitaram o ano de 1968 já são suficientes para colocá-lo no patamar único em toda a história do século XX. Aqueles jovens profetizaram a falência dos regimes do Leste na esperança de construção de um socialismo democrático, apenas não previram a vitória de um dos lados com o fim da Guerra Fria.

Entre memórias em disputas, 1968 sobrevive no debate político atual a partir de três tendências interpretativas. A primeira, identificamos nos dois livros de Zuenir Ventura – *O Ano que não Terminou* (1988) e *O que Fizemos de Nós?* (2008) –, uma idéia de continuidade mistificadora do real social próprio daquela época. O ano de 68 assume o lugar dos sujeitos históricos reais e contraditórios pautados por diferenças e alteridades e acaba por assumir o estatuto de um ente querido, abstrato e onipresente:

Pode-se amar ou odiar aquele ano, embora esta não seja a melhor forma de entender os acontecimentos. O que não pode é expulsá-lo da história por idiosincrasia, mesmo porque ele se recusa a sair à força. Não se deve encarar 68 como uma construção idealizada onde se colocam sonhos que só foram realizados no plano dos nossos desejos. Mas também não adianta negar-lhe importância e desconhecer a sua teimosa disposição em permanecer.<sup>7</sup>

Na segunda, presente nas declarações de Sarkozy, 1968 foi enterrado do ponto de vista político com a vitória do capitalismo no mundo e muito bem cooptado pela indústria de consumo em seu viés cultural e comportamental. E, por último, mais rebuscada porque se pretende analítica e histórica, permanece uma tendência liberal que anula a dimensão revolucionária daquele ano ao colocar no mesmo “saco de gatos” revoluções tão distantes no tempo destacando o seu fracasso tanto na construção do socialismo como na crítica ao capitalismo. Ao eleger 1989 como mais importante do que 1968, o artigo de Gaspari corrobora para a sedimentação de uma memória social tornando-a presa fácil de uma visão de mundo em que sonhar com mudanças e transformações não está mais na ordem do dia.

As três vertentes em menor ou maior grau contribuem para preservar uma releitura de 68 a partir de um mundo marcado pelo conformismo dada a hegemonia do mercado personalizado, mas sem rosto. Tecer críticas e autocríticas àquela geração de 68 não significa anular o papel que tiveram na construção, mesmo que no nível do imaginário e da utopia, de que “um outro mundo era possível”. A geração 68 foi realizadora de rupturas culturais e políticas com o mundo capitalista, bem como questionadora das experiências do chamado socialismo real vivenciada nos anos de 1960 por pelo menos um terço da população do planeta.

O certo é que o Movimento de 1968 provoca o debate político e cultural no sentido da concepção em torno das múltiplas significações – ano de rupturas/ mudou o mundo; ano que não terminou/ idéia de continuidade ou apenas ano síntese dos conflitos advindos no início dos anos de 1960 no contexto de Guerra Fria. As “febres comemorativas” em torno dos seus quarenta anos não devem ofuscar o exercício crítico da história. Mesmo considerando o estatuto de lugar de memória presente nos vários 68, ainda está ausente do debate atual o sentido de processo e contextualização

daqueles anos. Portanto, na contracorrente destas interpretações acredito que o maior aprendizado talvez consista em nos orientarmos por uma reflexão crítica capaz de compor discernimentos necessários para novas lutas políticas e possibilidades de engajamento. Sobrevivem heranças no plano cultural e no plano político: a luta pelas minorias; ampliação da cidadania e lutas pela sobrevivência ambiental do planeta.

Do ponto de vista historiográfico existem hesitações na definição de Maio 68: levante?, Revolução? Revolta?

Contudo, talvez se possa dizer “que 1968 foi uma improvisação, uma simulação da revolução, imitação sincera da Revolução”<sup>9</sup>.

Ou ainda, como nos ensina Marx, nada mais belo do que uma Revolução no seu começo, quando tão de perto se assemelha a um enamoramento. Ou, ao se referir a Comuna de Paris de 1871: “Foi um assalto ao céu”<sup>10</sup>. Na verdade, para muitos outros estudiosos em Maio de 68 não existia:

Nem partido, nem vanguarda, nem líderes que anunciassem um projeto político em sentido oficial que direcionavam os acontecimentos. O maio de 1968 convidava a poetizar a existência, revolucionando o cotidiano, realizando arte nas ruas e o urbanismo lúdico para si mesmo e para nós, uma crítica da sociedade fundada na difusão e colonização de nossa mente pela publicidade e pelo consumo.<sup>11</sup>

Ao introduzir o lúdico na política, 1968 deu cidadania política aos sentimentos e à emoção. Ao profetizar o “fim das ideologias”, de esquerda ou de direita, criticando todas as formas de autoritarismo e totalitarismo acabou por indicar novas formas de resistências.

No Brasil, as comemorações sobre o Maio 68 só tiveram início após vinte anos do acontecido. Em 1978, prevaleceu o silêncio revelado pelo jornal *O Estado de São Paulo* que timidamente publicou uma reportagem “Primavera do Nada”. Esperamos vinte anos para que o tema fosse destacado na mídia, ainda que sem a devida contextualização. Na comemoração dos trinta anos destaca-se a iniciativa da Editora Perseu Abramo na organização de uma coletânea – *1968: Rebeldes e Contestadores: Brasil, França e Alemanha* (1998) –, fruto de um seminário que reuniu estudiosos importantes do Brasil e mundo. Também foi realizado em Curitiba um mês de comemorações – “Desejos de Transformações: 30 Anos de Maio de 68” – patrocinado pela Secretaria de Cultura do Estado. Agora, aos quarenta anos do acontecido identificamos um debate mais intenso além de um rol de publicações. A polêmica também foi estabelecida entre os especialistas que preservam uma consciência valorativa daquele ano como revolucionário, mas aceitando críticas, autocríticas e imperfeições e outros interlocutores que apostam no seu esquecimento, desejando de forma ardente diluir suas lutas e utopias. O tema da violência política, tão emblemática naquela década, pouco ou nada foi discutido. Prevalece o silêncio, a violência política não cabe, não está na ordem do dia.

Houve vários 68. Devemos perceber a simultaneidade dos movimentos que aconteceram no âmbito do capitalismo central, na periferia do capitalismo e no Leste europeu. O feminismo, a liberação sexual trouxeram modificações na estrutura familiar; sentimos a flexibilização da hierarquia – adulto/criança, aluno/professor etc. Introduziu-se um novo modo de se fazer política, não apenas a partir das macro-relações Estado e Sociedade, capital versus trabalho, mas agora também no cotidiano. Questões ecológicas e a cultura da jovialidade foram instituídas, fortalecendo um imaginário da fraternidade capaz de produzir uma nova idéia de revolução, de transformação real da sociedade.

No entanto, é necessário nuançar que mudanças ocorreram ao longo das décadas de 1950 e 1960: a Guerra da Argélia, os Panteras Negras, as Guerrilhas, os movimentos pacifistas etc. Tais acontecimentos demonstraram a insatisfação generalizada com o ambiente da Guerra Fria, a questão é que, em 1968, o desejo de mudança chega ao alcance das mãos, marcado pelo *inconformismo*. Hoje vivemos a época do conformismo – não se acredita em mudanças/época da banalização dos símbolos. Por exemplo, o Che Guevara.

Após quarenta anos os ecos dos vários 68 transformaram a história contemporânea mundial. Não é possível esquecer que lutaram contra a sociedade de consumo que emergia, recusaram o

automóvel como sinônimo de modernidade, denunciaram o trabalho industrial e o burocrático como embrutecedores. Questionaram os meios de comunicação de massa e a publicidade como adestradores de desejos, bem como o mundo científico e utilitário. Recusaram a pobreza espiritual de uma sociedade regida apenas por condicionantes econômicos. Lutaram contra as burocracias totalitárias do Leste Europeu e contra a “sociedade de espetáculo” do mundo ocidental. Criticaram todas as formas de alienação, não só a material como também a estética e a moral. Trazendo uma nova declaração dos direitos do homem, o maio de 1968 ampliou o espaço público provocando uma politização do cotidiano<sup>12</sup>.

Na França, sob o lema da “Imaginação no Poder”, estudantes e operários lutavam contra o governo de Charles de Gaulle. Nos EUA, a luta contra a Guerra do Vietnã e a discriminação racial resultou em perseguições e na morte do líder Martin Luther King. Desordenados e assumindo diferentes contornos de acordo com cada país, os jovens de 68 provocaram profundas rupturas através da música, da dança, das roupas e de outras referências visuais. Hoje, o “espírito 68”, eternizado no slogan “A Imaginação no Poder”, pode ser substituído por outro, o “Feitichismo do Poder”.

A bem dizer, esta “fábrica de sonhos” produzida pela geração 68 não sobreviveu às novas formas de dominações das décadas seguintes. A nova sociedade de massas instaura a cultura do entretenimento e canaliza a rebeldia estudantil. Muitos jovens, talvez a maioria, deixaram-se embalar pelos sonhos e imagens de uma outra liberdade, tão bem apreendidos e representados nos anos de 1970, num anúncio de TV que exibiu um grupo alegre de rapazes e moças apinhados num trem, percorrendo campos verdes e ensolarados ao som do jingle: “Liberdade é uma calça velha, azul e desbotada”. No fim do anúncio, à medida que a imagem desaparecia na tela, ia apagando-se, lentamente, a voz que repetia ao fundo: “UStop, seu jeito de viver, UStop...”. Detalhe curioso: o anúncio divulgava o lançamento de um tipo de *blue-jeans* que, novo, já tinha aspecto de roupa surrada. Ou seja, simulava uma história, fingia ter sido arrastado ao longo de aventuras que seus proprietários, na verdade, jamais experimentaram.

Deste modo a publicidade e a propaganda incorporam os novos estilos de comportamento juvenil, especialmente a moda. Por trás daquela peça de publicidade tão inocente e agradável movia-se o imaginário característico de uma época em que milhares de jovens de “classe média”, indiferentes aos dramas da nossa vida política, empenhavam todas as suas energias na tarefa de criar para si mesmos um “estilo” pessoal, um “jeito de viver”, que lhes permitisse expressar seus sentimentos e suas intimidades, libertando, dessa maneira, suas singulares individualidades.

Em 1986, outro anúncio bem humorado publicado no jornal francês *Le Monde* – “Maio de 68, refez-se o mundo. Em Maio de 86, reforma-se a cozinha” – por uma companhia que vende cozinhas modernas aos consumidores franceses, captura um momento de transição da cultura engajada ao consumismo<sup>13</sup>. É bem verdade que se pode questionar se Maio de 68 refez o mundo (como sugere o anúncio), mas não se pode duvidar de que esta era a intenção de milhares de jovens (alguns nem tão jovens assim) que se reuniram naquela ocasião nas ruas de Paris e em outras capitais do mundo. Por outro lado, pode-se também duvidar de que a mentalidade consumista, individualista e fundamentalmente conservadora sugerida pelo anúncio, represente acuradamente o estado de espírito das novas gerações.

Não poderíamos deixar de analisar, ainda que de forma sucinta, o impacto dos vários 68 na América Latina e no Brasil. O Maio na América Latina, na verdade, começa em 1967, na Bolívia, com o assassinato do líder revolucionário Che Guevara. A morte trágica do Che inspira várias tentativas de vinganças na América Latina e provoca novas ondas contestatórias ao mesmo tempo em que o imaginário da revolta e da revolução sofre um grande abalo. Guevara sobrevive apesar de todas as tentativas de banalização ou cristalização de sua memória como um dos principais mitos políticos do século XX. De fato, mais do que a Revolução, Guevara pensava na humanidade, foi a expressão máxima do romantismo revolucionário próprio de sua época.

No Brasil, Carlos Marighella foi um dos primeiros a adotar os ideais revolucionários cubanos ao participar do Congresso realizado em 1967 da OLAS (Organização Latino-Americana de

Solidariedade), momento em que se torna evidente o distanciamento dos cubanos da linha de Moscou. A América Latina deveria se transformar em “um, dois, três Vietnãs”. Ao participar desta conferência, Marighella volta transformado para o Brasil. Rompe com o PCB e escreve “Algumas Questões Sobre a Guerrilha no Brasil”. Escrito dez dias após a morte de Che, dedicado à sua memória, esse texto muda a história do Brasil no sentido de colocar a Revolução na ordem da ação imediata. Os dois personagens, Guevara e Marighella, guardadas as devidas proporções, influenciaram uma geração e até hoje suas ações e teorias revolucionárias são discutidas e tidas como referencial importante no pensamento das esquerdas latino-americanas.

Para além dos projetos revolucionários inspirados nos movimentos de guerrilha urbana e rural, o ano de 1968 no Brasil contou com músicas de protesto, movimentos de contracultura, greves operárias, passeatas e encontros estudantis, adquirindo um posicionamento de oposição aos ideais políticos e culturais tradicionais e autoritários. Estudantes e trabalhadores atuaram juntos no processo de ruptura com a ordem estabelecida questionando não apenas o poder ditatorial instituído, mas valores e costumes. O movimento estudantil foi extremamente combativo na luta contra a ditadura e na defesa da universidade pública. O assassinato do estudante secundarista Edson Luís (18 anos) em 28 de março de 1968 no Restaurante universitário da UFRJ, apelidado pelos estudantes de Calabouço, pela polícia carioca, demonstrou a brutalidade da repressão política que se iniciava. Sessenta mil pessoas acompanharam o enterro de Edson Luís, iniciando ondas de protestos estudantis que se espalham por todo o país.

Houve também um esforço através das greves de Osasco (São Paulo) e Contagem (Minas Gerais) de reavivar a mobilização operária, mas imediatamente abateu sobre elas a repressão e suas lideranças foram sufocadas. 1968 no Brasil e no mundo não se explica apenas pela revolta estudantil, mas compreende também a adesão de diferentes categorias de trabalhadores que juntos atuaram no processo de tentativa de ruptura com a ordem estabelecida.

No Brasil, o ano terminou de forma trágica com a instauração do AI-5 em 13 de dezembro de 1968, significando o início da violência institucionalizada pelo Estado de Segurança Nacional. Não é à toa que para muitos de nós, a ditadura militar brasileira representou um momento traumático em que ocorreu a “desnaturação da coisa política”, eliminando a possibilidade de diálogo e convivência com as diferenças.

Hoje vivemos uma relativa liberdade política graças à luta e coragem de agentes sociais organizados. O aprendizado da história é justamente este: sem organização, sem reflexão crítica que leva ao discernimento não caminharemos no sentido da transformação. Ao recuperar as múltiplas interpretações de Maio de 68 buscamos situar o debate historiográfico como resultado de disputas ideológicas próprias de um tempo em que a instância do político e a simbiose com a história dos movimentos sociais deixaram de ser prioridade. Não podemos perder de vista os ensinamentos dos vários 68 no campo da política, da cultura e da utopia enquanto poderosos instrumentos capazes de transformar comportamentos e mentalidades. Os caminhos podem ser diversos, contraditórios e também passíveis de críticas, mas sempre na tentativa de construir uma sociedade melhor no quadro atual de extrema violência e exclusão social.

Notas

<sup>1</sup> VENTURA, Zuenir. **1968 – O que fizemos de nós**. São Paulo: Ed. Planeta. 2008, p. 12.

<sup>2</sup> Daniel A. Reis Filho defende esta visão ao analisar o primeiro romance histórico de Zuenir Ventura, **1968 – O Ano que não terminou**, em *Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60*, In: **Versões e Ficções: O Sequestro da História**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

<sup>3</sup> Para maiores aprofundamentos sobre a historiografia e as representações memorialísticas da ditadura militar indico alguns artigos de minha autoria: CARDOSO, Lucileide C.; Cardoso, C. Costa; AXT, Gunter. *A Autonomia Federativa durante o Regime Militar*. In: AXT, Gunter; D’ALESSIO, Márcia Mansor; JANOTTI, Maria de Lourdes M. (Orgs.). **Espaços da negociação e do Confronto na Política**. Porto Alegre: Nova Prova, 2007, com inclusão de artigo *Memória e Historiografia. Interpretações sobre o Golpe e o Regime de 1964*, p. 105-168; CARDOSO, Lucileide C. *Narrativas Autobiográficas: Memórias da ditadura Militar*. In: GODINHO, Luiz Flávio R.; SANTOS, Fábio Josué S. (Orgs.). **Recôncavo da Bahia: educação, cultura e sociedade**. Amargosa: Ed. CIAN, 2007, p. 117-123; CARDOSO, Lucileide C. *História, Memória e Oralidade*. In: **Jornal Reverso - Jornal Laboratório do Curso de Jornalismo da UFRB**, n. 9, Cachoeira - Bahia, maio/junho de 2008, p. 2.

<sup>4</sup> VENTURA, *op. cit.*, p. 95.

<sup>5</sup> Segundo Zuenir Ventura, o inventário negativo de 68 não teve início apenas com Sarkozy na França ou nos Estados Unidos. Ele se refere a Bernard Kouchner, um dos principais expoentes de 68 e ministro das Relações Exteriores do governo Sarkozy que apoiou a invasão do Iraque. Diz ele: “ficamos sem saber se Kouchner, socialista, criador da ONG Médicos sem Fronteiras, estava levando ao poder o ‘espírito de maio de 68’ vivo ou já enterrado” (VENTURA, *op. cit.*, p. 95). Para ele, foi a própria esquerda e não a direita que iniciou esse processo de desforra com a acusação de pedofilia contra o seu mais emblemático ícone, Daniel C. Bedit. A denúncia foi feita em 2001 e causou um rumoroso escândalo na França e na Alemanha. “Só não se sabe por que levaram quase 25 anos para produzirem esse efeito”, ironiza o jornalista. (VENTURA, *op. cit.*, p. 96).

<sup>6</sup> **Folha de São Paulo**, 23 de março de 2008.

<sup>7</sup> VENTURA, *op. cit.*, p. 106.

<sup>8</sup> No livro de **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo**, Luc Ferry e Alain Renaut sintetizam o modelo interpretativo sobre o movimento de Maio 68 organizado por P. Benéton e J. Touchard em 1970 *Les interprétations de la crise de mai-juin 1968*, In: **Révue Française de Science Politique**, julho de 1970). Os autores mostram oito leituras possíveis do acontecimento: 1) *Maio 68 como complô*: é a tese da tentativa de subversão – De Gaulle e G. Pompidou; 2 – *Maio 68 como crise da Universidade* – crítica à rigidez da antiga Universidade e sua resistência burocrática às mudanças; 3 – *Maio como acesso de febre ou como revolta da juventude* – a revolta é percebida como a irrupção do jogo ou da festa no cotidiano. Também lida de forma crítica, a revolta tornou-se um psicodrama ou paródia mais ou menos ridícula de uma revolução; 4 – *Maio como crise da civilização* – questionamento da sociedade de consumo e implantação de uma nova ordem; 5 – *Maio como conflito de classes de um novo tipo* – interpretação desenvolvida especialmente por Alain Touraine –, isto é, 1968 como nova forma de luta de classes – não mais econômica, mas social, cultural e política. O sociólogo deposita no setor de classe média a esperança de revolução, principalmente ao enfatizar o papel dos profissionais nas sociedades industriais desenvolvidas, diferenciando-os dos tecnocratas; 6 – *Maio como conflito social de tipo tradicional* – intérpretes: comunistas ortodoxos – enfatizam mais o movimento dos trabalhadores na França. Não tomaram o poder porque a crise econômica não era suficiente para gerar um momento revolucionário; 7 - *Maio como crise política* – dez anos de De Gaulle – impopularidade crescente – enfatizam os problemas relativos a política institucional; 8 – *Maio como encadeamento de circunstâncias* – Maio ocorre em decorrência da invasão na Universidade de Nanterre, forte mobilização estudantil em torno de crítica aos projetos de reforma universitária do Ministro Peyrefitte, ausência do primeiro-ministro da França uma vez que o Presidente da República estava fora em visita oficial à Romênia. Ou seja, Maio acontece a partir de uma multiplicidade de causas ocasionais.

Ainda neste livro encontramos a interpretação de Eric Hobsbawm sobre o Maio de 68. Para ele, foi uma Revolução semelhante às revoluções de 1848 que, embora fracassadas, criaram novas formas de fazer política e de pensar a cultura enquanto lugar do conflito social. No caso do Maio francês houve uma incapacidade do PCF (Partido Comunista Francês) em alcançar o poder. Além de ter como foco de análise o movimento dos trabalhadores; coloca-se atento à intensa produção historiográfica existente, destacando que já em 1968, 52 livros foram publicados na França, bem como uma série de artigos.

<sup>9</sup> MATTOS, Olgária de. *Tardes de Maio*, In: **1968 - Rebeldes e Contestadores: Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 1998, p. 185.

<sup>10</sup> Apud MATTOS, *op. cit.*, p. 181.

<sup>11</sup> *Idem*, p. 186.

<sup>12</sup> MATTOS, *op. cit.*

<sup>13</sup> Para maiores informações, consultar VIOTTI, Emília, A Dialética Invertida: 1960-1990. **Revista Brasileira de História**, n. 27, 1994, pp. 9-26.

**Referências bibliográficas**

GARCIA, Marcos Aurélio e VIEIRA, Maria Alice. (Orgs.). **Rebeldes e Contestadores. 1968: Brasil, França e Alemanha**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

GASPARI, Elio. **As Ilusões Armadas: A ditadura Envergonhada, A Ditadura Escancarada, A Ditadura Derrotada, A Ditadura Encurralada**. Coleção As Ilusões Armadas. São Paulo: Cia. das Letras, 2002 a 2004, 4 volumes.

FERRY, Luc & RENAUT, Alain. **Pensamento 68: ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo**. São Paulo: Ensaio, 1988.

PERRONE, Fernando. **Praga – São Paulo – Paris. Relato de Guerras**. São Paulo: Busca Vida, 1988.

REIS FILHO, Daniel Aarão & MORAIS, Pedro de. **1968, A Paixão de uma Utopia**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

\_\_\_\_\_. 1968: o curto ano de todos os desejos. *In: Tempo Social*, 10(2), 1998, pp. 25-35.

VALLE, Maria Ribeiro do. **1968: O diálogo é a violência. Movimento Estudantil e ditadura militar no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

VENTURA, Zuenir. **1968: O Ano que não Terminou (A Aventura de uma Geração)**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

\_\_\_\_\_. **1968 – O que fizemos de nós**. São Paulo: Ed. Planeta. 2008.

ZAPPA, Regina e Sato, Ernesto. **1968: Eles só queriam mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar. 2008.

# MAIO DE 68: NOVAS SUBJETIVIDADES, MICROPOLÍTICAS E RELAÇÕES DE PODER

Leonel Azevedo de Aguiar\*

**Resumo:** A proposta desse artigo é adotar o acontecimento Maio de 68 como referência teórica para discutir determinados conceitos formulados por dois pensadores franceses: Foucault e Guattari. A partir desses pensadores contemporâneos, pretende focar a emergência das novas subjetividades, a formulação de um novo conceito de poder e as relações entre poder e saber.

**Palavras-chaves:** Maio de 68; novas subjetividades; poder; saber.

**Abstract:** This article aims at reflecting on the events which occurred in May 68 as a theoretical background in order to discuss a few concepts formulated by two French thinkers: Foucault and Guattari. From these contemporary thinkers, it is possible to focus on the emergence of subjectivities, on the new concepts of power, as well as on the relation between power and knowledge.

**Keywords:** May 68; new subjectivities; power; knowledge.

---

\* Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social e do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Jornalista graduado pela UFF. E-mail: leonelaguiar@puc-rio.br

### Introdução

O acontecimento Maio de 68 gerou um ponto de inflexão no campo de ação política da Modernidade, pois as temáticas de inovadoras formas de lutas sociais desenharam um contexto histórico que criou condições de possibilidade para a elaboração da noção de microfísica do poder e a produção de novas subjetividades<sup>1</sup>. Uma interpretação estática<sup>2</sup> avalia Maio de 68 como uma revolução cultural, segundo o esquema moderno de uma oposição política: ao poder e sua opressão correspondem sua revolta e vontade de liberação. A partir dos marcos teóricos de Foucault e Guattari, Maio de 68 pode ser interpretado como “acontecimento filosófico”<sup>3</sup> que contesta os processos de modelização de subjetividades pela “linha de montagem”<sup>4</sup> do capitalismo mundial integrado e marca rupturas com os modos de subjetivação hegemônicos. A noção de acontecimento aqui utilizada é dada por Deleuze e Guattari em *Mai 68 n'a pas eu lieu*.

Nos fenômenos históricos como a Revolução de 1789, a Comuna, a Revolução de 1917, sempre existe uma parte de acontecimento, irreduzível aos determinismos sociais, às séries causais. Os historiadores não gostam desse aspecto: eles restauram, posteriormente, as causalidades. Mas o próprio acontecimento está separado ou em ruptura com as causalidades: é uma bifurcação, um desvio em relação às leis, um estado instável que abre um novo campo de possíveis.<sup>5</sup>

Nessa perspectiva, a análise empreendida nesse artigo discute os processos de subjetivação contemporâneos e a invenção das linhas de fugas através das quais pode surgir uma multiplicidade de singularizações. É no cenário político resultante da conjuntura histórica da década de 1960 que emergem os movimentos sociais produtores de novas subjetividades – os novos sujeitos da História.

As mulheres, os detentos, os doentes nos hospitais, os homossexuais iniciaram uma luta específica contra a forma particular de poder, de coerção, de controle que se exerce sobre eles. Estas lutas fazem parte do movimento revolucionário, com a condição de que sejam radicais, sem compromisso nem reformismo, sem a tentativa de reorganizar o mesmo poder apenas com uma mudança de titular.<sup>6</sup>

Entendemos que refletir sobre a questão das relações de poder nas sociedades contemporâneas, utilizando o método genealógico do filósofo Michel Foucault, significa realizar uma análise “a partir de uma questão presente”<sup>7</sup>. Para os novos movimentos sociais que entram na cena política no contexto de Maio de 68, as relações de poder deixam de ser um problema periférico para se tornarem uma questão política central; ou seja, passam a compreender que o poder é exercido através de uma rede difusa e plural que se manifesta nas práticas da vida cotidiana, não estando apenas localizado em um ponto único e centralizado do Estado. Como veremos mais adiante, a concepção de poder teorizada pelo método genealógico de Foucault, é semelhante, pois critica as análises tradicionais do pensamento marxista por só enxergarem a manifestação do poder na forma do Estado; para o filósofo, essas análises levam, “quando nos voltamos para os indivíduos, a que só encontremos o poder em suas cabeças, sob a forma de representação, aceitação ou interiorização”<sup>8</sup>.

Deleuze afirma que o movimento 1968 foi o resultado de uma longa série de acontecimentos mundiais e de uma diversidade de correntes de pensamento internacionais que já ligavam “a emergência de novas formas de lutas à produção de uma nova subjetividade”<sup>9</sup>. Além de citar alguns desses acontecimentos – a experiência iugoslava da autogestão, “primavera de Praga” e sua repressão, a revolução cubana, as guerras antiimperialistas no Vietnã e na Argélia –, destaca o surgimento de uma nova classe trabalhadora e seu sindicalismo, as lutas no campo, as manifestações estudantis e as “casas abertas” no âmbito das instituições psiquiátricas. Enfim, uma série de lutas políticas e experiências sociais que têm em comum um profundo questionamento das condições presentes de vida.

Quanto às correntes de pensamento, Deleuze cita as discussões levantadas por Lukács em *História e Consciência de Classe*<sup>10</sup>, obra na qual, segundo o filósofo francês, já estava colocada a questão de uma nova subjetividade. Aponta também as teorizações da Escola de Frankfurt, a autonomia proposta por Mário Tronti, a reflexão de André Gorz sobre a nova classe trabalhadora, grupos como *Socialismo ou Barbárie* e, principalmente, as importantes contribuições de Félix Guattari e sua noção de micropolítica do desejo. A partir desse quadro histórico, Deleuze pergunta se os acontecimentos que levaram a 1968 não estavam vinculados a três questões: qual a nossa “verdade” hoje? Que poderes é preciso enfrentar e quais são as nossas possibilidades de resistência hoje? Será que não estamos participando da produção de uma nova subjetividade?

Segundo Deleuze, após Maio de 68, Foucault vincula-se a temática das novas formas de luta política, com o GIP (Grupo de Informação sobre as Prisões) e a questão dos detentos. É neste contexto que elabora a noção de microfísica do poder, explicitada em *Vigiar e Punir*. A partir de então, Foucault é levado a pensar e a viver, de um outro modo, o papel do intelectual e, assim, ele chegará “à questão de uma nova subjetividade, cujos dados ele transforma depois, de *Vontade de Saber* até *Uso dos Prazeres*, dessa vez provavelmente em contato com os movimentos americanos”<sup>11</sup>. Entretanto, são nas entrevistas, falando sobre os acontecimentos de 68, que Foucault aprofunda os processos de constituição das novas subjetividades e utiliza, de fato, esta terminologia.

Entendemos, porém, indo um pouco mais além da afirmativa deleuziana, que a problematização dos modos de subjetivação já está presente nas primeiras obras de Foucault – *História da Loucura e Nascimento da Clínica* – quando ele estuda a relação entre o saber (a Psiquiatria e a Medicina) e as práticas de internamento enquanto espaços institucionais de controle do louco e do doente. Essa perspectiva teórica prossegue e modula-se em seus diversos estudos, quando introduz novos e inquietantes problemas acerca das prisões e da sexualidade. Ou seja, traz para o campo teórico temas até então considerados secundários e menores, seja no campo filosófico ou político. É por isto que apostamos em Foucault para discutir a questão das novas subjetividades: por pensar, de um modo radicalmente diferente, as relações de poder e saber, da subjetividade e da política.

Maio de 68 também significou que as forças que não estavam ligadas ao ideal da revolução e que não se vinculavam ao fundamento político moderno – isto é, a luta de classes como centro da questão política, polarizada no enfrentamento burguesia *versus* proletariado – entram em cena. “Pode-se dizer que o que aconteceu a partir de 68 era profundamente anti-marxista”<sup>12</sup>, afirma Foucault ao apontar que, até então, existia a identificação do marxismo como o único processo revolucionário. O cenário político que surge a partir de Maio de 68 cria as condições de possibilidade para a emergência de novos movimentos sociais que apostam que as mudanças sociais só acontecerão se os mecanismos de poder que funcionam fora dos aparelhos de Estado, no nível da vida cotidiana, forem modificados. Emergência, na conceituação foucaultiana, significa pontos singulares do aparecimento de algo que se produz no jogo de forças, a entrada em cena das forças, designando um lugar de afrontamento, ou melhor, “um não-lugar”, “teatro sem lugar”<sup>13</sup> onde os adversários não pertencem ao mesmo espaço. Construir estratégias específicas de luta significa questionar como o poder se exerce, em que consiste esse exercício e qual é a sua mecânica<sup>14</sup>, além de apontar as relações entre produção de subjetividade e poder. A questão ético-política dos novos movimentos sociais é colocar a questão da subjetividade vinculada ao exercício do poder, onde a noção de poder passa a ser entendida como uma ação sobre outra ação que produz uma dobra. A partir de Maio de 68, os movimentos sociais incorporam aos campos de luta contra as experiências fundamentais de dominação – na ordem étnica e na ordem econômica –, as problematizações na ordem da subjetividade. Além dessas duas formas de dominação na sociedade – nas ordens étnicas e econômicas –, a dominação na ordem da subjetividade surge como problema político central na configuração social contemporânea.

O problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos liberarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ele se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa deste tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos<sup>15</sup>.

### Analítica do poder

Já realizamos, em um trabalho anterior, uma apresentação sobre os posicionamentos de Foucault e Deleuze em torno das questões conceituais sobre as relações de poder e saber<sup>16</sup>. Aqui, retomaremos determinados pontos da noção de poder para vincular com os processos de subjetivação. A partir do método genealógico, Foucault estuda o poder disciplinar em *Vigiar e Punir* e, em *A Vontade de Saber*, analisa o biopoder. No quadro típico da Modernidade, a analítica foucaultiana aponta como o poder se exerce nas práticas gerais e cotidianas, destacando um poder disciplinar enquanto dispositivo produtor de saber. Essa é a modalidade moderna do poder centralizada na produção de processos de individualização, postos em prática a partir de determinados dispositivos: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e as técnicas de exames. O poder disciplinar marca o momento em que se efetua a troca do eixo político da individualização.

No regime disciplinar moderno, o processo de individualização torna-se descendente, sendo que – quanto mais anônimo e funcional em seu exercício – mais o poder vai individualizar. “Em um sistema de disciplina, a criança é mais individualizada que o adulto; o doente o é antes do homem são; o louco e o delinqüente mais que o normal e o não-delinquente”<sup>17</sup>. Ou seja, com a Modernidade, há uma transformação nos processos de individualização, passando dos mecanismos histórico-rituais das sociedades feudais para a formação da individualidade por mecanismos científico-disciplinares; a modelização subjetividade daí resultante – o indivíduo moderno – tornar-se uma realidade produzida pelas tecnologias do poder disciplinar. O indivíduo moderno e o saber que dele se pode ter se originam do poder disciplinar que produz os seus objetos e seus discursos do verdadeiro.

Ao analisar a inovadora concepção de poder formulada por Michel Foucault, Deleuze destaca a ruptura com os postulados que fundamentaram as críticas marxistas tradicionais<sup>18</sup>. O postulado da propriedade do poder é concebido como restrito a relações de posse a partir de uma classe dominante. Apesar de não negar a existência das classes sociais e da luta de classes, a analítica foucaultiana do poder coloca as lutas políticas em outros cenários, com novos sujeitos históricos. O poder é mais uma estratégia do que propriedade de uma classe que o conquistou; ou seja, o poder “se exerce mais do que se possui, não é o privilégio adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas”<sup>19</sup>. Sendo uma estratégia, os efeitos do poder são atribuídos a disposições, manobras, táticas, técnicas e funcionamentos. As relações de poder não são unívocas e são definidas por inúmeros pontos de luta e focos de instabilidades, comportando possibilidades de lutas e de inversão – ainda que transitória – da relação de forças.

O postulado da localização se limita a descrever o poder enquanto poder de Estado, isto é, centralizado nos aparelhos de Estado. Entretanto, o que possibilita ao poder tornar seu exercício inteligível e usar seus mecanismos de saber não está no foco único de soberania. Aliás, a soberania do Estado é apenas uma das formas terminais de poder. É preciso inverter a direção: o Estado é resultante de uma multiplicidade de agenciamentos políticos situados em níveis diferentes e que constituem uma microfísica do poder. Assim, ao contrário das análises clássicas do pensamento marxista que só enxergam a manifestação do poder na forma do Estado, o poder não está localizado exclusivamente no Estado e nos seus “aparelhos ideológicos”: apesar de não ser uma unidade global de dominação, o poder está em toda parte, não existindo um lugar privilegiado de onde possa ser exercido. Mesmo sendo exercido localmente, o poder não é localizável em um determinado lugar porque é difuso, ubíquo, atravessando todas as linhas da vida social, conduzindo seus efeitos até os elementos mais infinitesimais.

O postulado da subordinação apresenta o poder sempre dependente diretamente de um modo de produção, ou seja, subordinado a uma infra-estrutura econômica. Devemos substituir a imagem piramidal marxista por um plano de imanência onde os focos de poder e suas tecnologias compõem um número equivalente de segmentos que se articulam uns sobre os outros. As características dessa modalidade de poder são a imanência de seu campo, a continuidade de sua linha e de seus segmentos, não contando com unificação transcendente, centralização global ou totalização distintiva. Assim,

no seu próprio modo de atuação, as relações de poder possuem um papel de produção, sendo efeito imediato das partilhas, desigualdades e desequilíbrios que se produzem nelas e, reciprocamente, as condições internas destas diferenciações. Ao contestar as teses de que o poder localiza-se no aparelho de Estado e está subordinado a uma infra-estrutura econômica, Foucault afirma que as relações de poder são imanentes a outros tipos de relações – aos próprios processos econômicos, mas também às relações de saber, às relações etc –, não estando em posição de superestrutura, mas possuindo, “lá onde atuam, um papel diretamente produtor”<sup>20</sup>.

Agir por violência ou ideologia, reprimindo ou iludindo, faz parte da modalidade do poder. Só que antes de agir por repressão, o poder “produz realidade”<sup>21</sup>; antes de ideologizar, produz “campos de objetos e rituais da verdade”<sup>22</sup>. Contrapondo-se a tese de que o poder age apenas pela violência ou pelo convencimento ideológico, deve-se afirmar a positividade produtora do poder: demarcar realidades, ativar processos de subjetivação, individualizar os corpos, fazer agir e falar. O poder é uma rede produtiva que atravessa com eficácia todo o corpo social, não sendo apenas uma instância negativa que tem por função reprimir. Se o poder fosse identificado apenas com proibição e repressão, não seria possível justificar a adesão daqueles que a ele se submetem. Portanto, no enfoque foucaultiano, poder não é mais, necessariamente, aquilo que se censura e que se reprime: a proibição e o interdito, longe de serem as formas essenciais do poder, são apenas seus limites, as formas frustradas ou extremas. O poder é produtivo: mais do que atuarem por repressão e violência, as relações de poder são produtivas. O poder produz saber, imbricando continuamente poder e saber, de modo que “não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua, ao mesmo tempo, relações de poder”<sup>23</sup>.

Pelo postulado da essência ou do atributo, o poder qualifica aqueles que o possuem como classe dominante em oposição binária e global aos que são dominados. Mas o poder é operatório e relacional, não tendo essência nem sendo atributo que qualifique seus detentores. Ou seja, a relação de poder é o conjunto das relações de forças, passando pelas forças dominantes e dominadas. Devemos compreender o poder como a multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização, sendo recusada a reificação e polarização do poder. Se “o poder vem de baixo”<sup>24</sup>, ele se espacializa não apenas quanto a seus efeitos mas também em relação aos seus pontos de singularidades. As múltiplas correlações de força se formam e atuam nos aparelhos de produção, nas fábricas, nos grupos restritos e instituições, sendo suporte a amplos efeitos de clivagem que atravessam o conjunto do corpo social.

Compreender o poder como multiplicidade de correlações de forças imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização é nomeá-lo como uma situação estratégica complexa numa determinada sociedade. Esta onipresença do poder aponta que ele provém de todos os lugares, atuando em um nível micropolítico e sendo exercido a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis. O poder se distribui por lateralidades, possuindo um papel produtor nos diversos afrontamentos locais: as relações de poder são intencionais, pois são exercidas a partir de cálculos, miras, objetivos.

Pelo postulado da legalidade, o poder do Estado tem seu princípio na lei, signo da imparcialidade e justiça. Nesta concepção, a lei é definida em oposição à ilegalidade e o Estado de Direito se opõe à força. Outra perspectiva é entender a lei como uma composição de ilegalismos, que esta mesma lei diferencia ao formalizá-los. A crítica é contra a concepção de que o poder do Estado se exprime na lei, entendida como um estado de paz imposto, como suspensão forçada ou voluntária de uma guerra. No entanto, apenas uma parte da multiplicidade de correlações de força toma a forma de guerra ou política, duas estratégias diferentes que podem se transformar uma na outra. Se a política for agora a guerra prolongada por outros meios, a lei se tornará simultaneamente a própria guerra e a sua estratégia em ato. Ou seja, o modelo jurídico não recobre mais o mapa estratégico das forças.

Analisar os mecanismos do poder a partir de uma estratégia imanente às correlações de força é apontar para os investimentos na ordem do poder político. Afirmer a regra da imanência é dizer que não há nenhuma exterioridade entre as técnicas de saber e as estratégias de poder, ainda que cada

uma tenha seu papel específico e que se articulem entre si a partir de suas diferenças. Estratégias e técnicas, conjuntamente, constituem focos locais de poder/saber. O que devemos buscar é o esquema das modificações que as correlações de força implicam através de seu próprio jogo. A dinâmica extremamente móvel de funcionamento do poder ressalta que as relações de poder/saber são matrizes de transformações. Esse movimento de transformações está inserido dentro de uma estratégia global que, por sua vez, se apóia em diversas relações locais de poder.

Já a relação que se estabelece entre o nível estratégico e global e o nível local e tático implica em um duplo condicionamento, no qual não há descontinuidade nem homogeneidade, apesar das diferenças e especificidades. O modo de articulação dos dispositivos de poder e as estratégias globais é caracterizado exatamente por esta determinação recíproca. Duplo condicionamento: “de uma estratégia, através da especificidade das táticas possíveis; e das táticas, pelo invólucro estratégico que as faz funcionar”<sup>25</sup>.

Admitir a complexidade e a instabilidade desse jogo em que o discurso pode ser, simultaneamente, instrumento e efeito de poder e, também, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta é admitir a polivalência tática dos discursos. “O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo”<sup>26</sup>. O que devemos ter em mira são efeitos recíprocos de poder e saber que os discursos produzem. Também devemos perguntar qual é a conjuntura e a correlação de forças que tornam imprescritível a utilização do discurso como articulação entre poder e saber.

Romper com a análise mecanicista e idealista do poder é substituir o modelo do direito pelo modelo estratégico, que apresenta o poder como difuso e totalizante, simultaneamente; isto é, um poder onipresente. Mas um poder que também é relacional e mutável, ou seja, susceptível. A concepção de poder como uma estratégia mostra que quaisquer rupturas nas linhas de poder tornam-se lutas políticas. Uma inversão da noção de poder dominante, onde o centro da luta política é a relação entre capital e trabalho, priorizando-se as mudanças políticas e econômicas. Se a rede de dispositivos do poder abrange amplos e diversos setores de organização da vida, inúmeros são os pontos de ruptura que podem ser acionados para produzir uma transformação global.

Como o poder não emana de uma matriz única, de onde se disseminaria por toda sociedade, a resistência acaba não sendo exterior ao poder. Isto é, “onde há poder, há resistência”<sup>27</sup> significa – além de apontar o caráter relacional das correlações de poder – que os pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder, não havendo o lugar do foco de rebelião ou da grande recusa. Como o poder é exercido a partir de inúmeros pontos, as resistências acontecem sempre no plural. Para os novos sujeitos da História, a questão torna-se, então, como escapar das malhas finas do poder, já que mesmo as resistências estão colocadas no campo estratégico das relações de poder e aí se inscrevem como o interlocutor irredutível.

### **Micropolíticas e subjetividade**

No campo da política, as novas singularidades propostas pelos diversos movimentos sociais emergem como resistência e ruptura em relação aos processos de usinagem homogeneizante das subjetividades submetidas à ordem do capital. As possibilidades de construção de outras subjetividades, que se produzam como ruptura na subjetividade dominante de “massa-consumidora”, são múltiplas e várias, não se limitando ao campo dos novos movimentos sociais. O surgimento das novas subjetividades acontece de uma maneira mais próxima de uma ruptura dionisíaca do que de uma gestação apolínea, levando a deslocamentos na História.

Como um operador semiótico a serviço de formações sociais determinadas, o capital assume a regulação e a sobrecodificação das relações de poder próprias às sociedades contemporâneas. Para manter sua reprodução, o capitalismo é obrigado a construir e impor seus próprios modelos de desejo, produzindo um “inconsciente maquínico”<sup>28</sup> que se expande muito além dos limites do inconsciente psicanalítico como dispositivo intrapsíquico. A mídia, a publicidade e os equipamentos coletivos

reportam-se incessantemente às técnicas de recentralização do inconsciente no sujeito individuado mas produzem, de fato, um *inconsciente maquínico* que, além de abranger as individualidades, também produz intensamente as forças sociais e as realidades históricas.

O *inconsciente maquínico* pode também reterritorializar novas formas de singularidades. São “fluxos esquizo” que abrem as possibilidades de novos agenciamentos de enunciação: simultaneidade de sujeito, objeto e meio de expressão, ruptura da tripartição entre o campo da realidade, o campo da representação e o campo da subjetividade. Os agenciamentos coletivos de enunciação produzem seus próprios meios de expressão, pois trabalham simultaneamente os fluxos semióticos, os fluxos materiais e os fluxos sociais. Por não coincidirem com as individualidades biológicas, os agenciamentos coletivos de enunciação possuem um caráter diferente de uma enunciação individuada, instância reificadora da significação dominante. A enunciação maquínica circunscreve grupos-sujeitos que atravessam ordens diferentes, possibilitando a proliferação de um conjunto de máquinas desejantes, produções singulares e heterogêneas: os novos movimentos sociais. “Só um grupo-sujeito pode trabalhar fluxos semióticos, quebrar as significações, abrir a linguagem para outros desejos e forjar outras realidades”<sup>29</sup>.

A prática micropolítica realiza-se através de uma rede de revoluções moleculares operando em processos maquínicos: devir, platô de intensidade pelo qual o “inconsciente maquínico” nos faz transitar. O devir liga-se à possibilidade ou não de um processo se singularizar: devir mulher, devir criança, devir negro, devir homossexual. Entrar em ruptura com as estratificações dominantes é produzir processos de subjetivação como um problemática da multiplicidade e da pluralidade e não como identidade cultural, de retorno do Mesmo. Se a desterritorialização da produção gera a molecularização do fascismo, as revoluções moleculares são as forças sociais e materiais que inventam criativamente o desejo de mutação. Revolução molecular: transformação radical das relações sociais em todos os níveis, movimento global de retomada das máquinas técnicas pelas máquinas desejantes, correlativa da promoção de práticas analíticas e micropolíticas novas<sup>30</sup>.

É necessária uma distinção entre os conceitos de indivíduo, subjetividade e singularidade. O termo indivíduo deve ser entendido como uma entidade abstrata produzida pela modelização, serialização e fragmentação nas sociedades capitalistas. Já a subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação, sendo fabricada e modelada no registro social: os processos de subjetivação não são centrados em indivíduos ou em grupos, sendo duplamente descentrados. Os processos de subjetivação implicam no funcionamento de máquinas de expressão que são de caráter extra-individual e infrapsíquica, sendo uma função cuja fonte é o modo de organização social, política, econômica, jurídica e cultural. Singularidade, ou processo de singularização, é a criação de novos territórios de vida, cruzamento transversal inesperado de territórios já existentes, ação subversiva do desejo como semiotização inédita da existência social e não como representação ou simbolização.

Seguimos o caminho teórico aberto por autores que realizaram a tarefa da elaboração de conceitos para captar a crise global contemporânea, que não se situa apenas ao nível das relações sociais explícitas, mas envolve também uma “crise dos modos de subjetivação, dos modos de organização e de sociabilidade, das formas de investimento coletivo de formações do inconsciente”<sup>31</sup>. A atual crise mundial é a crise dos modos de semiotização do capitalismo. Ou seja, esta crise é das semióticas de modelização da produção de subjetividade e de controle social, indo além do nível das semióticas econômicas. Isto significa que tais conjuntos de crises não conseguem mais serem explicadas por teorias tradicionais, sejam sociológicas ou econômicas. Afirmar a singularidade como processo semiótico é tentar romper com categorias da tradição filosófica e científica, de modo a recusar tanto a privatização capitalista pressuposta pela noção de indivíduo quanto o papel constituinte da consciência, isto é, do sujeito como faculdade soberana de representação e de simbolização.

Os modos de produção do capitalismo funcionam além da ordem do capital, abrangendo principalmente um modo de controle da produção de subjetivação. “O capital ocupa-se da sujeição econômica e a cultura, da sujeição subjetiva”<sup>32</sup>. Neste sentido, os termos “comunicação de massa” ou “cultura de massa” devem ser entendidos como dispositivos que operam a compartimentação do

modo de produção de subjetividades, fabricando individualidades serializadas: a “comunicação de massa” é, portanto, o elemento fundamental da produção de subjetividade nos modelos capitalistas, fabricando indivíduos normalizados e articulados segundo sistemas de valores hierárquicos e de submissão. No capitalismo contemporâneo, a questão política central é a produção de subjetividade, que vai além da produção da subjetividade individuada e abrange uma produção de subjetividade social: uma produção de subjetividade que é encontrada em todos os níveis da produção e do consumo.

Podemos construir linhas de fuga ao poder ubíquo dessa máquina capitalista de produção de subjetividade, enxergando – nas rupturas abertas pelos processos de singularização – uma recusa que visa construir novos modos de sensibilidade e criatividade, produtores de uma subjetividade singular<sup>33</sup>. Tais processos de singularização, ao desenharem novas cartografias do desejo, irreduzíveis ao controle centralizado, criam condições de possibilidade para a emergência de revoluções moleculares, constituindo micropolíticas. “Toda problemática micropolítica consistiria, exatamente, em tentar agenciar os processos de singularidade no próprio nível de onde eles emergem”<sup>34</sup>.

Identidade é uma categoria filosófica que atua como princípio de imobilidade do desejo, impedindo a passagem pela diferença e a criação de singularidades. A identidade é um conceito de referência, de circunscrição da realidade a quadros de referência, trazendo implicações políticas e micropolíticas desastrosas. O conceito de identidade serve para veicular modos de representação da subjetividade que a reificam, transformando ações e processos diferenciadores em substâncias e essências, entidades ou coisas .

Os processos de singularização abrem rupturas na individualidade serializada produzida pela “cultura de massa”, nesta subjetividade normalizada que é a de um sujeito-objeto da administração e da organização capitalistas. Já o devir liga-se à possibilidade ou não de um processo de singularização, no qual singularidades femininas, homossexuais, negras etc podem entrar em ruptura com as estratificações dominantes. Os novos movimentos sociais devem apostar na multiplicidade e na pluralidade, rompendo com as propostas de proteção da identidade cultural, pois a identidade significa o retorno ao Mesmo, ao Idêntico. Enquanto atuarem como processos de singularização, de autonomia ou de micropolítica em suas diferentes formas de resistência molecular, esses movimentos conseguirão manter em permanente questionamento o projeto de controle social em escala planetária.

Entendemos que a micropolítica, enquanto uma cartografia do desejo, implica na invenção da autonomia que não se circunscreve às práticas alternativas, aos movimentos das minorias organizadas ou às ações de revolta, resistência e contestação. Partindo desses territórios de existência, esta cartografia os ultrapassa e desenha novos campos de ação e de vida, produzindo autonomias que podem alterar a relação de poder na sociedade. Entretanto, apesar da possibilidade de rupturas, os novos movimentos sociais sempre correm o risco da reiteração do que combatem, aprisionando os novos territórios vitais nas antigas territorialidades do já pensado e do já desejado.

Uma visão teórica oposta descreve que os novos movimentos sociais são meras formas arcaicas e residuais de modos de subjetivação, que devem ser superadas ou reutilizadas de um modo moderno. Esta é a visão da hegemonia neoliberal da Escola de Chicago e de Freedman<sup>35</sup>, que propõe uma política de “darwinismo social” para superação dos arcaísmos, onde a “seleção” tem por base uma axiomática fundada na propriedade privada, no lucro e na segregação social. Já outra visão – tipo “terceira via” social-democrata de Giddens<sup>36</sup> – aposta na “recuperação” dos novos movimentos sociais através do deslocamento da política do eixo leste/oeste para o eixo norte/sul, reduzindo a problemática a uma geopolítica e a um “assistencialismo” cultural para “modernizar” os segmentos desfavorecidos.

Enquanto processo de singularização que assume a finitude humana, a produção de cartografias do desejo aponta para o provisório, o precário, o contingente e o fugaz<sup>37</sup>. Entretanto, assumir que os processos históricos também são finitos e falíveis, não significa que esta constatação acarrete em perda de importância para um acontecimento emergente. Se a arte contemporânea tornou-se um domínio capaz de provocar uma ruptura radical nas significações dominantes, também nos novos movimentos sociais se encontram os núcleos de resistência “ao rolo compressor da subjetividade capitalística, da unidimensionalidade, do equivaler generalizado, da segregação, da surdez para a

alteridade”<sup>38</sup>. Neste caso, a proposta de uma ecologia do virtual visa promover paradigmas ético-estéticos para o campo social, apontando para a dimensão da criatividade nas práticas sociais. Além da arte e da micropolítica, outros domínios como a Filosofia e a ciência também podem se constituir em lugares de resistência às redes de significações dominantes.

A potência estética de sentir, embora em igual direito às outras – potências de pensar filosoficamente, de conhecer cientificamente, de agir politicamente – talvez esteja em vias de ocupar uma posição privilegiada no seio dos agenciamentos coletivos de enunciação de nossa época.<sup>39</sup>

Em suma: entendemos que a ecologia do virtual se propõe a funcionar como um dispositivo de criação de novos modos de subjetivação.

Esta ecologia do virtual terá por tarefa preservar “as espécies ameaçadas da vida cultural” – a poesia, a música, as artes plásticas, o cinema – e ainda engendrar “as condições de criação e de desenvolvimento de formações de subjetividade inusitadas”<sup>40</sup>. Ou seja, se assume como produção de subjetividade. Também a proposta da ecosofia<sup>41</sup> se apresenta como um dispositivo de subjetivação que atua em três campos, simultaneamente: como ciência dos ecossistemas, instrumento de regeneração política e também engajamento ético-estético, na iminência de criar novos sistemas de valores a partir de suavidade entre os gêneros, faixas etárias e etnias.

Os novos modos de subjetivação acabam por deslocar os antigos cenários de luta de classes, instaurando-se no imaginário e no campo cognitivo da Contemporaneidade. A manifestação do singular como multiplicidade afirma que só as singularidades são capazes de movimentos criadores das diferenças e de romperem com a lógica redutora da dominação capitalista. Este é o contexto de produção das novas subjetividades, que devem ser pensadas a partir das noções de micropolítica e revolução molecular, relacionadas com as concepções inovadoras da noção de poder. Pensar as singularidades significa pensar a construção das subjetividades coletivas tomando como ponto de partida os universos dos desejos. Se o poder emerge e sustenta-se por uma rede múltipla e dispersa que abarca todos os estratos da vida, a luta política deve procurar também múltiplos pontos de rupturas. O campo da política não pode mais ser reduzido à luta de classes: uma micropolítica do desejo deve investir em uma multiplicidade de objetivos ao alcance imediato dos mais diversos conjuntos sociais. O acúmulo de lutas parciais pode ou não desencadear lutas coletivas gerais.

É esta analítica das formações do desejo no campo social – a micropolítica – que realiza o cruzamento entre o nível das diferenças sociais mais amplas – o nível molar – com o nível molecular. As lutas sociais são, simultaneamente, molares e moleculares, não existindo entre estes dois níveis uma distinção opositiva. No nível molecular, o poder lança sua estratégia, faz agenciamentos e modeliza o desejo. Já no nível molar, o que se tem é o efeito global do poder, a partir dessa captura ao nível molecular.

A ordem molar corresponde às estratificações que delimitam objetos, sujeitos, representações e seus sistemas de referência. A ordem molecular, ao contrário, é a dos fluxos, dos devires, das transições de fases, das intensidades. Essa travessia molecular dos estratos e dos níveis, operada pelas diferentes espécies de agenciamento, será chamada de transversalidade.<sup>42</sup>

É neste sentido que entendemos a noção de máquina desejante ou produção desejante como multiplicidade pura que supera as categorias do múltiplo e do Uno, rompendo com o conceito freudiano de desejo enquanto produção do inconsciente e associado à representação:

O inconsciente funciona como uma usina e não como um teatro (questão de produção e não de representação); o delírio, ou o romance, é histórico-mundial, e não familiar (deliram-se as raças, as tribos, os continentes, as culturas, as posições sociais); há exatamente uma história universal, mas é a da contingência (como os fluxos, que são o objeto da História, passam por

códigos primitivos, sobrecodificações despóticas e decodificações capitalistas que tornam impossível uma conjunção de fluxos independentes).<sup>43</sup>

O desejo é uma produção, capaz de produzir seus objetos e os modos de subjetivação que lhes correspondem.

Se o inconsciente (o desejo) é máquina, então, evidentemente, não existe sujeito do inconsciente; ele é, de saída, coletivo, político, social, histórico. O inconsciente (o desejo) não tem complexos, ele produz. O quê? Sujeito? Algumas vezes, em determinadas conjunturas, mas não necessariamente. O inconsciente maquínico produz tudo: a terra, os homens sobre a terra, suas relações, territórios com múltiplos devires possíveis.<sup>44</sup>

São as máquinas desejanter, forças que investem o mundo social, que percorrem os acontecimentos sociais e produzem as subjetividades. As estratégias do poder passam pela captura dos investimentos desejanter: é no nível do “desejo” que se dá o funcionamento do poder, pois administrar o desejo é fundamental para um sistema totalizante. Por ser uma força capaz de dar sentido ao mundo, capturar o desejo torna-se uma condição indispensável para o funcionamento do poder da máquina capitalista. Para a máquina capitalista, o que está em jogo são os processos de desterritorialização e reterritorialização dos fluxos de desejo, sempre passíveis de serem capturados pelos dispositivos de poder. Dispositivos que podem se ligar a um corpo pleno determinado como *socius*, “que pode ser o corpo da terra, ou o corpo do déspota ou, então, o capital”<sup>45</sup>. O capital aparece como o pressuposto natural do trabalho, mas não é o produto do trabalho: além de se opor às forças produtivas, o capital rebate-se sobre toda a produção e constitui uma superfície onde se distribuem as forças e os agentes de produção, que se tornam o seu poder.

### Considerações finais

Se, como dissemos, o acontecimento de Maio de 68 abriu um novo ciclo revolucionário, instaurando processos que permitiram a tomada de consciência da transformação da qualidade social da produção e dos processos de trabalhos, foram exatamente os partidos comunistas e socialistas tradicionais que não perceberam a força dos novos modos de produção social emergentes com o capitalismo mundial integrado. Essa nova forma do capital como força transformadora do social está agora capacitada para traduzir qualquer seqüência da vida em termos de troca e de sobredeterminação com a urgência e a necessidade das operações de quantificação econômica e de comando político. A integração mundial possibilita ao capital controlar todos os tempos singulares da vida: “a família, a vida pessoal, o tempo livre e talvez os fantasmas e o sonho, tudo está a partir de então sujeito às semióticas do capital”<sup>46</sup>. Este contexto de assimilação progressiva da sociedade à lógica do capital e de desterritorialização dos processos produtivos acaba por converter as classes operárias em massa de consumo.

Para as lutas singularizantes dos novos movimentos sociais, a analítica foucaultiana do poder descortina os processos de subjetivação como práticas de poder/saber que têm o corpo por espaço de manifestação. É pelo corpo que se dá a associação entre poder e saber (ou então, poder e saber seriam abstrações). Teorizar sobre os novos sujeitos históricos é pensar como o sujeito se constitui como produto de um processo de subjetivação no entrecruzamento de poder e saber no corpo.

O que as novas subjetividades colocam em jogo são os critérios de uma estética da existência: a produção da vida como uma obra de arte, a elaboração estilística do eu no caminho de construção de um grupo-sujeito. Produzir novas experiências de sentido dentro das condições históricas da Contemporaneidade é apostar na emergência de subjetividades que causam rupturas em diversos e simultâneos pontos da rede do poder.

Notas

- <sup>1</sup> Para aprofundar as questões sobre produção de novas subjetividades e microfísica do poder, consultar: AGUIAR, Leonel Azevedo de. **A emergência das novas subjetividades e o movimento ecológico: um campo de comunicação na Contemporaneidade**. 182 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.
- <sup>2</sup> TOURAINE, Alain. **Le mouvement de Mai ou le comunisme utopique**. Paris: Seuil, 1969.
- <sup>3</sup> EWALD, François. O fim de um mundo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). **Michel Foucault, o dossier: últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984, p. 93.
- <sup>4</sup> GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 39.
- <sup>5</sup> DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mai 68 n'a pas eu lieu. *Les Nouvelles*, Paris, 3 mai 1984. p. 75. Disponível em: <[http://www.revue-chimeres.fr/drupal\\_chimeres/?q=node/87](http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/?q=node/87)>. Acesso em 15 de outubro de 2008.
- <sup>6</sup> FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979, p. 78.
- <sup>7</sup> FOUCAULT, M. O cuidado com a verdade. In: ESCOBAR, C. H. (org.), *op. cit.*, p. 81.
- <sup>8</sup> FOUCAULT, M. Não ao sexo rei. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**, *op. cit.*, p. 237.
- <sup>9</sup> DELEUZE, Gilles. As dobras ou o lado de dentro do pensamento (subjetivação). In: \_\_\_\_\_. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 123.
- <sup>10</sup> LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.
- <sup>11</sup> DELEUZE, Gilles. As dobras ou o lado de dentro do pensamento (subjetivação). In: \_\_\_\_\_. **Foucault**, *op. cit.*, p. 123.
- <sup>12</sup> FOUCAULT, M. Poder-corpo. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**, *op. cit.*, p. 147.
- <sup>13</sup> FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a História. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**, *op. cit.*, p. 24.
- <sup>14</sup> FOUCAULT, M. Genealogia e poder. In: \_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**, *op. cit.*, p. 175.
- <sup>15</sup> FOUCAULT, M. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 239.
- <sup>16</sup> AGUIAR, Leonel Azevedo de. A amizade filosófica entre Deleuze e Foucault: questões em torno da noção de poder. In: CRUZ, Jorge (org.). **Gilles Deleuze: sentidos e expressões**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006, p. 111-133.
- <sup>17</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977, p. 171.
- <sup>18</sup> DELEUZE, G. Um novo cartógrafo. In: \_\_\_\_\_. **Foucault**, *op. cit.*, p. 33-53.
- <sup>19</sup> FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**, *op. cit.*, p. 29.
- <sup>20</sup> FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1980, p. 90.
- <sup>21</sup> FOUCAULT, M., *op. cit.*, p. 172.
- <sup>22</sup> *Idem, ibidem*.
- <sup>23</sup> *Idem*, p.30.
- <sup>24</sup> FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**, *op. cit.*, p. 90.
- <sup>25</sup> *Idem*, p. 95.
- <sup>26</sup> *Idem*, p. 96.
- <sup>27</sup> *Idem*, p. 91.
- <sup>28</sup> GUATTARI, F. **O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise**. Campinas: Papyrus, 1988.
- <sup>29</sup> GUATTARI, F. Micropolítica do fascismo. In: \_\_\_\_\_. **Revolução molecular: as pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 179.
- <sup>30</sup> GUATTARI, F. O inconsciente maquínico e a revolução molecular. In: \_\_\_\_\_. **Revolução molecular**, *op. cit.*, p. 172.
- <sup>31</sup> GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**, *op. cit.*, p. 191.
- <sup>32</sup> *Idem*, p. 16.
- <sup>33</sup> *Idem*, p. 17.
- <sup>34</sup> *Idem*, p. 130.

## MAIO DE 68: NOVAS SUBJETIVIDADES, MICROPOLÍTICAS E RELAÇÕES

<sup>35</sup> Para uma discussão sobre a visão da Escola de Chicago e de Milton Freedman, tido como fundador do pensamento econômico neoliberal na década de 1970, em relação aos novos movimentos sociais, consultar:

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**, *op. cit.*, p. 192.

<sup>36</sup> GIDDENS, A. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991, p. 45.

<sup>37</sup> GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**, *op. cit.*, p. 193.

<sup>38</sup> GUATTARI, F. Oralidade maquínica e ecologia do virtual. In: \_\_\_\_\_. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 115.

<sup>39</sup> GUATTARI, F. O novo paradigma estético. In: \_\_\_\_\_. **Caosmose**, *op. cit.*, p. 130.

<sup>40</sup> GUATTARI, F. Oralidade maquínica e ecologia do virtual. In: \_\_\_\_\_. **Caosmose**, *op. cit.*, p. 116.

<sup>41</sup> GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.

<sup>42</sup> GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**, *op. cit.*, p. 321.

<sup>43</sup> DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995, p. 7.

<sup>44</sup> EWALD, François. A esquizo-análise. In: ESCOBAR, Carlos Henrique. **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon, 1991, p. 90.

<sup>45</sup> DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 1995, p. 15.

<sup>46</sup> GUATTARI, F.; NEGRI, Antonio. **Os novos espaços da liberdade**. Coimbra: Centelha, 1987, p. 15.

### Referências bibliográficas

AGUIAR, Leonel Azevedo de. A amizade filosófica entre Deleuze e Foucault: questões em torno da noção de poder. In: CRUZ, Jorge (org.). **Gilles Deleuze: sentidos e expressões**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2006, p. 11-133.

AGUIAR, Leonel Azevedo de. **A emergência das novas subjetividades e o movimento ecológico: um campo de comunicação na Contemporaneidade**. 182 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DELEUZE, G.; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 1. Lisboa: Assírio & Alvim, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mai 68 n'a pas eu lieu. Les Nouvelles, Paris, 3 mai 1984. p. 75-76. Disponível em: <[http://www.revue-chimeres.fr/drupal\\_chimeres/?=node/87](http://www.revue-chimeres.fr/drupal_chimeres/?=node/87)>. Acesso em 15 de outubro de 2008.

EWALD, François. O fim de um mundo. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). **Michel Foucault, o dossier: últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

EWALD, F. A esquizo-análise. In: ESCOBAR, C. H. (org.). **Dossier Deleuze**. Rio de Janeiro: Hólon, 1991, p. 89-92.

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a verdade. In: ESCOBAR, C. H. (org.). **Michel Foucault, o dossier: últimas entrevistas**. Rio de Janeiro: Taurus, 1984.

- FOUCAULT, M. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1977.
- FOUCAULT, M. **O sujeito e o poder**. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- GIDDENS, Antony. **Para além da esquerda e da direita: o futuro da política radical**. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.
- GUATTARI, F. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- GUATTARI, F. **As três ecologias**. Campinas: Papirus, 1990.
- GUATTARI, F. **O inconsciente maquínico: ensaios de esquizo-análise**. Campinas: Papirus, 1988.
- GUATTARI, F. **Revolução molecular: as pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUATTARI, F.; NEGRI, Antonio. **Os novos espaços da liberdade**. Coimbra: Centelha, 1987.
- GUATTARI, F.; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**. Lisboa: Publicações Escorpião, 1974.
- TOURAINÉ, Alain. **Le mouvement de Mai ou le comunisme utopique**. Paris: Seuil, 1969.



# PanAmérica: uma cartografia dos processos de globalização nos anos de 1960

Evelina Hoisel\*

**Resumo:** Estudo da epopéia PanAmérica, de José Agrippino de Paula, a partir do estabelecimento das relações entre literatura e cinema, literatura e cultura, no contexto dos anos de 1960. Considerando os ícones e os símbolos do imaginário cultural acionados pela epopéia, procura-se evidenciar como, de maneira paradoxal, PanAmérica registra os processos de globalização emergentes nas sociedades contemporâneas, articulando-se a partir do Brasil, um país da América Latina econômica e tecnologicamente subdesenvolvido, na fase de expansão do imperialismo dos Estados Unidos, na década de 1960.

**Palavras-chave:** PanAmérica; José Agrippino de Paula; Literatura; Cinema; Cultura.

**Abstract:** This paper is a study on the epic PanAmérica, by José Agrippino de Paula, focusing the relationship between literature and cinema, and literature and culture in the 1960s. The icons and symbols of the cultural imaginary that appear in the epic show how PanAmérica paradoxically registers the process of globalization emerging from contemporary societies. The plot is focused on Brazil, a country of Latin America economic and technologically under-developed in the phase of imperialist expansion in the 1960s.

**Keywords:** PanAmérica; José Agrippino de Paula; Literature: Movie; Culture.

---

\* Evelina Hoisel é Professora Titular da Universidade Federal da Bahia, ensinando na graduação e pós-graduação dos cursos de Letras e Teatro. É membro da Academia de Letras da Bahia. Em 1980, publicou o livro *Supercaos: os estilhaços da cultura em Panamérica e Nações Unidas*, estudo crítico sobre a obra de Agrippino de Paula.

Em julho de 1967, a Editora Tridente, do Rio de Janeiro, publicava a epopéia *PanAmérica*<sup>1</sup>, do escritor José Agrippino de Paula. O impacto do livro foi surpreendente, pois ele rompia com os parâmetros da época para se avaliar um texto literário. A primeira edição de *PanAmérica* era impressa em papel encorpado, tipo havana, com a utilização da fonte *egyptienne*, uma letra redonda em negrito, com sólidas serifas quadradas, o que acentuava o caráter lúdico e visual da narrativa, apelando para outras formas de relação com o leitor que deslocavam a postura séria e bem comportada exigida pela tradição literária estabelecida. Nos idos de 1967, *PanAmérica* anunciava, no contexto cultural brasileiro, de maneira precursora e contundente, o processo de democratização do literário, rompendo com as dicotomias estabelecidas entre alta/baixa literatura, literatura erudita/literatura popular, literatura/paraliteratura, estético/não estético.

Delineando um vasto painel da sociedade do espetáculo, expondo as diversas feições da civilização e da barbárie (ou da civilização como barbárie), a narrativa de *PanAmérica* movimenta-se através de variadas fronteiras multiculturais, cartografando os processos de globalização que caracterizam o capitalismo internacional. De maneira paradoxal, *PanAmérica* registra o processo de globalização emergente na sociedade contemporânea, articulando-se a partir do Brasil, um país da América Latina econômica e tecnologicamente subdesenvolvido, na fase de expansão do imperialismo dos Estados Unidos.

Ao tematizar a filmagem imaginária de uma superprodução hollywoodiana por Cecil B. de Mille - a *Bíblia*, um dos fios condutores da narrativa de *PanAmérica* - José Agrippino de Paula lança uma movimentada panorâmica nos processos de mercantilização da cultura, através de um texto que explora ludicamente o fascínio pela imagem e, simultaneamente, desmonta as bases ideológicas que sustentam e põem em circulação este fascínio. O movimento desse jogo permeia a narrativa em suas diversas nuances, revelando-se hiperbolicamente em cada página.

O primeiro cenário projetado pela epopéia são os estúdios de Hollywood e a parafernália tecnológica que se tem à disposição para a produção de um filme. Aqui são exibidos também os mitos e ícones da cultura de massa daquele período: Marilyn Monroe, imagem do objeto de desejo erótico do narrador, sempre projetada a partir de suas fantasias oníricas e alucinadas, Burt Lancaster, Gary Grand, Yul Brynner, John Wayne, Charles Boyer, Marlon Brandon, Clark Gabel, Sophia Loren, Carlo Ponti. Mas estão presentes também outros personagens retirados da iconografia política e religiosa: John F. Kennedy, Charles de Gaulle, Che Guevara, o papa Paulo VI.

A cena filmada no início do livro é a da fuga dos judeus do Egito e a travessia do Mar Vermelho. O aparato tecnológico que está sendo montado para a sua filmagem é fantástico, caricato e monumental. Helicópteros sobrevoam um imenso mar de gelatina verde onde uma praia é construída. Enormes painéis imitam grandes pedras usadas para construir o palácio de Nabucodonosor. Halterofilistas formam o delirante exército de Nabucodonosor. Um lança-chamas esguicha para o céu uma enorme coluna de fogo vermelha e dourada. Vinte helicópteros azuis transportam milhares de anjos que voam de asas abertas pendurados em fios de nylon, levando trombetas douradas e permanecendo acima da coluna de fogo.

O diretor do filme, que se confunde com o narrador da epopéia, movimenta-se velozmente em outro helicóptero, sobrevoando o mar de gelatina verde. Daí, pula rapidamente para cima de caminhões que circulam pelo cenário da superprodução, comandando toda a cena da filmagem. Enquanto isso, revela as preocupações do produtor, apreensivo com o imenso custo da sua superprodução, e afirma que tudo que utilizava em termos de tecnologia filmica “era em prol do realismo do filme”, pois “o público não acreditava nas sobreimpressões imperfeitas e borradas.”<sup>2</sup> E vai também revelando os riscos de vida trazidos pela estupenda tecnologia que está a serviço da superprodução.

Neste ponto, é interessante observar que, à proporção que a narrativa de *PanAmérica* tematiza a filmagem de uma superprodução e se apropria dos astros de Hollywood, de seus mitos e ícones, estabelece-se um jogo que, simultaneamente, seu texto encampa e desconstrói – e encampa para

desconstruir - os mecanismos de produção do filme. Mais do que isso, os mecanismos da comunicação de massa, da indústria cultural como produtora de realidades, como fábrica de mitos. Para reforçar esta idéia, o filme que está sendo rodado se baseia na Bíblia, uma das maiores fontes de mitos da história ocidental.

Ora, em *PanAmérica*, o filme é o modelo exemplar e agenciador de outros elementos que se introduzem no texto em capítulos subseqüentes. A maneira como o narrador - que é também o diretor da superprodução - descreve as cenas da filmagem funciona para desvelar os suportes ideológicos que comandam a elaboração desse tipo de filme produzido pela indústria cultural. À medida que a narrativa constrói a antecena da filmagem, expondo a tecnologia e os perigos que circulam nos bastidores de Hollywood, aponta também para os bastidores da história e revela como ela é produzida pelos meios de comunicação de massa.

Em seu estudo sobre *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*, Ismail Xavier verifica como, no cinema de Hollywood, tudo se direciona para “o controle total da realidade criada pelas imagens – tudo composto, cronometrado e previsto. Ao mesmo tempo, tudo aponta para a invisibilidade dos meios de produção desta realidade. Em todas as direções, a palavra de ordem é “parecer verdadeiro”, montar um sistema de representação que procura anular sua presença como trabalho de representação”<sup>3</sup>.

É esta parafernália tecnológica que o narrador de *PanAmérica* e diretor da filmagem - espécie de deus onipotente e onipresente que tudo comanda através do seu rádio transmissor - exhibe criticamente no capítulo de abertura da epopéia. À medida que a narrativa prossegue, vão se revelando as implicações do que seja o conceito de realismo do ponto de vista de uma montagem hollywoodiana. Em primeiro lugar, como aponta Ismail Xavier, “a escolha de estórias pertencentes a gêneros narrativos bastante estratificados em suas convenções de leitura fácil, e de popularidade comprovada por larga tradição de melodramas, aventuras, estórias fantásticas.”<sup>4</sup> Ao se apropriar do texto bíblico, a preocupação do diretor é com a definição de um texto realista, isto é, aquele que se faz mimeticamente em relação ao modelo, pressupondo a construção de um espaço cujo esforço se dá no sentido de uma reprodução fiel das aparências imediatas do mundo físico. Por sua vez, a interpretação dos atores busca uma reprodução do comportamento humano, através de movimentos e reações “naturais”. Acrescente-se a isso, a presença de atores e atrizes formados pelo *star system*, cuja fotogenia é realçada por primeiros planos. Em *PanAmérica*, o diretor fornece com precisão aos atores a linha de interpretação do seu personagem, como se verifica no seguinte trecho: “Eu me aproximei de Gary Grant e disse que ele precisava se compenetrar do papel [...] Eu disse que deveria ser um gesto mais enérgico e dramático, correspondente ao de patriarca do povo judeu”<sup>5</sup>.

Mas o que o discurso de *PanAmérica* desvela a partir dessa caricata exposição da tecnologia hollywoodiana é que, aquilo que é “cuidadosamente construído” e cuja “organização era perfeita”<sup>6</sup> para dar a ilusão de realidade, o é à base de um material falso. O realismo é obtido através de truques que não são percebidos e apreendidos pela maioria dos espectadores aos quais a superprodução se dirige. Ao flagrar os processos de ocultação dos procedimentos construtores da representação fílmica, da linguagem cinematográfica, *PanAmérica* desvenda os mecanismos de falsificação, apontando para um esvaziamento da realidade que ignora, deforma e mascara seu próprio processo de representação. A narrativa registra o caráter espetacular da superprodução que apela para elementos mágicos e fantásticos – anjos voando nas nuvens, o mar se abrindo para os judeus atravessarem – passíveis de serem realizados filmicamente graças aos recursos técnicos e financeiros que o cinema tem à sua disposição. A mecanização da criatividade cria um mundo de fatos extraordinários, e é esta a imagem produzida e vendida por Hollywood, a grande fábrica de mitos do século XX.

Embora tematizando este tipo de linguagem e de representação fílmica – o da superprodução hollywoodiana - o texto de *PanAmérica* não se constrói seguindo os padrões tradicionais da representação, mas se configura como um simulacro: cópia de cópia. Não é a realidade imediata que lhe fornece o seu conteúdo – as relações e os sentimentos humanos, os conflitos íntimos dos personagens –, porém, uma realidade secundária: a imagem de um ídolo de massa, um clichê que

aparece repetidas vezes nos meios de comunicação de massa, o vasto repertório de ícones e marcas da publicidade, as técnicas próprias da produção cinematográfica e das histórias em quadrinhos. Recorrendo a diversos códigos semiológicos, efetuando um constante descentramento ao nível das ideologias, dos significados e dos significantes lingüísticos, José Agrippino de Paula constrói um texto lúdico de extrema loquacidade. Através da apropriação parodística e antropofágica das linguagens que circulam através dos meios de comunicação de massa, Agrippino de Paula utiliza-se de diversos procedimentos estruturadores dessas linguagens, compartilhando com os artistas pop – Andy Warhol, Claes Oldenburg, Roy Lirchentein – as técnicas da publicidade, do cinema e das histórias em quadrinho: colagens, visão macroscópica, uso abundante de sinestésias, discurso cinético. Todas essas técnicas possibilitam ao discurso literário de *PanAmérica* obter, através do signo verbal, efeitos análogos a outros sistemas semiológicos e artísticos.

Em *PanAmérica*, a história, ou melhor, os fragmentos de história são montados a partir de um eu narrador que se repete insistentemente, obsessivamente, através de um processo de colagem que evidencia a superficialidade e o achatamento dos acontecimentos narrados e do sujeito que se dispersa ao longo da narrativa. Nesse sentido, como texto paradigmático da cultura do simulacro, *PanAmérica* encontra nessa superficialidade um dos componentes principais do processo de construção, deslocando o modelo da profundidade narrativa da primeira metade do século 20.

O eu narrador/protagonista, que pode ser um Superhomem ou Superherói, desliza pelo espaço textual assumindo diversos papéis – diretor da superprodução cinematográfica, homossexual, soldado e guerrilheiro na América Latina – juntando os fragmentos de episódios ou cenas que se conectam segundo a lógica alucinada das fantasias e das associações oníricas. Multiplicando-se repetitivamente em uma pluralidade de eus que, no entanto, não são identificados por nenhum nome, este personagem é também desprovido de traços psicológicos, produzindo uma narrativa a partir de uma série de fragmentos temporais não relacionados cronologicamente. Esta característica, que Frédéric Jameson denomina de textualidade, *écriture* ou prática esquizofrênica, resulta em uma “prática da heterogeneidade a esmo do fragmentário, do aleatório”<sup>7</sup>. Nesse tipo de textualidade, rompem-se os elos entre significante e significado (o sentido ou o conteúdo conceitual não é aqui produzido a partir de uma relação interna dos significantes ou dos sistemas narrativos). Com esta ruptura da cadeia narrativa, a escrita de *PanAmérica* se reduz, como na linguagem do esquizofrênico, à experiência de vários presentes não relacionados no tempo, tornando-se um fabuloso exercício de “descontinuidades desconexas”, deslocando, por essa via, o pretenso realismo do filme hollywoodiano.

Esse exercício de lúdica descontinuidade prolifera no desenrolar da epopéia, que focaliza uma outra face do pan-americanismo e da incipiente globalização, apresentada por José Agrippino em suas múltiplas implicações ideológicas. Diversos capítulos superpõem às imagens do poderio cinematográfico de Hollywood - espetacular alegoria do poderio econômico e político dos Estados Unidos - os episódios políticos da América Latina, num explosivo processo de desficcionalizar os acontecimentos históricos: guerrilhas, golpes militares, lutas políticas. Nestes capítulos também circulam as imagens e os ícones difundidos pelos meios de comunicação de massa e pela indústria cultural da época, dentre eles, chefes políticos e religiosos já mencionados anteriormente, como John Kennedy, Eisenhower, Lyndon Johnson, De Gaulle, Che Guevara, o Papa Paulo VI.

Ao enquadrar e superpor imagens geográficas, políticas, históricas e culturais tão díspares – cenas da filmagem hollywoodiana com episódios sócio-políticos da América Latina – Agrippino de Paula, através de sua montagem heterogênea, nos coloca diante de uma dispersão de imagens, como se fossem telas de cinema/televisão empilhadas, impossibilitando qualquer tipo de totalização e de unificação do sentido das cenas projetadas.

É interessante observar rapidamente o processo de montagem dos espaços geográficos e culturais da narrativa. A visão de uma geografia social, cultural e econômica dos Estados Unidos apresenta-se sob a mediação de Hollywood. Os sete capítulos iniciais da epopéia que tematizam a filmagem de *A Bíblia* têm como cenário as cidades de Hollywood e Nova York. A partir do capítulo oitavo, introduz-se um outro cenário, uma outra geografia, que detona uma outra problemática, apenas veladamente

insinuada nos capítulos iniciais, e cuja ação transcorre dramatizando acontecimentos políticos na América Latina. Aqui também os fatos assumem a irrealidade da ficção e a ficção a realidade da história. O que se tematiza é a luta guerrilheira, a ação terrorista, enformada por uma outra mitologia dos anos de 1960: a propagação do comunismo no continente sul-americano. Nestes capítulos, Agrippino de Paula reescreve uma história sem nomes. Este espaço é povoado por soldados, guerrilheiros, terroristas, adidos militares, responsáveis por golpes de estado.

Este modo de organizar a construção do espaço narrativo de *PanAmérica* é uma maneira de contrapor essa vertente da história pan-americana à história fabulosa e extraordinária contada pelos astros de Hollywood, e que vendem a imagem fantasiosa do sistema social vigente nos Estados Unidos. Se a divisão espacial que comanda a organização da epopéia funciona no sentido de estabelecer uma diferença entre o norte e o sul – o norte como espaço das estrelas, o sul como lugar dos heróis anônimos –, o narrador procede também a uma aproximação entre o norte e o sul, quando desvela a imagem do sonho americano difundida pelos meios de comunicação de massa. A esta imagem, José Agrippino de Paula superpõe a da realidade continental: o caos pan-americano. Esta idéia de caos cultural, que se dissemina e pulveriza a narrativa, pode ser associada à perda do centro e conseguinte dispersão e diversificação dos níveis e experiências culturais descritas e postas em circulação pelos teóricos da sociedade de massa no período. Além de dramatizar a realidade confusa dos acontecimentos históricos, dimensiona a natureza acidental e desordenada da civilização tecnológica. Neste sentido, a filmagem da última cena da superprodução, a cena do apocalipse, ilumina a leitura dos acontecimentos contemporâneos, emprestando uma dimensão mais trágica aos acontecimentos históricos das Américas na década de 1960. Por sua vez, o rompimento das fronteiras geográficas entre os países americanos já enuncia também uma certa homogeneidade cultural no continente, resultante da proliferação dos meios de comunicação.

Significativo das correlações entre a indústria cultural e o poder econômico e político é o episódio de um dos capítulos finais de *PanAmérica*, onde se focaliza a queda de Hollywood e a transferência e mudança do centro do mundo cinematográfico dos Estados Unidos para a Europa. O episódio aponta para uma disputa entre o gigante Di Maggio, dono de Hollywood, e o “minúsculo” e “gordo” Carlo Ponti, dono de Cinecittà. A disputa ocorre na Bolsa de Valores de Wall Street e é, primordialmente, uma disputa econômica. A cena é construída como uma hiperbólica alegoria, em que Di Maggio e Carlo Ponti são caracterizados como comilões e o que eles comem são bois. Será vencedor aquele que consumir o maior número de bois do cortejo “dos 4.733 bois que deveriam servir para a disputa”<sup>8</sup>. A metáfora é bastante literal e óbvia: a imagem do boi como animal passivo aponta para a passividade do indivíduo massificado. Enfatizando a característica da indústria cultural como um gigante deglutidor que se nutre de seus mitos, Sophia Loren, mulher de Carlo Ponti, é apresentada como um gigante de doze metros de altura que amamenta Carlo Ponti com suas imensas tetas: “Sophia Loren retirou as quatrocentas tetas do vestido e o minúsculo e gordo Carlo Ponti se lançou vorazmente sobre elas chupando o leite que esguichava abundante”<sup>9</sup>.

José Agrippino de Paula, ao se reportar alegoricamente ao modo de ser das massas, lança uma das questões mais polêmicas sobre a indústria cultural e a sua “dialética negativa” posta em marcha pelos frankfurtianos Theodor Adorno, Horkheimer, Walter Benjamim, e cuja discussão é retomada contemporaneamente por Edgar Morin, Jean Baudrillard e Jesús Martín-Barbero. O interessante de ser ressaltado é que Agrippino de Paula o faz em um momento em que apenas se esboçavam, em um país periférico e dependente como o Brasil da época, as questões que caracterizariam o capitalismo tardio e o emergente processo de globalização.

Outra problemática relacionada aos mecanismos de mercantilização da cultura suscitada pelo texto de *PanAmérica* refere-se à irracionalidade que articula a massificação cultural, contornando aspectos que dizem respeito à polêmica questão da psicologia das multidões. Tangenciando determinadas concepções que definem as massas como primitivas, impulsivas, energia sem controle, geradora de desordem<sup>10</sup>, Agrippino de Paula monta explosivas alegorias em que fetos são lançados do útero de Marilyn Monroe e destroem o estádio de Nova York. Por sua vez, “bilhões de espermatozoides”

explodem dos testículos do herói de beisebol Joe Di Maggio, na Feira de Nova York, formando imensos redemoinhos, enquanto “a multidão corria em pânico e uns pisavam sobre os outros”<sup>11</sup>. Ainda no Estádio de Nova York, o ídolo do beisebol Joe Di Maggio, ao término de uma partida, corta a cabeça de todos os presentes. A cena merece ser citada pela plasticidade da sua descrição e pelo paroxismo da irracionalidade do gesto destruidor do ídolo:

Di Maggio imóvel emitindo um olhar de fúria contra a multidão de espectadores e a multidão paralisada de pavor. Di Maggio deu um grito potente e terrível e saltou para a almofada onde estava a sua foice de prata, e segurou a afiada foice de prata com ambas as mãos. O rosto de Di Maggio estava vermelho como um anúncio luminoso e de seus olhos saíam pequenas faíscas. [...] Di Maggio partiu veloz contra a multidão de espectadores que fugiam em pânico [...] e depois partiu esquartejando os espectadores. Saltavam cabeças, pernas, braços, corpos para todos os lados e aqueles que não eram esquartejados pela foice eram esmagados pelos pés de Di Maggio. Di Maggio distribuía furiosamente pontapés e golpes de foice para todos os lados e instantes depois ele corria saltando pelas arquibancadas e esquartejando os últimos espectadores.<sup>12</sup>

O gesto apocalíptico de Di Maggio aponta também para a psicologia do indivíduo transformado em mito, do ídolo que não quer mais se submeter aos processos de fetichização que lhe são impostos pelo sistema e que são reatualizados em cada manifestação pública. Seguindo esta interpretação, a revolta de Di Maggio pode ser correlacionada à da Estátua da Liberdade em um dos capítulos finais da epopéia, quando ela se desloca do seu pedestal, onde esteve sempre imóvel, e destrói grande parte da cidade de Nova York. O ícone americano, a Estátua em movimento, é o próprio ruir do mito da liberdade cimentada e imobilizada. Observa-se assim que, nos trechos finais da narrativa, os embriões do caos se instalam e se desenvolvem fazendo implodir o próprio universo que os criou.

Rachel Esteves Lima, nas reflexões desenvolvidas em seu ensaio “Alegorias de identidade na América Latina”, esclarece que, no Brasil, o repúdio ao imperialismo americano justificou os embates contra a indústria cultural, considerada como instrumento de dominação neocolonial, e esta foi a postura assumida por José Agrippino de Paula, ao recorrer à representação alegórica e antropofágica. Acrescenta Rachel Esteves Lima que:

A sensibilidade pós-utópica de José Agrippino se revela no reconhecimento de que a técnica não pode levar a um novo Matriarcado (ao contrário de Oswald de Andrade), mas sim à destruição humana e ao caos. Ao invés de proporcionar a generalização do ócio e da festa, a automação tecnológica acentua o desperdício e as oposições centro/periferia, situação que evidencia as contradições que cada vez mais seriam mostradas pelo capitalismo tardio, que, segundo Ernest Mendel, apresenta uma mistura contraditória de racionalidade e irracionalidade, que pode fazer explodir o sistema e, quem sabe, prenunciar uma reorganização no modo de produção.<sup>13</sup>

Se em *Pan-América* José Agrippino de Paula celebra o seu fascínio pelo mundo do cinema e das celebridades, paradoxalmente, ele também tematiza a fama como tragédia e como catástrofe. Na literatura brasileira, nenhum outro escritor focalizou de maneira tão fantástica o espetáculo que constitui a realidade contemporânea, onde nada escapa do caráter mitologicizante da mídia. Exibindo em uma movimentada panorâmica o universo hiperbólico e tecnológico do capitalismo tardio, Agrippino de Paula nos oferta um texto multinacional que expõe a absorção dos discursos políticos, históricos e artísticos pela indústria cultural e no qual as relações entre centro e periferia são representadas e potencializadas sob o signo do caos. Ou, de forma mais precisa: do supercaos.

## Notas

<sup>1</sup> Publicado em 1967, *PanAmérica* ainda é um livro pouco conhecido, embora tenha sido republicado em 1988, pela Editora Max Limonad e, em 2001, pela Editora Papagaio. No início de 2004, a Papagaio republicou também o primeiro romance de José Agrippino, *Lugar público* (a 1ª.ed. é da Civilização Brasileira, 1965). José Agrippino escreveu ainda uma peça de teatro, *Nações Unidas* que, em 1968, teve quatro cenas montadas sob a direção de Maria Esther Stockler, com o título de *Rito do amor selvagem*, com cenário e figurino do próprio José Agrippino. Agrippino tem também várias incursões pelo cinema – um longa-metragem e vários super 8.

<sup>2</sup> PAULA, José Agrippino de. **PanAmérica; epopéia**. Rio de Janeiro: Tridente, 1967, p. 10.

<sup>3</sup> XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**. 2ª.ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 31.

<sup>4</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>5</sup> PAULA, José Agrippino de. *op. cit.*, p. 11.

<sup>6</sup> *Idem*, p. 9 e 17.

<sup>7</sup> JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo; a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997, p. 52.

<sup>8</sup> PAULA, José Agrippino de, *op.cit.*, p. 226.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 229.

<sup>10</sup> MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações; comunicação, cultura e hegemonia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da URFJ, 2001, p. 54-74.

<sup>11</sup> PAULA, José Agrippino de, *op. cit.*, p. 185.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 82-83.

<sup>13</sup> LIMA, Rachel Esteves. Alegorias de identidade na América Latina. Disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id 1458>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

## Referências bibliográficas

HOISEL, Evelina. **Supercaos; os estilhaços da cultura em PanAmérica e Nações Unidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1980.

HOISEL, Evelina. Supercaos atual. In: **Correio Brasiliense**, Caderno Pensar, Brasília, p-6-7, 12 agosto 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo; a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

LIMA, Rachel Esteves. Alegorias de identidade na América Latina. Disponível em <http://www.rizoma.net/interna.php?id 1458>. Acesso em 30 de agosto de 2008.

MARTIN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações; comunicação, cultura e hegemonia**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora da URFJ, 2001.

PAULA, José Agrippino de. **PanAmérica; epopéia**. Rio de Janeiro: Tridente, 1967.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**. 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.



# A MODA NOS ANOS 60/70 (COMPORTAMENTO, APARÊNCIA E ESTILO)

Renata Pitombo Cidreira \*

**Resumo:** A partir dos anos 60, particularmente, notamos uma congruência particular entre uma certa sensibilidade fragmentada evidenciada na moda, e uma estética pós-moderna dos fragmentos. Mas uma característica fundamental para a presente pesquisa é o fato de que, talvez pela primeira vez, a moda impulsionada e incorporada pelo movimento hippie (que se integrava a um momento da valorização da arte pop e da sociedade dita de consumo) tenha sido pensada como estilo. Certamente é isso que a moda, ou talvez seja melhor dizer, a aparência, sobretudo vestimentar, dos anos 60, 70, faz: reflete uma concepção de vida intimamente ligada à cultura pop e à filosofia hippie.

**Palavras-chave:** moda, comportamento, hippie, estilo, aparência.

**Abstract:** From the 1960s on, it is particularly noticed a congruence between a particular degree of sensitivity shown in piecemeal fashion, and a postmodern aesthetic of the fragments. But a key feature for this search is the fact that, perhaps for the first time, the fashion driven and built by the hippie movement (which included a moment of valorization of pop art and the so-called consumption society) has been thought of as style. Certainly this is what the fashion of the garments from the 1960s and 1970s does, i.e., it reflects a conception of life intimately connected to pop culture and the hippie philosophy.

**Keywords:** fashion, behavior, hippie, style, look.

---

\* Jornalista, doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (FACOM/UFBA), professora adjunta da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e autora de *Os Sentidos da Moda* (Annablume, 2005). E-mail: pitomboc@yahoo.com.br.

### Introdução

Uma conjuntura sócio-econômica-cultural impulsiona o aparecimento de uma série de explosões de expressões juvenis a partir de meados da década de 60 e início da década de 70. Movimentos como o psicodelismo, o feminismo, uma certa revitalização da volta à natureza, festivais de música que se transformam em verdadeiros *happenings* de liberação, vertigem, a proposição de uma nova forma de relação, em que se privilegia o amor livre, movimentos estudantis e as comunidades hippies, entre outros. Uma sensação de instabilidade e a conseqüente necessidade de escapismo – própria de momentos de grande reviravolta de valores –, promovem, na grande maioria dos jovens, a necessidade de uma vida mais saudável, simples, natural.

Esse é o período de Woodstock e de Maio de 68, marcos representativos de tentativas juvenis que, embora distintos, têm em comum o anseio de propor uma transformação radical da sociedade e promover o surgimento de uma ‘nova era’. Movidos por sonhos, verdadeiras utopias, os jovens agregaram em torno de si e de seus ideais uma força gigantesca que foi capaz, de fato, de fissurar a estrutura até então vigente, reivindicando uma inteira reversão do modo de ser da sociedade. Se essa fissura não foi suficientemente capaz de ruir o complexo já instalado, pelo menos conseguiu impor algumas importantes transformações.

A pretensão era por fim à opressão vivenciada nas sociedades ocidentais, através de uma negação ao império da razão científica, à repressão sexual, ao capitalismo, às guerras. Em oposição a essas estruturas, se instauraria o amor livre, o misticismo, o neo-tribalismo e a paz, ou seja, um outro modo de vida. Conforme observa Maria José Arias, em *Os Movimentos Pop* (1979), ao perceberem que os valores da sociedade em que viviam não os faziam felizes, os alienavam e envolviam numa engrenagem de que eles, como indivíduos, eram apenas uma peça a mais, esses jovens propunham uma vida baseada no amor a todas as coisas e no presente, sem hipotecas sobre o futuro. Esse contingente de jovens, batizado de filhos das flores (*flower children*), revigorou os trabalhos manuais, como o artesanato, a agricultura, além de cultivar a ingestão de substâncias que expandiam a mente e, sobretudo, compor e escutar música. Grande parte de protagonistas desses movimentos eram representantes do movimento hippie, sem contar os personagens de um certo ativismo estudantil de esquerda, cujo projeto era também a transformação do mundo. Mas se pode dizer que os jovens hippies foram, de fato, os mais significativos representantes dessa nova atitude diante dos acontecimentos do mundo, cuja principal inspiração era o sentimento de liberdade que contagia a todos.

Uma das tentativas de definição do surgimento e localização do movimento, aponta o estado do Colorado, a menos de três léguas de Trinidad, e maio de 1965, como os marcos de fundação do movimento hippie. De acordo com as pesquisas de Daufouy e Sarton, atualizadas por Tupã Correia<sup>1</sup>, teria sido um grupo de professores e estudantes de arquitetura, psicologia e ciências sociais que, numa ruptura frontal com o sistema de ensino que eles chamavam de esclerosado e decadente, teria fundado a primeira comunidade hippie de que se tem conhecimento. A comunidade foi batizada de *Drop City* e tinha como meta fomentar a criatividade de seus membros através do contato direto com a natureza, bem como buscavam eliminar todos os padrões hierárquicos de chefia ou de governo e toda forma de trabalho organizado. Neste mesmo período, coincidentemente ou não, a utilização de droga entre os jovens crescia significativamente: alucinógenos como o LSD e a maconha. “(...) Ocorre que a droga desempenhava um papel de expressiva importância, como principal símbolo de ruptura com os padrões existentes. Isso porque devemos entender o movimento hippie a partir de três elementos: a droga, a música e aquilo que seriam as posturas ético-sociais, integradas por roupas, maneira de ser e de participar socialmente”<sup>2</sup>.

Para alguns autores esse período seria caracterizado como Contracultura, no seio do qual tomava forma uma nova mentalidade, constituindo-se como um momento de intensa transição sócio-cultural. Segundo Edgar Morin<sup>3</sup>, por exemplo, esse foi um período marcado por acontecimentos explosivos, aparentemente aberrantes, anônimos, periféricos, que parecem relacionados com os

processos em curso, mas na verdade condicionados por estes. Temas emergentes tais como drogas, ecologia, feminismo, rock, esoterismo, *underground*, entre outros, surgem com uma força política.

## Comportamento

Os hippies propunham uma nova maneira de agir e pensar, uma transformação da mentalidade vigente a fim de engendrar um novo contexto social que poderia ser chamado neotribal. Como se sabe este movimento ganhou proporções globais e sua repercussão talvez tenha sido mais consistente do que se poderia supor. Existem, inclusive, autores, como o francês Michel Maffesoli, por exemplo, que defendem a idéia de que este movimento teria sido o marco de um processo nascente batizado posteriormente de pós-modernidade, caracterizado sobretudo pelo neotribalismo: este seria o novo modo de agregação social cujo vínculo se estabelece a partir do ponto de vista afetivo.

As tribos partilham, portanto, ideologias, gostos, sentimentos, valores e interesses que acabam por instituir uma ética que é a expressão da sensibilidade coletiva. Nesse sentido, podemos dizer, juntamente com o autor, que três elementos básicos fundam o sentimento tribal: um certo sentir em comum (designado estética, por Maffesoli), o laço coletivo, empático (a ética) e o resíduo que fundamenta o estar-junto (o costume). Envolvimento, portanto, orgânico, em que a valorização do grupo acaba dissolvendo o individualismo.

Sem dúvida, a analogia entre determinados movimentos de grupos e o que se cunhou pós-modernidade<sup>4</sup> é algo complicado, como ressalta muito oportunamente Steven Connor em *Cultura Pós-Moderna: Introdução às Teorias do Contemporâneo* (1996) quando destaca que não há muita semelhança entre a oposição à sociedade industrial de massas exemplificadas nos modernismos literários e artísticos e a quase absoluta identificação do rock, por exemplo, com as energias da expansão capitalista dos anos 60 e, mais tarde, dos anos 80. Nesse sentido, pode-se dizer que os hippies e mesmos os punks, apesar do desejo comum de liberdade, acabaram engendrando uma dinâmica que beneficiava o desenvolvimento da indústria, do consumo. Na visão de Connor funcionavam ambigualmente: se num primeiro momento serviam como pontos de convergência para o desejo de fuga das estruturas estabelecidas; num segundo estágio, aceleravam um ciclo de inclusão – em que suas novas formas e energias eram incorporadas, domadas e recicladas como mercadorias. Principalmente se se reflete sobre a moda vestimentária, pode-se afirmar que o paradoxo está mesmo presente como um elemento constitutivo do próprio fenômeno.

A moda é a lógica da obsolescência planejada – não somente a necessidade da sobrevivência do mercado, mas o ciclo do próprio desejo, o processo interminável por meio do qual o corpo é decodificado e recodificado, para definir e habitar os mais novos espaços territorializados da expansão do capital. Linha de fuga num dado momento, a moda é recapturada na rede de imagens no momento seguinte; congelados no espelho da “mídia sagem” (media-scape), ficamos em eterna contemplação no nosso momento suspenso de fuga.<sup>5</sup>

Na verdade, este é um paradoxo familiar que acontece com outras formas culturais populares que evitam enfrentá-lo e mesmo reconhecê-lo. O que está em jogo nesta discussão, como observa Connor, é o fato de que uma prática cultural disruptiva ancorada numa estética da bricolagem, do excesso e da descontinuidade, sustenta-se sob a égide do desafio a um conjunto de normas culturais dominantes ou oficiais e comprometidas (seja pelo design ou pela consequência estrutural) que, por sua vez, anulam a possibilidade da diversidade. Mas o que permite e cria as condições da própria política da diversidade que defende esse tipo de prática cultural “de resistência” é muito mais um afrouxamento da pressão de uniformidade autoritária e uma expansão e diversificação de normas oficiais do que uma súbita tomada de consciência revolucionária ou de uma postura crítica. Em muitos casos, percebe-se que é possível conceber as contradições presentes numa prática cultural desta natureza, como por exemplo, a lógica do simulacro, tão em voga na contemporaneidade. Ela

admite simultaneamente elementos de caráter subversivo e ao mesmo tempo, elementos específicos de uma modalidade oficial do capitalismo pós-moderno.

De todo modo, o autor defende o argumento de que o rock, seja ele hippie, punk, dark, etc., pode ser considerado a forma cultural pós-moderna mais representativa, na medida em que personifica o paradoxo central da cultura de massas contemporânea: o fato de que possui um alcance e influência global unificadora, de um lado, e a tolerância e criação de pluralidades de estilos, de mídia, de identidades, do outro. Tal característica aparece no rock desde o seu nascimento, pois desde então sempre foi capaz de se conectar com a cultura juvenil como um todo; com a cultura das ruas, com a performance e o espetáculo, com o estilo, com a moda...

Ambígua ou não, a música tem um papel fundamental: ela agrega, mobiliza grandes contingentes de pessoas, além de associar dialeticamente o sagrado e o profano, na experiência coletiva de um show, por exemplo. Com efeito, a música funcionava como o pretexto para os grandes festivais, como Woodstock, entre outros, configurando-se, assim, como uma manifestação do tribalismo evocado por Maffesoli, bem como um ritual. Um certo estilo musical nasce paralelamente à contracultura, da qual é porta-voz. Em *Os Movimentos Pop*, Maria José Arias ressalta que o apogeu do movimento hippie, em 1967, verão do amor e das flores, coincide com a exaltação de The Beatles: discos como *Revolver* e *Sgt. Pepper* são o maior sucesso e suas canções viram verdadeiros hinos do movimento hippie.

Os Beatles estavam sintonizados com a ideologia nascente da contracultura e cantavam *Let me take you too cause I'm going down strawberry fields nothing is real. There's nothing to get hung about strawberry fiels forever* (Venha comigo, que vou aos campos de morangos, nada é real, não há nada que temer, campos de morangos para sempre) ou ainda: *Money, can't buy me love* (O dinheiro não me compra o amor). Mas esta sintonia só teve o fôlego de um verão, comenta Arias, acrescentando que os hippies tentaram sim seguir os Beatles, mas estes, por sua vez, nunca se converteram em hippies, o que pode ser corroborado pelas letras seguintes: *There will be an answer: let it be, let it be* (Existirá uma resposta, deixem que surja) ou: *Nothing's gonna change my world* (Nada mudará o meu mundo). Essa transposição de ideais e de público fica evidenciada no momento em que The Beatles enlouquecem juvenzinhas histéricas e rapazes de cabelo curto. É o fim de uma ilusão.

Logo depois será a vez dos Rolling Stones, que vai se conectar com o sentimento experienciado pelos hippies na sua luta pela sobrevivência frente à hostilidade da sociedade; ao fato de terem, muitas vezes, de dormir na rua, ou em ambientes coletivos, de não terem dinheiro, etc. O grupo preenche o vácuo musical deixado pelos Beatles, exprimindo a alienação característica existente no fundo da sensibilidade do *rock'n roll*: frustração aliada a uma vontade de beleza. A canção *Satisfaction* simboliza magnificamente este sentimento ao exprimir vibrações violentas: *I can't get no satisfaction, I can't get no reaction, And I try, and I try! And I try!...* (Não consigo satisfação, não tenho nenhuma reação, e tento, e tento, e tento...). Ainda que fruto de uma vivência diferenciada daquela constituída pelos jovens mais radicais da contracultura, os Rolling Stones exprimem ecos de seus problemas.

A música, nesse sentido, “converte-se numa religião elétrica em que os músicos de rock revivem a função mágica do xamã das antigas tribos, transmitindo à comunidade o poder de suas experiências através do ritual da música”<sup>6</sup>.

A partir do momento em que The Beatles saem do cenário identificado com o movimento hippie e que estes abandonam as flores, as ruas passam a ser tomadas por um outro espírito; um certo movimento *underground* inclinado para a violência. Por volta de 1976-1977 uma reação agressiva, produto da sociedade superindustrializada e desumanizada, se instala através do movimento punk, oriundo dos subúrbios londrinos. Sua música era de baixa qualidade e sua estética espelhava destruição, negatividade e muita revolta.

### Aparência

Mas juntamente com a música, a aparência, também ela, aciona o gregarismo e é considerada como um dos mais potentes agenciadores de uma ética e estética pós-modernas. A partir dos anos 60, particularmente, notamos uma congruência particular entre uma certa sensibilidade fragmentada evidenciada na moda, e uma estética pós-moderna dos fragmentos. Mas uma característica fundamental para a presente pesquisa é o fato de que, talvez pela primeira vez, a moda impulsionada e incorporada pelo movimento hippie (que se integrava a um momento da valorização da arte pop e da sociedade dita de consumo) tenha sido pensada como estilo. Rubert de Ventos, um grande pesquisador da área da Estética, afirma que a moda converte-se em estilo, à medida que responde à necessidade de exprimir uma nova perspectiva ou conteúdo da realidade cultural e social. Certamente é isso que a moda, ou talvez seja melhor dizer, a aparência, sobretudo vestimentar, dos anos 60, 70, faz: reflete uma concepção de vida intimamente ligada à cultura pop e à filosofia hippie. Percebemos aqui que a moda não mais aparece como um elemento capaz de refletir a diferença entre as diversas classes sociais e econômicas. No momento em que ela se massifica e se vulgariza (tornando-se acessível a todos), e que também, de certo modo, inclui-se em determinada categoria artística, passa a simbolizar ideais, e através da indumentária se procura por “a imaginação no poder”, em reação a um certo uniformismo da roupa padrão: a dupla paletó e gravata, sempre em tons variados de cinza, preto e branco, símbolos característicos da sociedade tradicional.

Arias comenta que os hippies da Califórnia revelaram um gosto pelo extravagante, recorrendo principalmente aos vestidos da época de seus avós e bisavós, além de velhas indumentárias de marinheiros e militares, encontrados em casas com o perfil de brechós, por um preço bastante acessível.

Pelas ruas dos bairros tipicamente hippies vêem os seres mais diversos, do jovem vestido equivocadamente como mulher com roupa de malha transparente e sem roupa interior, passando pela túnica romana, pelo sari indiano ou pelo hábito religioso. Em Londres, se bem que talvez não haja tanta extravagância, a sofisticação é maior. É o império criado por Mary Quant, o estilo de Chelsea. Talvez a minissaia, idealizada por Mary Quant seja um dos símbolos mais significativos da cultura pop. Mary Quant abriu o Bazaar do bairro da Chelsea em 1955, porém seu impacto não foi notado até a década de 60. Dizia: “Os *beautiful people* são anarquistas não violentos e construtivos. Começarão a romper com os costumes tradicionais, porém o que me preocupa é sua maneira de vestir”.<sup>7</sup>

Em termos estéticos podemos dizer que a minissaia apareceu no momento certo, se não fosse assim não teria alcançado tamanho sucesso que se mantém até hoje, sendo considerada, pelo menos pelas brasileiras, como a peça fundamental de todo guarda-roupa. Mas sua aceitação no momento em que surgiu se deve exatamente a sua característica de desprezo pelas convenções, e, conseqüentemente, à valorização de atitudes permissivas. Mary Quant diminuiu o comprimento das saias, colocou cinturas para baixo, usou faixas horizontais e inserções triangulares de pregas na linha da bainha para permitir o movimento. Suas roupas eram divertidas, fáceis de usar, rejeitando tudo que fosse engomado e formal; eram os jovens que ela buscava enquanto consumidores. Controvérsias à parte, também André Courreges criou minivestidos e minissaias, dando à moda o aspecto de dinamismo e modernidade.

Outro dado que vale a pena sublinhar é o fato de que, impulsionadas pelo movimento feminista, as mulheres lutam cada vez mais para entrar em novas carreiras e para se afirmarem em ambientes anteriormente destinados aos homens. A ênfase da moda na praticidade dos modelos e na escolha dos tecidos origina-se nessa vida competitiva, que deixa pouco tempo, seja para combinar roupas, seja para cuidar delas. De um modo geral, observamos que a perspectiva de igualdade de papéis sociais faz com que, principalmente o universo feminino, comece a impor um estilo de se vestir que procura eliminar, até certo ponto, as diferenças até então existentes entre roupas de homem e roupas de mulher.

De fato, até os anos 60, havia uma maneira de vestir-se, com a qual homens e mulheres, seguindo-a à risca, mantinham acentuadas as diferenças de sexo. Até aquela década, também estava na roupa a diferença de algumas posições sociais. Particularmente o terno indicava situações de trabalho, status político e social, mas sobretudo uma condição masculina urbana. Com o aparecimento e expansão da moda hippie tudo começou a mudar: primeiro a redução das diferenças no vestuário de homens e mulheres; depois a adoção de todo um estilo informal de portar-se e vestir-se, com a perda da posição central do terno, sem mencionar a mudança nos cortes de cabelos masculinos, antes curtos, passando a cair sobre os ombros, em desalinho, entre outras alterações. Como observa João Braga<sup>8</sup>, a moda masculina se transforma radicalmente nesse período. “O homem deixou de usar o costume e gravata para aderir às modernidades vigentes em jaquetas com zíper, golas altas, tecidos também sintéticos, botas, caças mais estreitas, além das camisas coloridas ou estampadas. O homem estava voltando a se enfeitar e a difusão da moda unissex [...] só contribuiu positivamente para isso”<sup>9</sup>.

Os jovens passam a se vestir de maneira bastante fora do comum. Entretanto, ao mesmo tempo que as mulheres reivindicam a igualdade entre os sexos, espelhada, inclusive, na adoção das indumentárias, muitas delas apostam num visual romântico, cuja representatividade transparece na escolha de tecidos finos de algodão com estampas florais, motivos campestres de Laura Ashley, os chifons estampados de Zandra Rhodes, anáguas rendadas, chapéus de palha adornados com flores do campo e penteados levemente ondulados ou com cachos ‘pré-rafaelitas’. A Op Art, com suas cores fortes, ilusão de ótica, simetrias, etc., também influenciará a padronagem dos tecidos, revelando contemporaneidade e jovialidade. Os vestidos Op Art (1966-1967) e os vestidos retos de seda pesada, inspirados nas pinturas de Mondrian (1965), de Saint Laurent, são considerados, até hoje, verdadeiros ícones da moda da década de 60. Também a Pop Art se fez presente nas estamparias, privilegiando a reprodução de rostos famosos, histórias em quadrinho, produtos da indústria cultural, em interpretações dos trabalhos de Andy Warhol.

Na indústria têxtil é tempo de desenvolvimento de novas fibras sintéticas como o banlon e a helanca, facilitando as formas dos modelos, que em termos de modelagem, variam entre o tubinho e as saias plissadas. A malha também é usada para quase tudo, inclusive casacos. As roupas revelam ainda o corpo através de transparências; as saias ficam gradativamente mais compridas, mas o que fica visível das pernas é coberto com malhas caneladas ou meias coloridas e até por tornozeleiras. As roupas realçam, também, as nádegas, à medida que os jeans e as calças ficam mais apertados e todas as malhas são colantes. As nádegas passam a ser a mais nova zona erógena, porém o mais importante é a maneira como a moda tornou erótico o corpo esguio e a boa forma. A preocupação com a saúde, as corridas e as caminhadas tornam-se uma tendência, dentro de toda uma concepção global de uma nova era, um novo momento vivenciado principalmente pelo jovens, engajados na ideologia Paz e Amor, e por que não também saúde, vida...

Outro aspecto singular deste período é a insinuação de um certo espírito esportivo (com destaque para o *training*, para praticar o *cooper* e o moleton) que passa a comandar o imaginário de produtores e consumidores. Formas inspiradas nas fardas do exército, trajes de combate e de aviadores, feitos em diversos materiais, inclusive couro. A corrida espacial também permeou a cultura da década de 60 e a moda não ficou imune. Pierre Cardin, por exemplo, se inspira na primeira caminhada no espaço, do astronauta Ed White, e faz uma coleção chamada Cosmo, em 1965. As peças são unissex e bastante práticas, como túnicas, suéteres canelados e calças coladas ao corpo. Bonés pontudos completam o visual cosmonauta.

A tendência a uma procura de peças nos mercados de quinquilharias começa a aparecer ainda na década de 70 e perdura até os anos 80, atingindo mesmo os 90 e permanecendo até os dias atuais como uma fonte de inspiração para aqueles que desejam um visual mais diferenciado. Conforme observa Françoise Vincent-Ricard<sup>10</sup> esse entusiasmo pelos ‘restolhos’ é mais que uma reação ao poder aquisitivo limitado – permite inúmeras identificações passadistas e cosmopolitas. James Laver<sup>11</sup> e Françoise Vincent-Ricard<sup>12</sup> concordam que o *flower-power hippie*, cujo centro difusor é São Francisco, onde jovens seguidores se reúnem com seus jeans bordados ou com aplicações de

flores ou calças de algodão boca-de-sino (de forma simples, abrindo em direção à bainha, muito populares na segunda metade da década de 60), camisas com estampas indianas, saias compridas para as mulheres e flores espalhadas pelos cabelos compridos, é uma forte tendência dos anos 70. É interessante observar que a década de 70 assistiu ao momento de apogeu do jeans, sobretudo pela sua adoção por grupos e que se encadeiam na desobediência civil ao *stablishment*: negros, mulheres, hippies, estudantes contra a guerra do Vietnã e finalmente homossexuais. Foi-se fazendo assim um símbolo de resistência à dominação derivada da idade, do sexo, do poder político e econômico e das normas e estilos de vida.

Em suas considerações, Françoise Vincent-Ricard explicita que o movimento Hippie alcança dimensões mundiais e “é o precursor do encontro entre Oriente e Ocidente, ocorrido quando Kenzo e Issey Miyake chegam à França”<sup>13</sup>. A princípio, suas roupas são compostas de superposições de túnicas, anáguas, calças largas, propiciando um sentimento de liberdade e combinações excêntricas. Ao europeizar, cada um a seu modo, os trajes japoneses, esses criadores abrem um novo espaço para o corpo em relação à roupa. Os trajes ocidentais deixam muito pouco espaço entre o corpo e a roupa. Já os trajes japoneses, preocupam-se com a ampliação do tecido (como também na África e no resto da Ásia), numa tentativa de ocultar o corpo, criando espaço ao seu redor. Os quimonos servem como um bom exemplo de indumentária que se apóia sobre o corpo, sem o revelar. Inspirados por esta nova aparência, os ocidentais acabam adotando vestidos em forma de cruz, mantos de corte quadrados, calças largas de cortes retos, etc.

### Estilo

Mas a grande marca dos anos 70 é, em última instância, a promoção de um estilo pessoal de vestir; encontrar as peças que lhe caem bem; buscar o equilíbrio e a harmonia entre a roupa e o seu modo de ser. Talvez pela primeira vez, após a instalação e consolidação da indústria da moda, sobretudo da dinâmica imposta pela Alta Costura, enquanto ditadora das tendências sazonais, os consumidores passam a ter liberdade de escolha em relação ao visual que desejam ter, exibir. Sem contar que o aparecimento de grupos juvenis, como os hippies, por exemplo, acabam impulsionando esta tendência que se expande para outras esferas, atingindo quase todos os consumidores, e chegando mesmo a pressionar o surgimento de uma produção de moda mais flexível, como é o caso do *prêt-à-porter*, que aparece justamente na década de 60 e ganha fôlego a partir da década de 70.

Compreendemos, desse modo, a moda como um fenômeno próprio da sociedade de consumo; inserida na cultura de massas, na cultura do pop, adquire nova dimensão e, a partir do momento em que começa a fazer parte do meio ambiente, ganha visibilidade enquanto manifestação artística e cultural. Por isso mesmo a força da aparência na constituição e solidificação de grupos específicos; a indumentária é acolhida como um dos mais significativos emblemas de uma série de transformações que os jovens almejavam, uma vez que é um elemento visual e um artifício que se cola ao corpo, a própria pele, como uma verdadeira extensão do ser humano.

Nas reflexões de Tupã Gomes Correia em *Rock, nos passos da moda: mídia, consumo x mercado cultural*, encontramos uma articulação que evidencia o caráter preponderante da aparência hippie e também punk. Segundo o autor, com o passar dos tempos, os hippies deixaram a marca de um efervescer da juventude que se manifesta, sobretudo, nas formas, gostos e padrões das roupas.

Reprimidos, hostilizados e até certo ponto corrompidos pelo sistema, os hippies foram absorvidos e transformados em apenas um símbolo característico de uma época passada. A música contemporânea a eles, também assimilada, mudou de roupagem e permaneceu enquanto gênero, porém sob outro estilo. Assimilada pelo sistema, porquanto foi digerida pelos agentes do mercado cultural e reinterpretada pelos seus atores, a moda hippie permaneceu como uma reinvenção. A causa, o movimento, a razão de identidade para com a música nele gerada, as formas de conduta, tudo desapareceu. Mas restou a moda. O mesmo ocorreu depois, em escala menor, com o movimento punk.<sup>14</sup>

A sobrevivência das formas, gostos e padrões das roupas só se justifica em função de uma inteligência de mercado que vislumbrou a possibilidade de transformar o estilo hippie, até então localizado e identificado apenas como movimento contra a violência urbana e rural, aumento das diferenças sociais, precária qualidade de vida, etc., em uma moda. Produtos tais como o disco e a roupa refletiam toda uma realidade associada ao movimento hippie, através da adoção de certos valores e símbolos. Assim, um elemento colhido ao acaso pode ser transformado em peça de consumo, com o atrativo de uma identidade artificial subtraída aos símbolos de origem.

Aqui podemos relacionar, por exemplo, o corte de cabelo no estilo punk, que veremos a seguir, como uma dessas vulgarizações, que incorpora o paradoxo mencionado por Connor e que faz com que surja toda uma discussão entre moda e estilo, como se estilo representasse o caráter de “resistência” do movimento e à medida que este elemento fosse incorporado pelo mercado e pela mídia ele fosse desinvestido de sentido. O que Tupã e Connor talvez defendam é que há uma mudança, um deslocamento de sentido, mas não uma anulação total. Voltemos ao exemplo do corte de cabelo. Se o surgimento desse corte deu-se como uma agressão, movida por um grupo à margem do sistema, contra as condições de vida geradas pelo desemprego, sua utilização pela mídia, associando-o àquilo que foi passado como um novo estilo de vida nos anúncios de roupas, refrigerantes, cigarros, automóveis etc., acabou ensejando sua deformação com relação ao símbolo original. Decorrido algum tempo, esse corte de cabelo, em um salão de moda em qualquer grande centro cosmopolita do mundo, custaria uma quantia nada inferior a duzentos dólares. Mas ainda é representativo de um imaginário associado ao movimento punk; mesmo transformado em moda, continua exalando um estilo peculiar que é o estilo punk. E se um consumidor em potencial adota esse corte específico é porque ele almeja ser, de algum modo, identificado ao movimento.

Da mesma forma podemos dizer que o estilo hippie, do qual se apropriaram os meios de produção, a mídia e seus agentes, deixou de ser um símbolo de reação aos padrões instituídos, para ser um produto, mas um produto identificado com esse imaginário. [...] Costureiros famosos e estilistas, bem como os figurinistas das revistas de moda, podem (e o fazem constantemente) transformar radicalmente a proposta original de uma peça, adereço, etc. em uma imposição de gosto, que passará a ser disseminado pela mídia. Forçados a olhar para as ruas pela primeira vez na década de 60, os estilistas entenderam que a moda se alimenta desse diálogo que leva em consideração as demandas de vários públicos; e desde então, nunca mais pararam de descer às ruas em busca de inspiração para suas coleções. “Assim, [...] a indústria de confecções, que incorpora a tecnologia da tecelagem, da indústria de fibras, da fabricação de corantes e dos processos de modelagem, passa a estar a serviço exclusivo dos criadores de moda seguindo-lhes a interpretação que fizeram dos argumentos de origem”<sup>15</sup>.

É preciso enfatizar que enquanto ação expressiva, a composição indumentária só assume todo seu vigor significativo a partir do modo e das circunstâncias mediante as quais ela é usada. É claro que a roupa enquanto tal não é totalmente desinvestida de sentido, mas o que queremos reforçar é que seu vigor expressivo só se consuma plenamente no ato do uso; é somente em função dessa condição pragmática, das condições de apropriação da peça que ela assume tal ou qual sentido.

Nesse sentido, parte dessas circunstâncias está no contexto em que se colhe determinado modelo de roupa, industrializando-o e colocando-o no mercado, a partir de onde a respectiva aquisição, não importando por quem, incorporará todo o contexto ao modelo adquirido. Os artistas do mundo da música popular, ao adotar modelos de roupa fora dos padrões convencionais, sem querer estão ajudando a codificar um novo padrão de roupa, o qual, por sua vez, se estiver fundado na adoção de uma postura à margem das convenções anteriores (por um movimento social), passará a representar um novo conteúdo. Conteúdo este que, expropriado pelas multinacionais de tecido, de pigmentos e corantes ou, simplesmente, pelos autores de moda, acabara sendo imposto ao mercado como um gesto predominante.<sup>16</sup>

Notas

<sup>1</sup> CORREIA, Tupã. **Nos passos da moda: mídia, consumo x mercado cultural**. Campinas: Papyrus, 1989.

<sup>2</sup> *Idem*, p. 80.

<sup>3</sup> MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, Vol. I: Neurose.

<sup>4</sup> Do ponto de vista da teoria sociológica alemã do final do século XIX e do começo do século XX, a modernidade contrapõe-se à ordem tradicional, implicando a progressiva racionalização e diferenciação econômica e administrativa do mundo social (Weber, Tönnies, Simmel). Em decorrência, falar em pós-modernidade é sugerir a mudança de uma época para outra ou a interrupção da modernidade, envolvendo a emergência de uma nova totalidade social, com seus princípios organizadores próprios e distintos. Já modernismo indica os estilos que associamos aos movimentos artísticos originados na virada do século (e aos nomes de Joyce, Proust, Kafka, Matisse, Picasso, Braque e Cézanne, Stravinsky, Schoenberg e Berg), cujas características são: reflexividade e autoconsciência estética, simultaneidade, montagem, ambigüidade, sujeito desestruturado e desumanizado, etc. E pós-modernismo seria utilizado pela primeira vez na década de 30 numa reação ao modernismo. O termo ficou popular na década de 60 para designar um movimento para além do alto-modernismo rejeitado por sua institucionalização no museu e na academia, e posteriormente foi adotado por teóricos como Baudrillard, Kristeva, Vattimo, Lyotard, Foucault, Jameson, entre outros interessados em discutir a pós-modernidade. Entre suas características encontram-se: abolição da fronteira entre arte e vida cotidiana, indistinção da alta-cultura e cultura de massa/popular, promiscuidade estilística, ironia, diversão, paródia, e a idéia da arte como repetição.

<sup>5</sup> CONNOR, Steven. **Cultura Pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

<sup>6</sup> ARIAS, Maria José. **Os Movimentos Pop**. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979, p. 118.

<sup>7</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>8</sup> BRAGA, João. **História da moda: uma narrativa**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2004.

<sup>9</sup> *Idem*, p. 89.

<sup>10</sup> VINCENT-RICARD, Françoise. **As espirais da moda**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>11</sup> LAVER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>12</sup> VINCENT-RICARD, Françoise, *op. cit.*

<sup>13</sup> *Idem*, p. 90.

<sup>14</sup> CORREIA, Tupã, *op. cit.*, p. 75.

<sup>15</sup> CORREIA, Tupã, *op. cit.*, p. 76-77.

<sup>16</sup> DURAND, José Carlos. **Moda, luxo e economia**. São Paulo: Editora Babel Cultural, 1988.

Referências bibliográficas

ARIAS, Maria José. **Os Movimentos Pop**. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979.

BRAGA, João. **História da moda: uma narrativa**. 4ª ed. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2004.

CONNOR, Steven. **Cultura Pós-moderna: introdução às teorias do contemporâneo**. 3ª ed. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

CORREIA, Tupã. **Nos passos da moda: mídia, consumo x mercado cultural**. Campinas: Papyrus, 1989.

DURAND, José Carlos. **Moda, luxo e economia**. São Paulo: Editora Babel Cultural, 1988.

## **A MODA NOS ANOS 60/70 (COMPORTAMENTO, APARÊNCIA E ESTILO)**

---

MAFFESOLI, Michel. **O Tempo das Tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 2ª ed. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1998.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo**. 7ª ed. Vol.I: Neurose. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

LAVIER, James. **A roupa e a moda: uma história concisa**. Trad. Glória Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

VINCENT-RICARD, Françoise. **As espirais da moda**. Trad. Maria Inês Rolim. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

# RESENHA

## 1968 REVISITADO

Zuenir Ventura. *1968: o que fizemos de nós*. São Paulo: Ed. Planeta do Brasil Ltda, 2008, 224 páginas.

Carlos Ribeiro \*

Vinte anos após o lançamento de *1968 – o ano que não terminou*, o jornalista Zuenir Ventura revisita o tema, neste *1968: o que fizemos de nós*, agora colocado sob outra perspectiva: que herança aqueles anos conturbados nos legou, e o que foi feito dela? Para contribuir na reflexão sobre essas questões, o autor faz um inventário do legado daqueles anos conturbados e da geração que os vivenciou. Enfoca pontos cruciais relacionados ao tema, nas esferas da sexualidade, das relações afetivas, da atuação política, dos padrões estéticos, da percepção do corpo e do consumo de drogas, entre outros.

Identificar as marcas deixadas por 68 ao longo do percurso, nos últimos quarenta anos, é, portanto, a tarefa à qual Ventura se lança, nas 222 páginas do livro, subdividido em duas partes. A primeira, “68 após 68”, tem oito capítulos: “Reflexos do baile distante”, “A falta de bússola”, “A culpa é de 68”, “Viva o corpo brasileiro!”, “Há um meia-oito em cada canto”, “Sexo, drogas e rave”, “A figura paterna” e “Nosso guia”. A parte dois, “De olho na herança”, traz depoimentos de sete personalidades, remanescentes ativos daquele período, sobre o seu legado. São elas: a professora e crítica literária Heloísa Buarque de Hollanda, estudiosa da poesia alternativa, cujo *boom* se deu justamente no período mais duro do regime militar; o músico Caetano Veloso, um dos principais nomes do movimento tropicalista que surgiu um pouco antes de 68; César Benjamin, o mais jovem militante da luta armada (entrou para a clandestinidade aos 14 anos e ficou cinco anos na prisão, de 1971 a 1976); o ex-jornalista, ex-guerrilheiro e político Fernando Gabeira, referido por Ventura como “o mais bem-sucedido remanescente de 1968”; o ex-presidente da República Fernando Henrique Cardoso; o ex-militante político e atual jornalista Franklin Martins; e o ex-guerrilheiro, e ex-chefe da Casa Civil José Dirceu.

---

\* Professor Assistente de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Em “Reflexos do baile distante”, que tem como subtítulo “O que restou dos tempos de Leila Diniz para as que são avós hoje”, Ventura toma depoimentos de três mulheres que viveram intensamente o período em questão – Maria Clara Mariani, Marília Carneiro e Maria Lúcia Dahl, esta última conhecida atriz do ciclo do Cinema Novo, em torno de uma questão: 1968 terminou?

A liberdade pessoal, o feminismo, o individualismo, a questão racial e da virgindade são questões abordadas pelas mulheres que, diz Ventura, “(...) pertenciam a uma geração de jovens entre 20 e 30 anos que decidiu inaugurar um estilo de vida e experimentar formas alternativas de relacionamento que não reeditassem os compromissos matrimoniais impostos pelas convenções”. (p. 15).

A questão da ruptura e da continuidade ocorrida entre a “geração do milênio”, nascida próximo à virada do século XXI, e a de 68, é o tema do capítulo “A falta de bússola”, no qual o autor analisa aspectos que marcam a juventude atual, no terreno da política e dos costumes. Tomando como referência alguns depoimentos, a exemplo do que lhe foi dado pela socióloga Maria Isabel Mendes de Almeida, Ventura revela um perfil dos jovens dos anos 80/90 bem diferente dos seus pais.

“A geração de 68 queria tudo a que não tinha direito; a atual tem tudo do que precisa, e por isso se apresenta cheia de ambigüidades e paradoxos. A sua composição segmentada e plural leva seus integrantes a se definirem como tribos, galeras, turmas ou patotas, mais do que como geração, no sentido mais antigo do termo”. (p. 22).

Em “A culpa é de 68”, o autor aborda a questão, geralmente esquecida nos estudos e reportagens sobre aquele período, do impacto causado nos filhos pelos sofrimentos e pelo modo de vida dos pais que militavam na luta contra a ditadura. Questão que seria abordada de forma muito sensível nos filmes *A culpa é do Fidel* (*La faute à Fidel!*), da cineasta Julie Gavras, e *O ano em que meus pais saíram de férias*, de Cão Hamburger, ambos lançados em 2007.

Ventura colhe depoimentos de filhos de alguns famosos militantes políticos de esquerda do Brasil, a começar por sua própria filha, Elisa, que, tal como a cineasta Daniela Thomas, filha do cartunista Ziraldo, e o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral Filho, filho do jornalista Sérgio Cabral, expressaram o sofrimento que sentiam nas visitas aos seus respectivos pais, na prisão.

“Se esses choques aconteciam com os filhos de alguém sem qualquer filiação partidária e sem importância política, imagine o sofrimento dos filhos e filhas de um verdadeiro ativista, desses que viveram na clandestinidade e/ou foram torturados”. (p. 32). É o caso de Daniel Souza, filho de Herbert de Souza, o Betinho, submetido “a um eterno recomeçar de vida, um sem-fim de chegadas e partidas, de começos e rupturas” (p. 33), provocados pelo exílio no Chile, na Suécia, na Inglaterra e no México.

Situações semelhantes foram vividas por Geórgia Melina (Gogóia), filha do jornalista Pedro Porfírio e por Liana Melo, filha de Zuleide Faria de Melo, militante do Partido Comunista Brasileiro. A experiência mais dramática é narrada por João Carlos de Almeida Grabois, o Joca, filho, neto e sobrinho de desaparecidos políticos. Sua mãe, Criméia Alice Schmidt de Almeida, atuou na guerrilha do Araguaia e, em 1972, já grávida, foi presa em São Paulo e levada para o DOI-CODI, onde foi torturada e deu à luz ele, Joca, em 11 de fevereiro de 1973. Hoje administrador de empresas, casado e sem filhos, obteve, em 2005, na Justiça, a condição de torturado antes de nascer. “Em uma sentença única na jurisprudência brasileira, João Carlos de Almeida Grabois recebeu do Estado uma indenização simbólica de R\$ 22 mil”. (p. 40).

As conseqüências do excessivo culto ao corpo, na sociedade atual, em oposição a uma preocupação maior com a alma em relação ao físico, nos anos 60, é o tema do capítulo “Viva o corpo brasileiro!”. Naquela época, diz o autor,

Freud estava na moda, ao lado de Marcuse, Mao e Marx. Em certos meios, era difícil conversar sem empregar ou ouvir lugares-comuns psicanalíticos: transferência, repressão, recalque, ato falho, inconsciente, complexo de culpa. A forma de terapia mais recomendada em tempo de coletivismo era “análise de grupo”. “Assumir” – e não “malhar” – era o verbo dessa vulgata. Ela resolvia todas as questões: “você precisa assumir” – fosse uma fraqueza, uma culpa, um desejo, uma preferência sexual. (p. 41).

A substituição de um vocabulário psicológico por um vocabulário biológico; a compulsão consumista pela compra de produtos de saúde; a ideologia do corpo perfeito e o preconceito contra os que fogem ao padrão ideal (gordos, idosos, feios, baixos etc.), e a busca de uma forma ideal que nunca é alcançável, são alguns pontos abordados pelo autor, com base em depoimentos de estudiosos (psiquiatra e antropólogo). A morte, em 2006, da modelo Ana Carolina Reston, vítima de anorexia, é assim definida pela psicanalista Cybelle Weinberg: “na Idade Média, jejuava-se para atingir o ideal de santidade; no século XIX, era o ideal romântico. Agora é o estético”. (p. 45).

Em “Há um meia-oito em cada canto”, a presença de representantes da geração de 68 nos mais diversos segmentos da sociedade brasileira – no poder, na oposição, à esquerda, à direita e até prestando contas à justiça, é ressaltada pelo autor. Ele assinala que, embora não tenha elegido nenhum presidente, essa geração teve em José Dirceu, e, posteriormente, em Dilma Roussef, aqueles que ocuparam o posto mais alto do poder executivo, sucessivamente, no cargo de chefe da Casa Civil da presidência da República do governo Lula. Outra função importante no governo, a de assessor especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais, é ocupada pelo ex-líder trotskista Marco Aurélio Garcia.

Dentre outros exemplos citados por Zuenir Ventura está a presença de Celso de Melo e Eros Grau no Supremo Tribunal Federal, este último um ex-militante político (há uma pequena entrevista com ele, no livro, no qual fala dos riscos corridos por representantes de sua geração que contestaram o governo militar e por sua passagem pelo DOI-CODI); de Jacques Wagner no posto de governador do Estado da Bahia; de Gilberto Gil, José Gomes Temporão e Tarso Genro, respectivamente nos ministérios da Cultura, da Saúde e da Justiça; dos integrantes do Partido Verde, Fernando Gabeira (que por um período foi também filiado ao PT), Alfredo Sirkis e Carlos Minc (que ainda não era o Ministro do meio Ambiente na época do lançamento do livro); de Arthur Virgílio e José Serra, no Senado Federal, e César Maia, então prefeito do Rio de Janeiro.

No capítulo seguinte, “Sexo, drogas e rave: o que houve com o lema que embalava os hippies”, Ventura enfoca as diversas “tribos” de jovens e suas concepções sobre o tema em questão. Inicialmente aborda a liberalização nas relações sexuais entre os jovens, as pressões sobre as mulheres para perder a virgindade, o fato de que “a sexualidade hoje parece não ser uma questão problemática para os jovens, pelo menos como antigamente”. (p. 62).

Outro item importante no repertório de 1968, as drogas, é referido por Ventura como a herança maldita da mitologia contracultural. É, diz ele, “o tema que mais controvérsia desperta em todo o mundo” (p. 64) e que, associadas ao tráfico de armas, “constitui talvez o negócio mais rentável do planeta, movimentando uma fortuna que varia, segundo cálculos, de US\$ 500 bilhões a US\$ 3 trilhões por ano”. (p. 65). Esta realidade é confrontada com o que chama de “utopias ingênuas de 68”, de expansão dos estados de consciência e ampliação das “portas da percepção”, cultivadas por nomes tão diversos como os dos escritores Aldous Huxley e Carlos Castañeda, e do professor de psicologia da Universidade de Harvard Timothy Leary. E, diante do quadro alarmante do tráfico, discute três políticas propostas: a da repressão, representada pela War on Drugs, inaugurada no governo de Richard Nixon; a da “redução de danos”, que consiste em deslocar a questão da polícia para a saúde pública, e a da legalização, eficiente, segundo seus defensores, por ser uma solução de mercado: a de arruinar a atividade ilícita, “já que o negócio dos traficantes não é a droga, mas a proibição”. P. 67).

O capítulo é finalizado, em “Música em transe: o Woodstock do terceiro milênio”, com um relato pessoal do autor de sua experiência numa rave, no Riocentro. Um segmento do livro que se destaca dos demais por inserir a observação direta do autor, num estilo que o aproxima do jornalismo literário, de um fenômeno urbano contemporâneo e que inclui um código específico relacionado à música, à dança, ao gestual, à linguagem e aos valores, temperados com o uso intensivo do ecstasy.

A impressão prévia de que os supostos desregramentos de sentido ocorreriam nesses encontros de milhares de moças e rapazes foi desmentida *in loco*. Saudades daquelas imagens de Woodstock: moças de seios nus e pêlos pubílicos à mostra, sexo explícito e tudo mais que se via e lia nas revistas. Nada disso ali. Garotas lindas, de barriguinha de fora, microssaia, decotes generosos, mas só. Engraçada contradição. Os despudorados tempos atuais, que expõem até na televisão o que antes se via apenas em Woodstock, demonstravam um certo pudor justamente na rave, onde a lenda dizia que rolava de tudo – rolava mesmo, no chão. Decepção. Ainda assim, o estigma era tão forte que minha reação quando “flagrado” por algum leitor ou conhecido era me justificar logo: “Estou aqui a trabalho”. (pp. 87/88)

O livro inclui ainda o capítulo “A figura paterna: De década em década, a memória de 68 ressurge como uma sombra”, no qual, entre outras questões, contrapõe as visões apologéticas com um revisionismo através do qual questiona-se a visão idealizada que se tem daquele período.

Condena-se 68 como responsável distante pelos desregramentos do mundo atual. Tudo teria tido origem ali: a permissividade, a decadência dos valores morais, o enfraquecimento das instituições, a tirania do prazer, a falência do ensino, o desrespeito à lei, o culto das drogas, a falta de limite dos adolescentes, a nossa incapacidade de lhes dizer não, a cultura da violência, a delinquência e, quem sabe, a queda dos cabelos. Há uma tendência a julgar o fenômeno com o mesmo maniqueísmo com que ele se apresentou na época. (p. 95).

E, antes das entrevistas da segunda parte, já citada nesta resenha, finaliza com o capítulo “Nosso guia: Verbetes das mudanças e permanências destes últimos 40 anos”, nos quais relaciona diversos itens relacionados ao período: o que findou, o que mudou e o que permanece após as grandes transformações daqueles anos.

# RELAÇÕES DE GÊNERO E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL EM UMA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBOS:

o caso da comunidade do Agreste em São João da Ponte, Minas Gerais

Amanda Lacerda Jorge

Clóvis Zimmermann\*\*

**Resumo:** O foco deste artigo é a análise do acesso das mulheres agricultoras rurais à política de Previdência Social Rural. Objetiva-se discorrer sobre a interferência das relações de gênero na efetivação dos direitos das mulheres rurais, especialmente no que diz respeito ao acesso das mesmas a uma aposentadoria, já que a falta de documentos emitidos no nome dessas mulheres e as regras de acessibilidade são um dos obstáculos enfrentados para que tenham a efetivação de seus direitos. As conclusões deste trabalho apontam para a necessidade de se pensar formas de reconhecimento social do trabalho da mulher bem como formas mais justas no acesso das mulheres ao benefício da previdência rural.

**Palavras-chave:** Políticas sociais, gênero, previdência social

**Abstract:** This article analyzes the access of the Brazilian rural women workers to the politics of social protection. It's aimed to debate the interference of the gender relationships in the realization of the rural women's rights, especially in what concerns the access to a retirement. The lack of documents emitted in the women's name and the accessibility rules are one of the faced obstacles that they have in the realization of their rights. The conclusions of this paper points to the need of new forms of social recognition of woman work as well as fairer forms in the access of women to the benefit of the rural retirement.

**Keywords:** Social policies, gender, social protection

---

\* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) em julho de 2008 e integrante do grupo de pesquisa Negros do Norte de Minas do Mestrado em Desenvolvimento Social da UNIMONTES.

\*\* Doutor em Sociologia Política pela Universidade de Heidelberg, Alemanha. Professor de Ciência Política da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e Relator Nacional para o Direito Humano à Alimentação Adequada e Terra Rural da Plataforma Brasileira de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais.

## Introdução

No Brasil, a inclusão dos trabalhadores rurais na Previdência Social foi tardia em relação a outras categorias profissionais. Somente a partir da Constituição de 1988 será instituído o regime de segurado especial destinado à população rural, que passa a abranger o universo das pessoas desde que comprovassem atividade rural, contudo sem a necessidade de contribuição compulsória para a Previdência Social. É importante salientar que antes da Constituição de 1988 as mulheres rurais não tinham o direito de receber a aposentadoria através do regime especial, pois a Previdência Social só concedia o benefício ao chefe da família. Nesse contexto, as mudanças instituídas com a nova Constituição são significativas pela inclusão das mulheres, além da diminuição da idade para que se tenha acesso ao benefício previdenciário no valor de um salário mínimo, com 60 anos para homens e 55 anos para as mulheres.

No exame da literatura sobre Previdência no Brasil, as pesquisas comprovam que apesar das mulheres rurais serem reconhecidas como seguradas especiais do regime de previdência, ainda existe grande desigualdade de gênero na concessão dos benefícios. Nesse sentido, pode-se afirmar que a distinção entre os papéis femininos e masculinos, que associam o lugar da mulher à esfera privada, e do homem ao espaço público, contribuem de maneira significativa para esse problema. Esse estudo elegeu-se a comunidade quilombola de Agreste, que pertence ao município de São João da Ponte, região do Norte de Minas Gerais, para compreendermos as principais dificuldades enfrentadas pelo grupo feminino perante a distribuição dos benefícios previdenciários.

## As políticas sociais numa perspectiva relacional de gênero

As desigualdades entre homens e mulheres regem as relações sociais e conseqüentemente criam barreiras na obtenção de direitos sociais ao sexo feminino, já que muitas vezes existe a falta de reconhecimento social do trabalho da mulher enquanto atividade produtiva. Hoje, apesar da afirmação do princípio da igualdade de oportunidades entre os sexos, no que diz respeito ao mundo do trabalho e ao acesso aos direitos sociais, é possível verificar que ainda subsistem grandes desigualdades. Pode-se perceber que a família, a casa e os filhos vão ser compreendidos como funções femininas e que podem impedir o desenvolvimento das mulheres na esfera pública, em relação ao alcance de um trabalho digno e da seguridade social, comparado com as expectativas profissionais dos homens.

Maia<sup>1</sup> observa que a categoria gênero pressupõe a percepção do modo como são construídos os padrões referenciais do que se concebe como masculino e feminino, sendo que os estudos dessa área podem contribuir para desmitificar esses padrões enquanto categorias naturais e imutáveis. O conceito de gênero, segundo a autora, repousa sobre a relação fundamental entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, sendo o gênero uma das maneiras de dar significado as relações de poder, ou seja, o gênero é um primeiro campo – mas não o único – no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. Na construção das relações de gênero no que tange à divisão sexual do trabalho, Saffiot<sup>2</sup> ilustra que o macho é socialmente considerado o provedor das necessidades da família. Em virtude disso, mesmo que a mulher possa trabalhar remuneradamente e dessa forma contribuir para o orçamento doméstico, cabe ao homem ganhar o maior salário e manter sua função de chefe.

A relação existente entre o mercado de trabalho e a categoria gênero recebe atualmente um enfoque crescente. A literatura feminista argumenta que a divisão sexual do trabalho influencia no acesso desigual entre homens e mulheres às políticas sociais nos diferentes regimes de Bem-Estar social. Além disso, a crítica feminista defende que o trabalho doméstico deveria ser levado em consideração, pois a esfera doméstica, além do domínio público, também ocupa um espaço proeminente, com responsabilidades de assistência e prestação de serviços, pois:

[...] el tiempo de trabajo dedicado a los cuidados domésticos tiende a ser exclusivo o proporcionalmente más alto para las mujeres, pero ésta es una relación que varía en el tiempo, e incluso con los distintos regímenes de bienestar y diferentes experiencias nacionales.<sup>3</sup>

Por isso, é indiscutível a necessidade de políticas concretas que ofereçam a oportunidade e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, favorecendo a participação das mesmas em condições iguais as dos homens. A importância dessa análise é salientada por Merrien<sup>4</sup>, ao afirmar que pesquisas de inspiração feminista na Europa concluíram que a participação das mulheres no mercado de trabalho, seja no regime liberal, conservador ou socialista, expressa fortes diferenças. O autor destaca que nos regimes conservadores é possível presenciar uma maior dependência da mulher, já que existe uma derivação dos direitos sociais femininos a partir dos direitos do marido. Nesse regime, as mulheres vão se limitar à tarefa de mãe e esposa, existindo assim, uma divisão do trabalho focada na desigualdade de gênero.

Por isso, seria necessário “desfamiliarizar” a política social, para, dessa forma, dividir as responsabilidades da carga familiar e criar oportunidades para que as mulheres possam ter condições de enfrentar o mercado de trabalho e se manter nele. Em outros termos “desfamiliarizar” a política social significa se engajar para coletivizar o peso e as responsabilidades da carga familiar, condição prévia para as mulheres que buscam harmonizar trabalho e maternidade<sup>5</sup>.

### **As relações de gênero no espaço rural**

A discussão sobre as relações de gênero no espaço rural nos remete a um leque de debates, especialmente porque o trabalho feminino torna-se um trabalho invisível para a esfera produtiva, atingindo o direito das mulheres à proteção social e produzindo profundas desigualdades entre homens e mulheres. Desse modo;

Quando as análises voltam-se para a zona rural, a situação verificada das mulheres na esfera produtiva torna-se ainda mais desigual, principalmente quando se constituem assalariadas volantes. A divisão sexual do trabalho conduz a mulher a uma jornada de trabalho bem mais intensa, cansativa e invisível.<sup>6</sup>

Pode-se afirmar que as mulheres têm uma participação ativa em todas as atividades rurais, além de se dedicarem às atividades domésticas. Mas, mesmo assim, devido à proliferação de representações patriarcais, o trabalho feminino ocupa uma posição subordinada e vai ser geralmente reconhecido como uma ajuda, dificultando o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras rurais.

Heredia<sup>7</sup>, em estudo realizado na Zona da Mata do Estado de Pernambuco, retoma bem as diferenças entre homens e mulheres no meio rural. Segundo a autora:

A casa é concebida como o lugar da mulher por excelência. No entanto, por ser o homem, pai de família, quem através do roçado providencia os meios necessários para a existência dos alimentos que serão consumidos na casa, é ele o responsável, em última instância, pela casa e esta não é concebida sem a sua presença, delineando-se desta forma o esquema de autoridade doméstica.<sup>8</sup>

De tal modo, o pequeno produtor é quem deve prover o sustento da família, sendo o roçado o seu lugar de trabalho, enquanto o da mulher é na casa, concebida apenas como um lugar de reprodução e consumo. Heredia<sup>9</sup> esclarece ainda que as tarefas desenvolvidas no roçado são consideradas como um trabalho ligado à terra, sendo as tarefas ligadas à casa múltiplas, a exemplo do cuidado com as

roupas, alimentação, corte e transporte de lenha e até mesmo o cuidado de animais de pequeno porte. Em função disso, a oposição casa-roçado expressa a área de trabalho produtivo e reprodutivo, assinalando lugares diferentes para o feminino e masculino.

Maia e Lopes<sup>10</sup> consideram que na agricultura familiar as mulheres participam de atividades como plantar, cuidar de animais, semear, cuidar de plantas, da horta e também do abastecimento de água da casa. O terreiro será considerado uma extensão do espaço feminino, pois é onde se cria animais e se cuida das plantas, especialmente as ervas medicinais.

De acordo com Brumer<sup>11</sup>, na divisão de trabalho que se estabelece entre os sexos na zona rural, cabe ao homem desenvolver atividades que exigem maior força física, enquanto em geral para as mulheres são destinadas atividades rotineiras e leves. Entretanto, a autora expõe que o caráter de pesado ou leve da atividade é relativa e culturalmente determinada, uma vez que na esfera de suas atividades, a mulher executa tanto trabalhos leves como trabalhos pesados, a exemplo de trabalhar na colheita dos produtos agrícolas e buscar água em lugares distantes do domicílio. Sobre a situação da mulher rural, aponta ainda que devido às tarefas domésticas, as mulheres tendem a se envolver em trabalhos temporários, de acordo com determinados períodos do ano. E mesmo que se faça presente e extremamente útil na esfera produtiva, seu trabalho será apenas um complemento para a renda da família.

Soma-se também ao trabalho feminino, na visão da autora, a aceitação de uma remuneração inferior a dos homens, uma maior aceitação das exigências do trabalho, sua maior habilidade para execução de algumas tarefas que requerem dedos pequenos e ágeis, assim como a permanência em posição desconfortável (como trabalhar agachada) por bastante tempo, e uma maior docilidade, o que implica maior aceitação das exigências do trabalho e menor número de reivindicações. Para a autora:

Dois aspectos podem explicar a divisão de trabalho que se estabelece entre homens e mulheres rurais. O primeiro é que a unidade familiar de produção caracteriza-se por reunir os esforços de todos os membros da família, com vista ao benefício de todos, havendo uma necessária aproximação entre unidade de produção e unidade de consumo. O segundo é que vivemos em uma sociedade paternalista, e de certo modo machista, em que se atribui ao homem o papel de responsável pelo provimento da família.<sup>12</sup>

Nesse sentido, as várias interpretações teóricas sobre a unidade familiar rural apontam para uma diversidade de situações calçadas na realidade física e social desse contexto. A produção e reprodução dessas unidades devem ser compreendidas além do aspecto de produção e consumo, pois refletem uma variedade de resultados, sendo as relações de gênero uma delas. Diante desse quadro é importante ficarmos atentos para a *invisibilidade do trabalho feminino*, que se mostrará como uma barreira para o acesso das mulheres à proteção social, a exemplo do acesso das mesmas à aposentadoria rural.

### O impacto das relações de gênero na Previdência Social Rural

De acordo com Brumer<sup>13</sup>, a inclusão das mulheres rurais no sistema previdenciário rural foi tardia se compararmos com outras categorias profissionais, pois para terem acesso ao benefício deveriam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Mesmo assim, a instauração do princípio da universalização da Previdência Rural foi sem sombra de dúvida, um marco importante para os direitos sociais do grupo feminino, ao amparar as mulheres com 55 anos de idade, tendo o direito ao piso de um salário mínimo e a outros benefícios como o salário maternidade. Antes de tal fenômeno elas não tinham acesso à proteção social “e quando atingiam a velhice, tornavam-se dependentes do cônjuge, dos filhos ou até mesmo de parentes”<sup>14</sup>. Os movimentos sociais das mulheres rurais tiveram um papel fundamental para a conquista do reconhecimento social e legal de trabalhadoras rurais. A emergência dessa mobilização, como relata Brumer<sup>15</sup>, foi sediada no final da

década de 1970 pelas mulheres rurais do Rio Grande do Sul, tendo inicialmente como objetivo melhorias no atendimento médico e hospitalar aos pequenos produtores rurais. Foi durante a década de 1980 que os objetivos do grupo tornavam-se mais complexos, buscando assim o reconhecimento como trabalhadoras rurais diante do Estado e dos sindicatos, para reivindicar o enquadramento das mulheres como beneficiárias diretas da Previdência Social.

As mudanças ocorridas na Constituição de 1988 no acesso das mulheres rurais ao regime especial da previdência social confirmam um efetivo sentido de universalização, principalmente entre os períodos de 1992 a 1994, sendo assim, um reflexo de novas regras para que se adquirisse esse direito. Quando o enfoque visa medir a proporção de benefícios pagos conforme o sexo, as pesquisas na área mostram, concordando com Barbosa<sup>16</sup>, que a proporção de tais benefícios é bastante superior para o grupo feminino, haja vista a estrutura demográfica do Brasil que apresenta um maior número de mulheres, além da idade mínima de 55 anos para o acesso à aposentadoria. Além disso, devemos considerar ainda a menor longevidade masculina, que resulta num maior acúmulo de pensões por parte das idosas.

O que se torna importante para nossa análise crítica é que apesar dos avanços adquiridos pelos trabalhadores rurais no sistema regime especial da previdência social, será o grupo feminino o mais vulnerável diante das políticas sociais, especificamente a de nosso interesse: o acesso das mulheres ao regime especial da Previdência Rural.

Brumer<sup>17</sup>, afirma que as mulheres quando comparadas aos homens possuem maiores dificuldades em receber o benefício do regime especial da previdência rural devido à entraves na comprovação documental relativas ao exercício da atividade rural. De acordo com a autora, o período de 1995 e 1996 pode ser chamado de represamento de benefícios. Utilizando o argumento de conter fraudes, o INSS faz alterações para a concessão dos mesmos e passa a incluir na documentação a apresentação de documentos que comprovem os anos trabalhados, entre os quais estão o cadastro de propriedade do imóvel no INCRA, o contrato de arrendamento e o bloco de notas de venda da produção. Vale ressaltar que esses documentos raramente são emitidos nos nomes das mulheres, o que acaba dificultando o acesso delas a aposentadoria rural.

O recebimento de benefícios possui grande valor simbólico, pois na maioria das vezes essas mulheres nunca haviam recebido uma remuneração pelos trabalhos realizados. Assim, o dinheiro da aposentadoria, pensão ou até mesmo do salário maternidade, permite que elas tenham voz ativa na família e decidam como gastá-lo, aumentando seu poder pessoal. Os estudos comprovam que as mulheres chegam a se tornar provedoras do lar e o benefício recebido proporciona em alguns casos, o sustento e uma melhor qualidade de vida de suas famílias<sup>18</sup>.

No bojo das políticas sociais, a análise voltada para a avaliação da equidade do sistema brasileiro de aposentadoria rural mostra que existe a presença de diferenças na concessão de aposentadorias em relação a brancos e negros, e daqueles possuem um maior nível de escolaridade em relação àqueles que não apresentam nenhuma instrução.

O trabalho de Bacha e Kreter<sup>19</sup>, ao analisar essas variáveis verificou, por exemplo, que em 1992, 53% dos homens aposentados com um salário mínimo e que se encontravam na zona rural eram brancos, já os aposentados de cor parda correspondiam a 37% e os negros apenas 9%. Em 1996 os brancos passam a ser maioria com 58% de representatividade entre os homens e 45% entre as mulheres. A pesquisa comprova que o aumento do número de anos de escolaridade pode permitir ao trabalhador obter melhores salários e maiores chances de participar do mercado formal de trabalho, variáveis que proporcionariam uma aposentadoria com um piso maior que um salário mínimo. Portanto, através da classificação cor/raça e educação é possível chegar à conclusão que os(as) aposentados(as) negros(as) têm níveis de escolaridade inferiores, influenciando sua menor participação no sistema de aposentadoria. A variável sexo também contribui para tal discrepância, pois observa-se que o fato do idoso ser homem também favorece na concessão de aposentadorias. Assim, as autoras consideram que apesar da Previdência Rural ter reduzido a pobreza no campo, ela não foi equitativa por ter

atingido principalmente as pessoas com um maior nível de escolaridade e as pessoas que se declararam de cor branca.

### A Comunidade remanescente de quilombos do Agreste

De acordo com Alvarez<sup>20</sup>, a população negra do Estado de Minas Gerais pode ser reconhecida como uma população de descendente de escravos que fizeram parte da história da extração do ouro na região. Sendo assim, a imagem de resistência dessa população, como já sabemos, concretiza-se com o nascimento de quilombos na história brasileira.

Nesse contexto, os remanescentes de quilombos podem ser considerados como uma herança histórica para nós e se expressam em sua maioria como comunidades rurais isoladas. Com essas observações, pretendemos aqui caracterizar a Comunidade de Agreste, que se localiza entre São João da Ponte e Capitão Enéas, na região do Norte de Minas, e que no presente momento busca seu reconhecimento perante o Estado como uma comunidade de remanescentes quilombolas. Para Alvarez<sup>21</sup>, os remanescentes de quilombos podem ser caracterizados como populações negras e majoritariamente rurais, que se encontram em relativo isolamento. Dessa forma, a projeção territorial, as marcas raciais e as tradições, contribuem para a diferenciação dessas populações em relação a outros grupos étnicos.

Agreste é uma comunidade que possui uma presença aproximada de 110 famílias e se encontra encurralada por fazendas. O território onde hoje vivem não dá condições para que produzam o que é necessário para o sustento das famílias, por isso, os moradores são obrigados a vender sua força de trabalho para as fazendas que cercam o povoado, ou até mesmo migrar para cidades próximas em busca de emprego.

Segundo as observações de Oliveira<sup>22</sup>, a Comunidade de Agreste se encontra num espaço campestre, junto a outras comunidades de populações negras como Vereda Viana, Quem-Quem e Brejo dos Crioulos, além de outras. Através do resgate da memória coletiva da comunidade estudada, sua pesquisa afirma que a história de Agreste pode ser dividida em dois tempos, sendo classificada pelos moradores como o *Tempo Antigo* e o *Tempo Atual*.

Segundo o autor “o *Tempo Antigo*, se inicia através de uma história de deslocamento e expropriação territorial, em que diversas famílias negras partiram de vários lugares na proximidade do atual povoado para formar o que hoje se constitui a comunidade de Agreste”<sup>23</sup>. Nesse tempo, o autor esclarece que a terra era comum a todos e assim as famílias podiam plantar o que era necessário para seu sustento e para o sustento da comunidade, “Os membros destas famílias antigas plantavam e cultivavam o que davam conta de cuidar, a *roça* não era muito grande e toda a produção era somente para o necessário”<sup>24</sup>.

O *Tempo Atual* será definido a partir de 1960. Nesse momento, ocorre a perda de terras por parte dos moradores de Agreste para os fazendeiros, assim nascendo o vínculo de dependência por parte da comunidade. É importante lembrar que:

Neste período, a Superintendência do desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) passa a financiar o processo de mudança econômica e social da região rumo à “modernização”. Isto ocorreu através de projetos que permitiram, por um lado, as fazendas serem transformadas em empresas rurais e, por outro lado, os fazendeiros da região expandirem suas propriedades realizando uma intensa concentração fundiária.<sup>25</sup>

Após uma breve descrição da história da Comunidade aqui pesquisada, e partindo de uma análise do que se faz presente, pode-se afirmar que Agreste nos remete a uma série de questões sociais, compreendidas no âmbito de todas as esferas necessárias para dar suporte ao bem-estar

social dos indivíduos. Ou seja, a comunidade de Agreste, assim como tantas, carece de atenção por parte dos poderes públicos, para que políticas como a saúde, educação, assistência e previdência sejam ativas diante desses espaços.

### **Metodologia de pesquisa e coleta de dados**

Para que esse trabalho fosse possível, optamos em realizar uma pesquisa qualitativa, sendo os dados aqui obtidos por meio da observação participante, além de entrevistas semi-estruturadas. Chizzotti<sup>26</sup> esclarece que na pesquisa qualitativa o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta seu objeto de pesquisa, revestido de significados a partir da imersão no cotidiano da realidade escolhida. Nessa perspectiva, a observação participante junto às entrevistas semi-estruturadas tornam-se um importante instrumento de coleta de dados, pois são obtidos pelo contato direto do pesquisador com o fenômeno observado e permite o acesso à informações mais significativas. Por isso “o pesquisador é um ativo descobridor do significado das ações que se ocultam nas estruturas sociais”<sup>27</sup>.

O universo da pesquisa foi escolhido de forma aleatória e se constitui de 10 entrevistas, dentre as quais selecionamos e demos ênfase a 6 mulheres com idade na faixa etária de 55 a 80 anos, em que se buscou identificar àquelas que já se encontravam aposentadas em contraposição às mulheres não aposentadas, mesmo já possuindo a idade mínima para terem acesso ao benefício. No decorrer da coleta de dados, observou-se nas entrevistas casos de mulheres que diante da dificuldade de se aposentarem pela Previdência Rural, foram atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), sendo assim uma variável nova para nossa análise.

Posto isto, nas entrevistas com as mulheres aposentadas foram levantadas questões norteadas em diferentes tópicos: o antes e o depois da aposentadoria, as atividades realizadas por elas no campo e em casa, as formas de utilização do dinheiro e a discussão acerca do acesso de homens e mulheres à aposentadoria, além de outras questões que foram surgindo no âmbito das entrevistas. Para as mulheres da comunidade que tentaram a aposentadoria e não tiveram êxito, a entrevista teve o propósito maior de questionar junto à entrevistada quais foram as principais barreiras enfrentadas para o alcance da aposentadoria e qual a importância de se conseguir esse direito.

É importante ressaltar a contribuição que tive de uma informante, que não é moradora de Agreste, mas prestou serviço à comunidade como enfermeira, e que teve neste trabalho um papel fundamental de esclarecimento sobre os casos encontrados. De acordo com moradores, essa informante era vista como uma pessoa prestativa que “tomava a frente dos problemas da comunidade”. Assim, a pesquisa foi sendo desenvolvida, portanto, desde 2006, com viagens para a Comunidade junto com o grupo de pesquisa, se concretizando de fato, entre os meses de janeiro e maio de 2008, com uma maior permanência em campo para a aplicação das entrevistas semi-estruturadas.

### **Previdência Social Rural e gênero na comunidade de Agreste**

A partir do que foi exposto, é possível observar, portanto, que existe uma distinção de gênero na concessão de benefícios do regime especial da previdência rural. Essa realidade se fundamenta na discriminação histórico-cultural do trabalho feminino no Brasil e se concretiza no sistema previdenciário anterior a Constituição de 1988, pois concedia o direito à aposentadoria rural apenas ao chefe de família. No entanto, apesar das conquistas adquiridas pelas mulheres do campo, como o direito à aposentadoria aos 55 anos de idade, as estatísticas mostram que as mulheres rurais ainda necessitam de avanços muito maiores.

No caso da comunidade de Agreste, a situação do grupo feminino não é diferente do que foi exposto ao longo das pesquisas sobre as mulheres do meio rural. Durante o estudo, foi possível

## RELAÇÕES DE GÊNERO E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

perceber a dificuldade que as mulheres têm em serem reconhecidas como seguradas especiais do regime de aposentadoria rural, principalmente por não possuírem documentos como o Incra, carteira de trabalho e outros documentos que comprovem o efetivo exercício de atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar. Concordamos com os argumentos de Brumer<sup>28</sup> de que a comprovação do trabalho rural feito pelas mulheres se torna difícil devido a descaracterização de seu trabalho, visto como uma “ajuda”.

O trabalho feminino torna-se, dessa forma, invisível diante das estatísticas oficiais, dificultando seu reconhecimento como trabalhadora rural e conseqüentemente seu acesso à aposentadoria. Segundo J., que já prestou serviço à comunidade como enfermeira e que hoje orienta aqueles que já estão em idade de se aposentar, documentos como a carteira de trabalho, o Incra<sup>29</sup>, e até mesmo a certidão de casamento, se apresentam como maiores barreiras:

Eu estou instruindo as mulheres a tirarem os documentos como trabalhadora rural. No documento, quando perguntam a profissão principal das mulheres nunca que elas devem falar que trabalham em casa, porque fica claro que tem que trabalhar em casa né? Mas elas têm que falar que são trabalhadoras rurais, porque ela faz parte, ela vai levar um almoço, ela trabalha de alguma forma. Aí se ela falar que trabalha só em casa ela não consegue (J.- Enfermeira).

A situação de Dona P. de 60 anos de idade e de Dona N.M. de 67 anos é um reflexo da dificuldade que as mulheres rurais têm de se inserirem no sistema de segurado especial da previdência rural vigente. Elas declararam que já tentaram conseguir a aposentadoria mais de uma vez, e afirmam não consegui-la por não ter como comprovar a atividade rural. Citam dentre os documentos ausentes o Incra, além disso, afirmam que as orientações da enfermeira J. são de suma importância, pois sozinhas não conseguiriam “mexer com os papéis”:

Da outra vez que tentei não consegui por causa dos INCRA, mas eu fiz a entrevista agora de novo e eu consegui os INCRA com uns fazendeiros que eu trabalhei. Eu achei difícil demais pra conseguir aposentar, por causa dos documentos, logo da primeira vez que meu marido tentou, o dele saiu rapidinho. [...] quem está me ajudando na aposentadoria é J. Aquela mulher é boa demais, nossa tem tanta boa vontade assim, depende da gente procurar ela que nunca que fala não (Dona P. – 60 anos, trabalhadora rural).

Acho que tem já umas cinco vezes que eu tento aposentar e não consigo, eu não sei direito como é que é. Agora J. está me ajudando, eu não tenho condição, ela me explicou um monte de coisa, se não fosse ela! (Dona N.M - 67 anos, trabalhadora rural).

Na visão de Brumer<sup>30</sup>, para as mulheres que exercem atividade no meio rural de maneira informal, sem registro na carteira de trabalho, ou sem registro de venda da produção em seu próprio nome e no de seus dependentes e que posteriormente enfrentarão dificuldades ou estarão excluídas do sistema previdenciário, não existe solução a curto prazo. O único encaminhamento possível é o acesso a programas de assistência social. Na Comunidade de Agreste, essa solução se expressa através do Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). O BPC submete o direito do cidadão à condição econômica de sua família, pois o futuro beneficiário deve comprovar não ter meios para o provimento de sua família, apresentando dessa forma uma renda mensal per capita inferior a 1/4 do salário mínimo e possuir 65 anos de idade. Em relação ao regime especial da previdência rural, as mulheres terão que esperar 10 anos para acessão ao benefício. Além disso, para Sposati<sup>31</sup> esse benefício tem um forte caráter de seletividade para o cidadão que dele

necessita, e esses fatores explicam a dificuldade de alcance dos idosos. Na Comunidade de Agreste, a impossibilidade do acesso ao regime especial de segurado da previdência rural faz com que muitas mulheres acessem o Benefício de Prestação Continuada (BPC):

Tem a LOAS (BPC), que é mais fácil para conseguir a aposentadoria e vai devido ao problema da pessoa, doença, problema mental, velhice. Com o atestado, CPF, identidade, comprovante de residência, passa depois pela perícia, mas aí não tem direito ao 13º salário. Quando eles conseguem a aposentadoria, você vê a alegria deles, principalmente na alimentação que é o que eles mais reclamavam, (...) tem gente que sabe administrar o dinheiro direitinho e sabe viver melhor (J. – Enfermeira).

Para Sposati<sup>32</sup>, o BPC é visto como um dispositivo de proteção social, sendo um instrumento importante de apoio dos idosos, pois a avaliação acerca desse benefício comprova que em quase 50% das famílias brasileiras, essa é a única renda regular que possuem. Face ao exposto, podemos considerar que o BPC reforça a hipótese da vulnerabilidade do acesso das mulheres ao regime de segurado especial da previdência rural na comunidade do Agreste, e nesse contexto demonstra que a conquista desse dispositivo tem um papel fundamental para o bem-estar das mulheres que não conseguem se aposentar através do regime especial de previdência rural. Todavia, é preciso destacar que apesar do BPC preencher as lacunas da previdência rural, as mulheres chegam a consegui-lo tardiamente. Essa análise pode ser ilustrada pelos depoimentos de M.B que conseguiu se aposentar aos 70 anos de idade, e também de Dona A. que teve acesso ao BPC aos 67 anos:

Na linguagem do povo diz que eu sou encostada, né filha? Eu me aposentei com 70 anos. Eu já trabalhei na roça demais, trabalhei pra mim, e trabalhei para os outros, e hoje sou encostada. Eu não consegui nada disso antes, por causa de bestagem daquele tempo velho, eu já falo é assim né? Tempo de bestagem, porque naquele tempo, nem documento eu não tinha, nem registro eu não tinha, aí então depois que foi passando tempo, tempo, que Deus ajudou eu consegui ao menos encostar, mas já estava passada a idade. Até os 70 anos, eu ainda trabalhava na roça, fazia plantação pra mim, para os outros, eu desde garota eu já trabalhava na roça (M.B.- 79 anos, beneficiária do BPC).

Foi um trabalho minha filha de Deus, você que não sabe, mas foi um trabalho pra eu conseguir aposentar, custou demais. Fazia tempo que eu lutava com isso e não dava certo. Eles falavam desde os primeiros papéis que foi o Incra, eles falavam assim, mas o que é eu não sei. Hoje na minha vida, pra mim mudou foi tudo. Eu ajudo com o dinheiro aqui na casa, eu completo com o dinheiro para comprar qualquer coisa (Dona A. - 67 anos, beneficiária do BPC).

Alvarez<sup>33</sup> ressalta que não são poucos os casos de mulheres das comunidades rurais que poderiam se enquadrar no perfil de beneficiárias do BPC, ou até mesmo para o acesso ao salário-maternidade. No entanto, o que acontece é que elas, na maioria dos casos, são desprovidas de informações, não sabendo, dessa forma, efetivar seus direitos. Por sua vez, essas características refletem a realidade da comunidade estudada. O papel que J., a enfermeira, ocupa nesse espaço é indubitavelmente importante, pois as idosas de Agreste desprovidas de informação e em alguns casos de documentações básicas como RG e CPF, precisam de sua ajuda, ou da ajuda dos filhos ou de parentes para buscar o direito à sua proteção social. Diante de tantas barreiras, quando há a conquista do benefício, tanto pelo BPC quanto pela aposentadoria como segurado especial, este é considerado, entre o grupo feminino, como um acontecimento milagroso e não como um direito, devido às dificuldades e a morosidade em acessar o benefício:

Eu comecei a fazer papel de aposentada, eu estava com 55 anos, quando saiu foi em 2005, demorou 12 anos, demorou demais, precisou por na mão do advogado. Eu achei difícil me aposentar, eu não perdi a esperança, porque Deus é bom demais, toda vida eu fui muito animada, mas que eu caminhei 12 anos pra conseguir. Deus me deu essa benção, ai eu parei de trabalhar, então eu achei muito bom, agora eu só fico mais é dentro de casa (Dona A. – 70 anos, aposentada pelo regime especial da previdência rural).

Para mim, a aposentadoria foi uma chuva de benção. Muita gente fala que para mim parece que foi uma benção, foi rapidinho que eu consegui, eu consegui me aposentar com os 55. Agora, eu não tinha nem 56 anos ainda quando eu consegui receber o dinheiro. Minha vida melhorou muito, ao menos a gente descansa do trabalho pesado (Dona J.A – 57 anos, aposentada pela Previdência Rural).

Barbosa<sup>34</sup>, demonstra que o peso da renda dos idosos no âmbito familiar é expressivo no que diz respeito ao aumento da renda rural para sua família ou até mesmo se constitui como a fonte de subsistência mais importante. Sendo assim:

Nos dias atuais, os aposentados e as aposentadas rurais são vistos pela sociedade como os beneficiários de uma das mais importantes políticas de superação da pobreza. Seus recursos animam, dinamizam a economia da família, da cidade. Permitem ao jovem neto continuar estudando, equipa a casa, compra geladeira. Os lares onde se encontram um casal de aposentados são, geralmente, aqueles em melhores condições econômicas, na maioria dos pequenos municípios.

Nessa perspectiva, a partir dos depoimentos das mulheres aposentadas de Agreste, é possível observar que o alcance da política previdenciária ou assistencial traz impactos positivos para a sua condição e para a condição de sua família. As mulheres, em sua maioria, relatam que os recursos da aposentadoria transformaram sua vida, principalmente pelo fato de não precisarem mais trabalhar na roça, pois se trata de um serviço “sofrido”, ao qual não conseguem mais se dedicar. A análise indica que a aposentadoria ajuda no combate à pobreza e se torna essencial para o sustento das famílias, por ser uma renda fixa e regular, já que o Agreste não apresenta oportunidades de emprego e quando aparece algum trabalho, geralmente são trabalhos temporários. Nesse sentido, é possível notar que as famílias de Agreste que tem algum membro segurado no regime especial da previdência social, bem como BPC, vivem em condições menos precárias, se compararmos a outras realidades desse espaço. Nos depoimentos, as aposentadas manifestam que sem os recursos da aposentadoria não poderiam sobreviver, sendo utilizado principalmente na compra de alimentos, de remédios, roupas e calçados, como ilustramos a seguir:

Graças a Deus hoje eu tenho meu dinheiro, eu ajudo no de comer na casa, e está dando pra eu sobreviver. Outra hora, eu compro meus remédios, e aí o que eu tiver vontade de comprar eu compro. E com isso estou levando a vida, está dando pra sobreviver (M.B.- 79 anos, beneficiária do BPC).

Melhorou demais porque meu dinheiro está ajudando na despesa, eu vivia muito dependente assim de dinheiro de marido, e ai melhorou mais porque com o meu dinheiro eu ajudo a pagar feira, eu compro alguma coisa pra dentro de casa, assim qualquer uma coisa. E agora ficou melhor porque quando eu não tenho remédio,

igual eu que sou dependente de remédio de pressão, quando não tenho o remédio, eu compro. Assim ficou melhor, porque eu mesmo tenho o dinheiro pra comprar, se eu quiser viajar eu não dependo mais dele, se eu quiser comprar alguma compra pra casa eu não dependo dele. Eu pago até a conta de luz, só não pago conta de água e ai tem meus meninos também que trabalham, mas o dinheiro é só pra eles, não ajudam nós aqui dentro de casa não, é só eu e meu marido. Eu andava muito doente e quando eu consegui aposentar eu não estava agüentando mais trabalhar na roça, eu ia pra roça sem agüentar. Então, acho que melhorou mais porque eu parei mais, eu faço serviço meu, mas pra ir pra roça dos outros com enxada igual eu ia, não vou mais ( Dona J.- 57 anos, aposentada pela Previdência Rural).

É preciso reconhecer, conforme Brumer<sup>35</sup>, o valor simbólico do recebimento do benefício pelas mulheres. De pessoas que nunca haviam recebido remuneração pelos trabalhos realizados, elas passam a ter uma conta e um cartão bancário em seus próprios nomes, recebendo seus benefícios regular e diretamente.

Entretanto, o fato de receber o dinheiro da aposentadoria diretamente em seus nomes, não permite que as mulheres de Agreste sejam reconhecidas como provedoras e administradoras de sua unidade familiar, pois mesmo contribuindo de forma expressiva para o sustento da casa, a imagem de “chefe de família” ainda é vinculada ao marido.

Quando questionadas sobre o acesso de homens e mulheres à aposentadoria rural, as mulheres da comunidade acreditam que tanto os homens quanto as mulheres possuem a mesma dificuldade, pois ambos dependerão de documentos cedidos pelos fazendeiros, especificamente do Incra. Mas, posteriormente as falas se contradizem, pois afirmam que seus maridos conseguiram se aposentar de uma maneira rápida, por terem todos os documentos necessários, fato que pode ser resultado da falta de conscientização e informação das mulheres diante da sua situação.

### **Considerações Finais**

No que se refere à Previdência Rural, fica claro para nós que o grupo feminino só passou a ter direito a uma aposentadoria por idade a partir da Constituição de 1988. Sem sombra de dúvida, os estudos de Delgado<sup>36</sup>, Zimmermann<sup>37</sup>, Barbosa<sup>38</sup> e Brumer<sup>39</sup> comprovam a importância da universalização do regime de segurado especial da previdência rural e conseqüentemente a extensão dos direitos para o grupo feminino. Concordamos com os autores de que o acesso ao benefício trouxe impactos positivos, agindo no combate à pobreza, valorizando a figura do idoso e, principalmente, refletindo na valorização das mulheres. Ou seja, a extensão da aposentadoria rural para as mulheres possui um grande valor simbólico e traz condições para que não sejam vistas apenas como dependentes de sua família.

A pesquisa evidenciou que as mulheres da comunidade de Agreste possuem grandes dificuldades em acessar o regime especial de segurado da previdência rural. Isso acontece em virtude do não reconhecimento do trabalho da mulher, visto como uma “ajuda” na atividade rural. Nessa situação, falta às mulheres documentos para comprovarem atividade rural, já que as barreiras existem desde a certidão de casamento, por constar a ocupação de doméstica, mesmo trabalhando na agricultura, ou ainda por não possuírem documentos da terra em seu nome. Diante disso, o BPC terá uma participação positiva na vida das mulheres da comunidade, preenchendo a impossibilidade de acesso à previdência rural. O acesso das mulheres trabalhadoras rurais ao BPC, que via de regra ocorre com um atraso de 10 anos, pode aqui ser visto como indício da precarização da Previdência Rural, pois as mulheres não conseguem acessar a aposentadoria rural que lhes é de direito, passando a ser assistidas pelo Benefício de Prestação Continuada da LOAS.

## **RELAÇÕES DE GÊNERO E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

---

No transcorrer da pesquisa na comunidade do Agreste ficou evidente a importância que o direito à aposentadoria tem para a vida dessas mulheres, pois por ser uma renda regular, traz estabilidade, refletindo no bem-estar das famílias. No entanto, a renda das mulheres ainda será vista como um complemento e mesmo que ela seja provedora do sustento desse núcleo, a figura masculina ainda é vista na comunidade como provedora.

Não restam dúvidas de que o regime de segurado especial da previdência rural é inovador ao dar condições para que os trabalhadores rurais tenham o direito à aposentadoria sem a necessidade de contribuição prévia. No entanto, é importante destacar que a equidade entre homens e mulheres não se faz presente. Pensando na necessidade urgente de possibilitar condições para que as mulheres rurais tenham o acesso facilitado ao direito à aposentadoria, é necessário que as relações de gênero sejam indagadas no espaço doméstico, no espaço do trabalho e principalmente junto às organizações governamentais, para que providências sejam tomadas visando a simplificação dos procedimentos burocráticos de modo a facilitar e ampliar o acesso das mulheres rurais aos benefícios previdenciários rurais.

Notas

- <sup>1</sup> MAIA, Cláudia de Jesus. **“Lugar” e “trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Montes Claros: Unimontes, 2004.
- <sup>2</sup> SAFFIOT, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna, 1987.
- <sup>3</sup> DRAIBE, Mirian Sonia; RIESCO, Manuel. Estado de Bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea. Cepal - serie **Estúdios y Perspectivas**, México: Unicamp, caderno Nº 77, 2006, p. 3-57.
- <sup>4</sup> MERRIEN, François Xavier. Estados providência e o futuro – uma releitura crítica de pesquisas recentes. In: CARVALHO, Denise de; BICALHO, Nair; DEMO, Pedro (Orgs.). **Novos Paradigmas da Política Social**. Brasília: UNB, 2002, p. 51-80.
- <sup>5</sup> MERRIEN, François Xavier, *op.cit.*, p. 58.
- <sup>6</sup> MAIA, Cláudia; LOPES, Maria de Fátima. As desigualdades de gênero no contexto do desenvolvimento humano. **Revista Unimontes Científica**, Montes Claros, v. 1, Nº. 1, mar/2001, p. 75-87.
- <sup>7</sup> HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- <sup>8</sup> *Idem*, p.79.
- <sup>9</sup> *Idem, ibidem*.
- <sup>10</sup> MAIA, Cláudia; LOPES, Maria de Fátima, *op. cit.*
- <sup>11</sup> BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, Nº 7, Jan./Jun.2004, p. 50-81.
- <sup>12</sup> BRUMER, Anita. *op. cit.*, p. 211.
- <sup>13</sup> *idem, ibdem*.
- <sup>14</sup> BARBOSA, Rômulo Soares. Universalização da previdência social rural: aspectos socioeconômicos. In: **Revista Argumentos**, v. 1, Nº. 1. Montes Claros: Unimontes, Mar.2004.
- <sup>15</sup> BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. In: **Revista estudos feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, Jan/Abril de 2004, p. 205-235.
- <sup>16</sup> BARBOSA, Rômulo Soares. *op. cit.*, p. 15-32.
- <sup>17</sup> *Idem, ibdem*.
- <sup>18</sup> *Idem, lbdem*
- <sup>19</sup> KRETER, Ana Cecília; BACHA, Carlos José Caetano. Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil In: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, v. 44, Nº 3, Jul/Set de 2006, p. 467-502.
- <sup>20</sup> ALVAREZ, Gabriel Omar, **Tradições Negras Políticas Brancas: Previdência Social e Populações Afro-brasileiras**. Brasília: Ministério da Previdência Social – MPS, 2006.
- <sup>21</sup> *Idem, ibidem*.
- <sup>22</sup> OLIVEIRA, Bernardo Macedo. **Representações Étnicas em Agreste: Marcadores da Identidade Coletiva**. 2007, 93 p. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais)
- <sup>23</sup> OLIVEIRA, Bernardo Macedo, *op. cit.*, p.22.
- <sup>24</sup> *Idem*, p. 23.

## RELAÇÕES DE GÊNERO E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

<sup>25</sup> *Idem*, p. 25.

<sup>26</sup> CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais..** São Paulo: Cortez, 2000.

<sup>27</sup> *Idem*, p. 80.

<sup>28</sup> BRUMER, Anita, *op. cit.*

<sup>29</sup> O inciso II, do art. 4º, do Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), define como propriedade familiar o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros.

<sup>30</sup> BRUMER, Anita, *op. cit.*

<sup>31</sup> SPOSATI, Aldaíza. O benefício de prestação continuada como mínimo social. In: SPOSATI, Aldaíza (Org.). **Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal.** São Paulo: Cortez, 2004, p. 125-178.

<sup>32</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>33</sup> ALVAREZ, Gabriel Omar, *op. cit.*

<sup>34</sup> BARBOSA, Rômulo Soares, *op. cit.*, p. 261.

<sup>35</sup> BRUMER, Anita, *op. cit.*

<sup>36</sup> DELGADO, Guilherme, CARDOSO, Jr., JOSÉ, Celso. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. Texto para discussão Nº 688. Brasília: IPEA, 1999.

<sup>37</sup> ZIMMERMANN, Clóvis. A previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas. In: **Revista Espaço Acadêmico**, Nº 48, Maio 2005, p. 1-4

<sup>38</sup> BARBOSA, Rômulo Soares. **Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil.** 2007. 285 p. Tese (Doutor em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007

<sup>39</sup> BRUMER, Anita, *op. cit.*

### Referências Bibliográficas

ALVAREZ, Gabriel Omar. **Tradições Negras Políticas Brancas: Previdência Social e Populações Afro-brasileiras.** Brasília: Ministério da Previdência Social - MPS, 2006.

BARBOSA, Rômulo Soares. Do estatuto do trabalhador rural a Carta de 1988: Contribuição e análise da Constituição da previdência social dos trabalhadores rurais no Brasil. In: **Revista Científica**, v. 7, Nº. 2, Montes Claros: Unimontes, Jul/ Dez de 2005, p. 63-72.

BARBOSA, Rômulo Soares. **Entre Igualdade e Diferença: processos sociais e disputas políticas em torno da previdência social rural no Brasil.** 2007. 285 p. Tese (Doutor em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

BARBOSA, Rômulo Soares. Universalização da previdência social rural: aspectos socioeconômicos. In: **Revista Argumentos**, v. 1, Nº 1. Montes Claros: Unimontes, Mar. 2004, p. 15-32.

BERNARDINO, Joaze. Levando a raça a sério: ação afirmativa e correto reconhecimento. In: BERNARDINO, Joaze; GALDINO, Daniela (Orgs.). **Levando a raça a sério – ação afirmativa e universidade.** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2007, p. 15-69.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo: Saraiva, 2005.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, Nº. 7, Jan/Jun de 2002, p. 50-81.

- . Gênero e agricultura: a situação da mulher na Agricultura do Rio Grande do Sul. *In: Revista estudos feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, Jan/Abril de 2004, p. 205-235.
- BRUSCHINI, Cristina; SORJ, Bila. **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- DELGADO, Guilherme, CARDOSO, Jr., JOSÉ, Celso. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. Texto para discussão Nº. 688. Brasília: IPEA, 1999.
- DRAIBE, Mirian Sonia; RIESCO, Manuel. Estado de Bienestar, desarrollo económico y ciudadanía: algunas lecciones de la literatura contemporánea. Cepal - serie **Estudios y Perspectivas**, México: Unicamp, caderno Nº 77, 2006, p. 3-57.
- ESPING- ANDERSEN, G. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: Polity Press, 1990.
- FARIA, C. A. Uma genealogia das teorias e modelos do Estado de Bem-Estar social. *In: BIB: Boletim Bibliográfico de Ciências Sociais*, Nº. 46, 1998, p. 39-71.
- HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Valle; LIMA, Márcia. **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.
- HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KRETER, Ana Cecília; BACHA, Carlos José Caetano. Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil. *In: Revista de Economia e Sociologia Rural*, Rio de Janeiro, v. 44, Nº 3, Jul/Set de 2006, p. 467-502.
- MACCALÓZ, Salete Maria Polita. El impacto de gênero de la reforma de pensiones em el Brasil. Rio de Janeiro, abril/2003. Disponível em : < [http://www.eclac.org/mujer/proyectos/pensiones/publicaciones/word\\_doc/Brasil.pdf](http://www.eclac.org/mujer/proyectos/pensiones/publicaciones/word_doc/Brasil.pdf)>. Acesso em 05 de setembro de 2007.
- MAIA, Cláudia de Jesus. **“Lugar” e “trecho”: migrações, gênero e reciprocidade em comunidades camponesas do Jequitinhonha**. Montes Claros: Unimontes, 2004.
- MAIA, Cláudia; LOPES, Maria de Fátima. As desigualdades de gênero no contexto do desenvolvimento humano. *In: Revista Unimontes Científica*, Montes Claros, v. 1, Nº 1, mar/2001, p. 75-87.
- MELO, Lígia Albuquerque. A realidade da produtora rural na seca nordestina. Trabalhos para discussão. Nov. de 2001. Disponível em < <http://www.fundaj.gov.br/tpd/127.html>>. Acesso em 16 out. 2007.
- MERRIEN, François Xavier. Estados providência e o futuro – uma releitura crítica de pesquisas recentes. *In: CARVALHO, Denise de; BICALHO, Nair; DEMO, Pedro (Orgs.). Novos Paradigmas da Política Social*. Brasília: UNB, 2002, p. 51-80.

## **RELAÇÕES DE GÊNERO E ACESSO ÀS POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

---

OFFE, Claus. **Problemas estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OLIVEIRA, Bernardo Macedo. **Representações Étnicas em Agreste: Marcadores da Identidade Coletiva**. 2007, 93 p. Monografia (Bacharel em Ciências Sociais) – Departamento de Política e Ciências Sociais, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2007.

PEIXOTO, Daniela Ramos; QUERINO, Ana Carolina. O impacto dos benefícios não contributivos sobre a pobreza no Brasil. In: BENECKE, Dieter W.; NASCIMENTO, Renata (Orgs.). **Política social preventiva: desafio para o Brasil**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2003, p. 147-154.

SAFFIOT, H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPOSATI, Aldaíza . O benefício de prestação continuada como mínimo social. In: SPOSATI, Aldaíza (Org.). **Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 125-178.

VIANA, Ana Luiza d'Ávila; LEVCOVITZ, Eduardo. Proteção social: introduzindo o debate. In: VIANA, Ana; ELIAS, Paulo; IBANEZ, Nelson (Orgs.). **Proteção social: dilemas e desafios**. São Paulo: Hucitec, 2005, p. 15-57.

ZANETTI, Cândida; MENASCHE, Renata. Segurança alimentar, substantivo feminino: mulheres agricultoras e auto-consumo. In: MENASCHE, Renata (Org.). **A agricultura familiar à mesa: saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari**. Rio Grande do Sul: UFRGS Editora, 2004, p. 130-176.

ZIMMERMANN, Clóvis. A previdência rural brasileira no contexto das políticas públicas. In: **Revista Espaço Acadêmico**, N° 48, Maio 2005, p. 1-4.

\_\_\_\_\_; SILVA, Marina da Cruz. Concepções neoliberais das políticas sociais brasileiras. In: **Revista Espaço Acadêmico**, N° 64, Setembro 2006, p. 1-5.

# O DISCURSO DA IDENTIDADE NACIONAL NAS REPRESENTAÇÕES CULTURAIS BRASILEIRAS

Daniela Pfeiffer\*

**Resumo:** Passados quarenta anos do maio de 68, faz-se necessário recuperar a reflexão sobre a importância de um projeto coletivo de identidade nacional, bem como reexaminar os aspectos culturais e políticos da produção cultural realizada hoje no país. Este trabalho procura discutir a existência de um projeto coletivo de identidade nacional, a partir das representações culturais da atualidade. Inicialmente, conceitos como nação, tradição e utopia são relacionados à busca de um Brasil autêntico. Examinamos em seguida o filme 2 Filhos de Francisco: a história de Zezé di Camargo e Luciano, através do qual esta busca recebe legitimidade. Num terceiro momento, analisamos o desempenho do filme junto ao grande público e sua relação com a presença de elementos supostamente nacionais durante o desenrolar da narrativa.

**Palavras-chave:** nação; tradição; projeto de identidade; representação cinematográfica.

**Abstract:** After forty years of the May 68, it is necessary to recover the reflection about the importance of a group project around the national identity, as well as examine the cultural and political aspects of the cultural production that is done today in the country. This article discusses the permanence of a group project around the national identity, present in the contemporary cultural representations. First, it is discussed how the concepts of nation, tradition and utopia are related to the search of an authentic Brazil. It will be examined, afterwards, the movie 2 Filhos de Francisco: a História de Zezé di Camargo e Luciano, by means of which this search is legitimated. In a third moment, it will be analyzed the movie story and its relation with the presence of supposed national elements.

**Keywords:** nation; tradition; project of identity; cinematographic representation.

---

\* Mestranda em Comunicação Social (PUC/RJ), Especialista em Comunicação e Imagem (PUC/RJ), Produtora Cultural (UFF/RJ) e Analista da Coordenação de Acompanhamento de Projetos da ANCINE. E-mail: dani.pfeiffer@bol.com.br.

### Introdução

A bandeira brasileira, principal símbolo que permeia o imaginário nacional, representa uma tentativa de expressar e dar conta, através de seus elementos, da diversidade natural e colorida que constitui o nosso país. Em meio às florestas, ao ouro e à benção divina, somos também um povo em progresso. Vivemos numa terra rica de cenários paradisíacos que têm tudo a oferecer. No entanto, não podemos ficar para trás em relação ao resto do mundo. A modernidade também nos espera, e em direção a ela devemos seguir.

Na escola, todos nós aprendemos o significado da bandeira brasileira: o retângulo verde simboliza nossas matas e riquezas florestais, o losango amarelo simboliza nosso ouro e nossas riquezas minerais, o círculo azul estrelado simboliza nosso céu, onde brilha o Cruzeiro do Sul, indicando que nascemos abençoados por Deus, e a faixa branca simboliza o que somos: um povo ordeiro em progresso.<sup>1</sup>

Enquanto, na estampa da bandeira, tradição (no sentido da terra e das origens) e modernidade aparentam conviver de forma harmônica, a verdade é que sempre existiu uma tensão entre os traços característicos próprios à cultura e realidade locais, e a necessidade de caminhar rumo ao progresso.

Esta tensão está presente em muitas produções culturais realizadas no país e se constitui frequentemente como objeto de debate. Tais conflitos aparecem, por exemplo, no cinema, uma vez que desde o início esta atividade foi convocada a representar o país e seu povo. Assim, uma das questões que se impõe é: “Como tratar dessa problemática relação entre uma área tecnologicamente avançada de produção de imagem, como o cinema, e o que se espera dela como tarefa ou missão cultural, representar o Brasil e, nesse mesmo movimento, curá-lo de suas mazelas ou modernizá-lo?”<sup>2</sup> O cinema, por suas especificidades técnicas e estruturais, admite uma possibilidade significativa de alcance do público. Esta característica lhe confere uma função política importante, uma vez que além das atribuições artísticas, este meio pode funcionar como um eficiente dispositivo cultural, tanto de produção da história de um país, quanto de formação social e cultural de seu povo.

O estudo do processo de constituição das narrativas identitárias do Brasil pode utilizar como referência diferentes campos da produção cultural. De forma que este artigo propõe a reflexão sobre a configuração de uma imagem nacional a partir do cinema, utilizando como objeto a análise da obra *2 filhos de Francisco: a história de Zezé di Camargo e Luciano* (Breno Silveira, 2005), bem como sua performance junto ao grande público.

Ao considerarmos este filme como uma importante contribuição para a redefinição das marcas identitárias brasileiras, podemos refletir sobre as questões que ele desperta, referentes à construção de uma nacionalidade e à busca de um Brasil autêntico, evidenciadas em sua ampla aceitação pelo público brasileiro<sup>3</sup>.

Nos últimos anos, o mercado da produção cultural passou por significativas mudanças, devido, principalmente, à crescente utilização das leis de incentivo à cultura, as quais possibilitam que recursos investidos em projetos culturais sejam abatidos do imposto de renda devido. Ao mesmo tempo, presenciamos uma ocupação desenfreada das salas de cinema por filmes norte-americanos, que são cada vez mais consumidos por diferentes públicos, em virtude das estratégias mercadológicas e culturais adotadas.

Neste cenário, o cinema brasileiro tem buscado se posicionar e lutar por um lugar no mercado, onde poucas produções nacionais conseguem êxito de público e bilheteria. Entre estas produções, pode-se afirmar que *2 Filhos de Francisco...* foi a mais bem sucedida desde a retomada da produção<sup>4</sup>, em termos de desempenho no mercado.

As críticas e os comentários sobre o filme abriram caminho para uma série de análises teóricas sobre sua história e sobre os motivos que o levaram a um sucesso tão expressivo. O filme virou símbolo da brasilidade, da busca de um Brasil autêntico e representação de uma pureza associada às

suas raízes. Para analisar este fenômeno, utilizaremos como referências os conceitos de nação, identidade, tradição e modernidade.

Inicialmente, a idéia de nação em si pressupõe uma continuidade, estando intimamente ligada à tradição. O resgate da tradição, por sua vez, tende a despertar um sentimento de nacionalidade. O contato com a nação e a tradição, no entanto, não se estabelece num terreno livre de conflitos e instabilidades. Ao contrário, trata-se de uma experiência que se desenvolve num campo de forças sociais conflitantes, uma vez que sentidos e sentimentos estão envolvidos. As narrativas identitárias dão forma e dinâmica a tais relacionamentos de forças, funcionando como pontos de passagem e de conexão. Quais seriam, portanto, os elementos brasileiros associados à tradição e à nação? Na impossibilidade de definirmos cientificamente estes elementos, responderemos a esta pergunta através daquilo que pensamos ser a tradição, ou seja, através dos símbolos que a representam.

Em *2 Filhos de Francisco...* a vida rural, a figura do caipira e a música sertaneja constituem uma legitimidade do que seriam as raízes do Brasil (ou pelo menos parte delas). A pobreza, o sofrimento causado pelas necessidades e a luta pela sobrevivência também são elementos desta identificação. A mudança do campo para a cidade, motivada por diversas causas, caracteriza-se como uma realidade comum no país, e resulta num cenário híbrido onde se misturam sotaques, costumes, culturas e na formação culturalmente diversificada das grandes cidades.

Por outro lado, quando se realiza um processo migratório para a cidade grande, fica no ar a sensação de que as origens continuam lá no interior, onde foram deixadas. Os imigrantes tendem a experimentar uma sensação de desencade e desenraizamento, e normalmente buscam formas de manter contato com suas raízes. Nas comunidades imaginadas de Benedict Anderson, “as nações se sustentam a partir de crenças que necessitam de artefatos culturais para se sedimentarem”<sup>5</sup>. Assim, a presença do campo na cidade através da música sertaneja, sustentaria a idéia de pureza e simplicidade que permanecem na vida rural, alimentando a crença na tradição brasileira.

Ao ser representado no cinema, o sertanejo ganhou dignidade e legitimidade junto a um público diversificado proveniente de todas as partes do Brasil. Na tentativa de imprimir sentido ao drama vivido por muitos brasileiros, o filme permite o fortalecimento dos laços de uma solidariedade nacional, na busca por um Brasil autêntico. A partir destes pressupostos, e considerando *2 Filhos de Francisco...* como um convite a assumir as raízes do Brasil, pretendemos refletir sobre uma suposta autenticidade presente na aura deste filme, e sobre o seu lugar no imaginário cultural brasileiro.

### Elementos de uma suposta brasilidade autêntica

Para desenvolver uma discussão acerca da busca de um Brasil autêntico, partimos do princípio de que os mitos românticos, que sustentaram a idéia de uma nação brasileira, não morreram com o Romantismo. Quando se fala em mito, podemos tomar como referência a seguinte definição:

Se também dizemos mito fundador, é porque, à maneira de toda *fundatio*, esse mito impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa nunca, que se conversa perenemente presente [...] *Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.*<sup>6</sup>

O vínculo com o passado como origem e a idéia da repetição dos mitos para manter este vínculo, fundamentam a busca por uma definição das raízes do Brasil, como forma de garantir e preservar sua identidade para si e para os outros. A volta ao sentido puro garantiria uma segurança quanto a existência de um Brasil autêntico, frente a sensação de que nunca estamos prontos e sempre precisamos nos reinventar.

Em *2 Filhos de Francisco...*, por exemplo, o mergulho no particular e no nacional, através do contato com o interior, permitiu o alcance do universal e sua inserção social através do sucesso conquistado na mídia. No entanto, se por um lado existe certa segurança na identificação com o

passado e as origens, por outro é nos centros hegemônicos que encontramos o conforto da modernidade e das técnicas que levam em direção ao progresso, dialogando com aquilo a que se propõe a sociedade de consumo.

Hollanda<sup>7</sup> oferece as bases teóricas para a discussão sobre o lugar do rural no processo de constituição das narrativas identitárias. Para o autor, a herança de um passado colonial recente explica muitas questões que constituem os modos atuais de funcionamento da vida social, política e econômica brasileira. Assim, a imagem do país que vive como projeto não teria se desligado totalmente do espírito de um Brasil rural.

O isolamento do grupo familiar seria uma das características marcantes no domínio rural, com reflexos que se fazem presentes ainda hoje. Uma vez que a base da organização da vida rural é a família, onde os filhos são membros subordinados ao patriarca, “o quadro familiar torna-se, assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública”<sup>8</sup>.

A invasão do público pelo privado ocorreria através das formas de poder, respeitabilidade e obediência que conferiam coesão ao grupo familiar. Ao mesmo tempo, observamos uma certa nostalgia desta organização compacta, onde prevalecem preferências fundadas em laços afetivos, de caráter orgânico, marcando profundamente aspectos da nossa sociedade, sua vida pública e suas atividades. Com relação à ascensão dos centros urbanos e sua construção, o autor complementa:

É bem compreensível que semelhantes ocupações venham a caber, em primeiro lugar, à gente principal do país, toda ela constituída de lavradores e donos de engenhos. E que, transportada de súbito para as cidades, essa gente carregue consigo a mentalidade, os preconceitos e, tanto quanto possível, o teor de vida que tinham sido atributos específicos de sua primitiva condição.<sup>9</sup>

Para Hollanda, a passagem súbita do campo para a cidade faz com que os indivíduos carreguem consigo elementos de sua antiga condição. Assim, a crise de adaptação ao novo mecanismo social deve-se especialmente ao triunfo de certas virtudes contrárias à organização familiar, como o espírito da iniciativa pessoal e a concorrência. Na definição do caráter brasileiro, o urbano se caracterizaria como uma ameaça ao rural, uma vez que violentaria seus modos estabelecidos de organização.

A tensão entre o tradicional e o moderno acaba por influenciar também a expressividade cultural, uma vez que nosso aparelhamento político “se empenha em desarmar todas as expressões menos harmônicas de nossa sociedade, em negar toda espontaneidade nacional”<sup>10</sup>. À parte das divergências entre posições opostas de enunciados, o que se pode observar hoje é a presença tanto de um Brasil que busca o progresso, quanto de expressões consideradas espontaneamente nacionais.

Sabe-se que a busca de uma suposta autenticidade não se dará pela repetição, por mais fiel que seja, de experiências estranhas à nossa realidade, sem levar em conta as características próprias à história e ao contexto brasileiro. Além disso, a reprodução de modelos contribui para que se mantenha uma imagem atrasada do Brasil, confirmando interesses externos que nos tornariam eternamente dependentes de “países mais modernos”. Iluminar somente o que há de negativo no país prejudica o despertar para a mudança. O otimismo, por sua vez, está sempre ligado a uma certa nostalgia e tristeza perante um país que ainda não consegue caminhar por suas próprias pernas.

Dialogando com Hollanda, Schwartzman<sup>11</sup>, afirma que se deve buscar uma resolução adequada para as contradições que vivemos entre as servidões da herança colonial e periférica, e os esforços para abrir lugar para a racionalidade e a modernidade. O reforço do nacionalismo e da união nacional seria uma forma de resistir à dominação de culturas estranhas à nossa. Neste sentido, podemos identificar na difusão das culturas nacionais, como a sertaneja, uma potencialidade para resistência e a inovação.

As influências da cultura frente ao espaço-problema do poder colonial sempre se colocaram como uma questão incômoda na definição das representações nacionais:

Nessa compreensão, o problema da relação entre o colonialismo e o conhecimento consiste no problema entre a *discrepância* entre as (más) representações européias e a realidade dos colonizados: o problema, em outras palavras, é a *inautenticidade* do conhecimento colonial. Se o poder colonial produziu essa divisão (a conhecida cisão da alienação colonial em que o sujeito colonizado é separado de seu si autêntico e a problemática, derivada dessa divisão, da “cultura nacional” da *intelligentsia* colonial), então a tarefa da descolonização consistia na demanda de *auto-representação*, um processo de restauração de uma relação autêntica entre representação e realidade.<sup>12</sup>

A luta contra a dominação simboliza, portanto, a necessidade de preservar uma autenticidade nacional e de incentivar representações condizentes com a realidade retratada. Uma vez que a dominação se dá principalmente pelas representações culturais, ao realizar um filme sobre elementos próprios à cultura brasileira, automaticamente questiona-se o lugar da cultura e do cinema norte-americano, e sua legitimidade em território nacional.

### **Sobre a superação (ou não) da idéia de identidade nacional**

*2 Filhos de Francisco...* é uma cinebiografia de uma das mais populares duplas sertanejas do Brasil. Francisco (Ângelo Antônio) é um agricultor do interior de Goiás que sonha transformar seus filhos em uma dupla de sucesso. Para isso ele os estimula a ensaiar, troca a colheita do sítio por instrumentos para que os filhos treinem e ouve a rádio junto à família todos os dias.

Levados pelas circunstâncias a abandonar o sítio, ele e a esposa, Helena (Dira Paes), mudam-se para a cidade com os filhos, onde passam por todo tipo de dificuldade e problemas típicos de imigrantes que vêm do interior. O acaso acaba se transformando em destino e as circunstâncias, que aparentemente seriam uma sucessão de azares, se tornam necessárias para que o futuro reservado aos personagens se concretize.

A mudança, apesar de traumática, contribui para unir ainda mais a família numa situação de grande solidariedade e esforço conjunto. Isto se evidencia, por exemplo, na cena em que Mirosmar (mais tarde Zezé), vê a mãe chorando por não ter o que dar de comer à filha, quando esta reclama que está com fome. Na mesma hora ele chama o irmão e eles vão, debaixo de muita chuva, tocar na rodoviária, onde conseguem juntar o dinheiro necessário para a compra dos mantimentos.

O filme divide-se em dois momentos que funcionam como metáforas às possibilidades de representação da nação brasileira: inicialmente realiza-se o resgate da natureza e a afirmação de uma essência rural, para em seguida reforçar a necessidade de inclusão na modernidade e nas leis do progresso, através da mudança para a cidade. Assim, o espaço possui uma dimensão fundamental à narrativa, uma vez que ajuda o espectador a se entender enquanto brasileiro, tendo o interior como origem e a cidade cosmopolita como destino.

No eixo destes espaços acontece o encontro entre diferentes temporalidades. Um dos momentos em que se dá este encontro é quando, logo no início do filme, Francisco tenta ajustar a antena da rádio em seu sítio para conseguir ouvir música e se manter atualizado com as notícias. Assim, quando o personagem vai até o prefeito reivindicar a construção de uma escola para as crianças da roça, ele reproduz como argumento aquilo que ouviu na rádio, ou seja, que “estudar é um direito de todos e está na lei”.

Outro momento em que as diferentes temporalidades se encontram é quando a família deixa o interior para fazer a viagem, simbolizando uma transição. A figura do caipira encontra as maravilhas da cidade moderna, mas carrega consigo vestígios de uma cultura, crenças e comportamento do interior. A auto-afirmação de suas origens se dá através da música e da visibilidade espetacular, que começa com pequenas apresentações em feiras, parques e na rodoviária, mas que aos poucos ganha dimensões muito maiores, culminando no grande espetáculo final, com milhares de fãs emocionadas, cantando com histeria e devoção as músicas da dupla.

Do ponto de vista narrativo, *2 Filhos de Francisco...* funciona como uma história de superação e conquista de uma das maiores duplas sertanejas do Brasil. A tentativa de superar as condições do

subdesenvolvimento a partir do talento dos meninos, em atitudes que reafirmam suas origens durante todo o filme, certamente foi um dos fatores que fez com que a obra se tornasse um símbolo de brasilidade, da busca de um Brasil autêntico e interiorano, fonte de expressão das raízes do Brasil.

Ao mesmo tempo, o filme revela muitas contradições do país em que vivemos. Pode-se identificar, por exemplo, o espanto de Francisco quando, depois de tanto investimento nos filhos, ele descobre que o disco solo de Zezé não alcançou sucesso nas vendas em São Paulo. Neste momento, ele pergunta à esposa “O que deu errado, Helena? Que sonho foi esse?”. A que Helena responde “Eu não sei de nada não, Francisco. Não conheço sonho. Foi acordada que criei essas crianças.”

Ao questionar o que deu errado, Francisco não está se dirigindo somente à Helena. Está desabafando sobre sua incapacidade de fazer com que o filho fizesse sucesso, mas questionando também a frustração de um sonho, o fim de uma história, a luta para chegar a lugar nenhum. Este diálogo evidencia o quanto a mobilidade social é narrada com cumplicidade e compaixão pelos protagonistas.

No cinema, não basta que as coisas sejam reais. Elas têm de parecer reais. *2 Filhos de Francisco* não é só um grande filme popular, com cheiro de povo. Vai além – Breno Silveira interpreta a sociedade brasileira à moda de Eric Hobsbawm, historiador judeu naturalizado inglês. No livro *História social do jazz* afirmou, a partir de uma perspectiva marxista, que na sociedade capitalista os pobres só têm dois caminhos reais de ascensão social – o esporte e o mundo do espetáculo. No Brasil, em geral é o futebol. Mas pode ser a música. Foi a aposta de Francisco. Acreditou na utopia e teve, através da mulher, Helena, os pés no chão para concretizá-la, não como fantasia, mas como luta.<sup>13</sup>

Em meio ao discurso utópico e sonhador de Francisco, Helena está ali para nos lembrar de uma realidade da qual não se tem como fugir. Francisco também é parte desta realidade; no entanto, ele não deixou que isso afastasse seus planos. Ao persistir no sonho de ver os filhos fazendo sucesso, Francisco transforma-se no herói brasileiro, símbolo de toda garra e sacrifício presentes no imaginário desta nação.

Helena, na outra ponta, é a materialização da realidade, a lembrança das dificuldades que não podem ser ignoradas: a pobreza, a fome, o descaso das autoridades. É uma das vozes na consciência de Francisco. Por vezes juntos, por vezes distantes, realidade e sonho conseguem dividir espaço e culminam no ápice: o final feliz de uma história de luta e dor. A narrativa ganha legitimidade principalmente porque sabemos que seu conteúdo é a reprodução de uma história real, potencializando esteticamente e emocionalmente os efeitos sentidos pelo espectador.

Diante de seu sucesso, *2 Filhos de Francisco...* simboliza uma exceção frente ao monopólio da cultura pelo cinema americano sobre as cinematografias nacionais, uma vez que a bilheteria por ele alcançada é digna de um grande sucesso. Ao investigamos quem foram as pessoas responsáveis por este consumo, no entanto, surge um fato curioso.

Mesmo se tratando de um produto “genuinamente popular”, a música sertaneja ainda é objeto de preconceito para muitas pessoas. Ao mesmo tempo, o cinema se tornou uma atividade elitista, produzida e consumida principalmente por espectadores das classes A e B. Esta elite é, portanto, responsável não só pelo consumo, como também, pela construção da representação do outro, munindo-se do poder de discurso a partir do lugar em que se localiza. Assim, a maioria dos filmes produzidos no país, com chances reais de circulação comercial, parte de um olhar elitista sobre a realidade retratada.

Na outra ponta da cadeia audiovisual, as obras serão consumidas também pela elite que tem condições de pagar o preço do ingresso para ir ao cinema. Considerando a rejeição que o topo da pirâmide social brasileira tem por tudo que venha do povo, o filme, mesmo possuindo como tema a música sertaneja, conseguiu conquistar todas as classes, incluindo aquelas a que supostamente não se dirigia, ocupando lugar de destaque no cenário cinematográfico nacional (tornando-se sucesso inclusive no mercado ilegal de DVDs piratas). Isso evidencia sua sintonia com a demanda do público,

nos levando a crer que se trata de uma obra profundamente sensível, que conseguiu despertar também a sensibilidade em pessoas das mais diferentes classes sociais.

Por ser indissociavelmente arte e indústria, a produção cinematográfica precisa de amplo público para se sustentar, fato que marca o trabalho de muitos artistas no Brasil. Para Luz<sup>14</sup>, por necessidades históricas, o cinema brasileiro se definiu antes como atividade cultural que propriamente como empreendimento financeiramente viável. Por isso, agentes do mercado defendem a realização de filmes que dialoguem com o público brasileiro e afirmam que falta sensibilidade dos produtores no sentido de atentar a temas ligados a tradições como a música sertaneja, uma vez que os filmes realizados ultimamente apresentam uma elaboração intelectual excessiva.

Assim, na simplicidade de uma história familiar ao espectador brasileiro, *2 Filhos de Francisco...* consegue um desempenho que difere do restante da produção nacional ao se comunicar com seu público, uma vez que o espectador vibra no ritmo dos acontecimentos narrados e adere aos valores veiculados pela narrativa. Na busca de elementos autenticamente nacionais, o Brasil sertanejo seria uma das matrizes que resultaram na mistura cultural observada nas diferentes representações do país.

A presença de uma figura “pura”, originada do interior rural, desperta para a sensação de que é preciso descobrir e preservar o Brasil. Salvar a qualidade desta cultura é uma missão que está intimamente relacionada à necessidade de salvar a identidade do país.

### Considerações futuras

Utilizando a construção da narrativa de *2 Filhos de Francisco...* como referência direta aos elementos nacionais, bem como a ampla recepção do filme, buscou-se compreender ao longo deste artigo em que conjunturas têm se constituído as diferentes representações identitárias do Brasil.

Frente a hegemonia do mercado como grande mediador cultural, a idéia de identidade nacional enfraqueceu principalmente a partir da segunda metade do século XX, uma vez que a inserção da produção no mercado globalizado de bens culturais dispensaria raízes. Considerando que a valorização de mensagens culturais hoje em dia se dá através de sua projeção no mercado das indústrias culturais, o sucesso do filme nos leva a refletir sobre as questões inicialmente propostas neste artigo, e a concluir que a idéia de identidade nacional não foi completamente superada, uma vez que sempre surgem símbolos e representações culturais para reafirmá-la, por mais globalizado que esteja o mercado.

Pode-se afirmar que a presença de elementos de identificação foi fundamental para o desempenho do filme, uma vez que o espectador participa como sujeito ativo do campo para o qual é convidado, vibrando ao ritmo dos eventos narrados e aderindo aos valores veiculados. Além disso, há que se considerar que o sentimento de mudar a sociedade varia conforme o momento político em questão.

Quando o filme foi lançado, em 2005, vivia-se uma espécie de desilusão política com o país, devido principalmente aos escândalos de corrupção denunciados pela mídia, envolvendo o governo. Neste sentido a construção de uma narrativa nacional pode funcionar a favor também de uma atitude política de afirmação do Brasil enquanto nação, uma vez que o público tende a se sentir mais inserido na sociedade, e talvez até mais orgulhoso de ser brasileiro, depois de assistir ao filme.

Assim, *2 Filhos de Francisco...* imprime um olhar sobre a possibilidade de recuperação de um projeto coletivo de identidade nacional, ao despertar a sensibilidade do espectador para a produção cultural brasileira. Neste universo a música sertaneja funciona como o sonho do puro, do interior rural mágico e autenticamente nacional. Pode-se dizer que, entre outros fatores, o filme está inserido num projeto utópico, no qual oferece a possibilidade de transformação da dura realidade através do esforço próprio unido ao sucesso proporcionado pela mídia.

*2 Filhos de Francisco...* certamente é um filme que encontrou seu público. É também uma espécie de suspiro e alívio, se comparado a outras grandes bilheterias que retratam a violência e as mazelas

## O DISCURSO DA IDENTIDADE NACIONAL

---

do país sem, no entanto, apresentarem uma solução positiva (como é o caso de *Cidade de Deus*, *Carandiru*, *Tropa de Elite*).

Com frequência o cinema brasileiro é associado à representação de uma violência gratuita, sem justificativa, suscitando críticas em função disso. Muitas vezes presencia-se uma certa indignação do público frente a este tipo de associação, suscitando questionamentos como “Por que mostrar sempre a miséria? O Brasil não é apenas isso.”<sup>15</sup>

*2 Filhos de Francisco...*, por sua vez, não é um filme livre de questões sociais. Ao retratar a trajetória de uma família sertaneja que vai para a cidade ganhar a vida, a obra também apresenta elementos de violência, miséria e injustiça. Não se trata, desta forma, de um filme alheio à realidade brasileira. Em *2 Filhos de Francisco...*, no entanto, os problemas são apresentados junto com a possibilidade de construir um projeto de vida. Uma solução cuja resposta está no sacrifício, na honestidade e na fé de que as coisas, no Brasil, podem um dia dar certo.

Notas:

- <sup>1</sup> CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 5.
- <sup>2</sup> LUZ, Rogério. **Filme e subjetividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002, p. 123.
- <sup>3</sup> O filme foi visto no cinema por 5.319.667 espectadores.
- <sup>4</sup> Após da extinção pelo governo Collor, em 1990, do órgão regulador da atividade cinematográfica brasileira EMBRAFILME, a produção brasileira ficou muito prejudicada e, durante anos, quase nenhum filme foi produzido. Este quadro mudou com a criação das leis de incentivo, em 1993. O filme *Carlota Joaquina, Princesa do Brasil* (Carla Camurati, 1995) pode ser apontado como o símbolo da retomada da produção.
- <sup>5</sup> ANDERSON *apud* FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. Revisitando os mitos românticos da nacionalidade. In: **Revista de Comunicação, Cultura e Política**. V. 1, n. 1. Rio de Janeiro: PUC, Dep. de Comunicação Social, julho/dezembro de 2000, p. 92.
- <sup>6</sup> CHAUI, Marilena, *op. cit.*, p. 9.
- <sup>7</sup> HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.
- <sup>8</sup> *Idem*, p. 50.
- <sup>9</sup> *Idem, ibidem*, p. 50.
- <sup>10</sup> *Idem*, p. 132.
- <sup>11</sup> SCHWARTZMAN, Simon. O espelho de Morse. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 22. Outubro de 1998.
- <sup>12</sup> SCOTT, David. **Refashioning futures: criticism after postcoloniality**. Princeton, NJ: Princeton UP, 1999, p. 8.
- <sup>13</sup> DIEGUES, Carlos, MERTEN, Luiz Carlos, FONSECA, Rodrigo, DIDONET, Marcos (org). **Cinco mais cinco: os maiores filmes brasileiros em bilheteria e crítica**. Rio de Janeiro: Legere Editora, 2007, p. 78.
- <sup>14</sup> LUZ, Rogério, *op. cit.*
- <sup>15</sup> BERNARDET, Jean-Claude. **Brasil em tempo de cinema: ensaio sobre o cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 28.

Referências Bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo, Ática, 1989.
- BERNARDET, Jean-Claude. **Brasil em tempo de cinema: ensaio sobre o cinema brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- CHAUI, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- DIEGUES, Carlos, MERTEN, Luiz Carlos, FONSECA, Rodrigo, DIDONET, Marcos (org). **Cinco mais cinco: os maiores filmes brasileiros em bilheteria e crítica**. Rio de Janeiro: Legere Editora, 2007.
- FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. Revisitando os mitos românticos da nacionalidade. In: **Revista de Comunicação, Cultura e Política**. V. 1, n. 1. Rio de Janeiro: PUC, Dep. de Comunicação Social, julho/dezembro de 2000.
- HOLLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1971.
- LUZ, Rogério. **Filme e subjetividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002.
- MIZIGROUCHO, Ozualdo. O elogio ao atraso. Disponível em <http://www.curtaocurta.com.br/jornal/652>. Acesso em 12 de junho de 2008.

## O DISCURSO DA IDENTIDADE NACIONAL

---

PFEIFFER, Daniela. **Políticas públicas e adequação do produto audiovisual para o desenvolvimento do mercado cinematográfico brasileiro**, 2007. 100 f. Monografia (Especialização) - Departamento de Comunicação Social, PUC/RJ, Rio de Janeiro, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. *O espelho de Morse*. In: **Novos Estudos Cebrap**, n. 22. Outubro de 1998.

SCOTT, David. **Refashioning futures: criticism after postcoloniality**. Princeton, NJ: Princeton UP, 1999.

# A EVOLUÇÃO DO SENTIDO DA NOTÍCIA:

## UM ESTUDO SOBRE O PERCURSO DISCURSIVO DAS MATÉRIAS SIGNIFICANTES NO JORNALISMO IMPRESSO

Fernanda Ariane Silva Carrera\*

**Resumo:** Neste artigo, busca-se entender o percurso do sentido da notícia, percebendo de que forma as suas matérias significantes, ao longo do tempo, desenvolveram novas características, novos usos e, sobretudo, novos graus de relevância para a construção discursiva do jornal impresso. Partindo de um enfoque argumentativo, no qual o artigo configurava-se como a razão de ser do jornal, o elemento principal que conferia identidade ao veículo; seguindo para a uma nova visão da página, percebendo: a relevância da diagramação e de sua importância para a leitura e construção de sentidos; o valor dos títulos, uma vez que não se limitam a apenas resumos do texto que destacam, mas produzem sentidos em conjunto com todas as matérias significantes da página; e o papel da ilustração como essencial ao discurso jornalístico, principalmente com o surgimento da fotografia - importante fator de ruptura e conseqüente evolução da imprensa escrita.

**Palavras-chave:** notícia; sentido; evolução; jornal; matérias significantes

**Abstract:** This article seeks to understand the path of the sense of the news, realizing that their signifying materials, over time, develop new features, new uses and, especially, new degrees of relevance to the discursive construction of the printed newspaper. Starting with an argumentative approach, in which the Article constituted itself as the reason for the newspaper, the main element that gave identity to the vehicle, according to a new vision of the page, realizing: the relevance of the layout and its importance to the reading and construction of senses, the value of titles, since not limited to only summaries of the text, but as also producing senses together with all materials significant of the page, and the role of illustration as essential to journalistic discourse, particularly with the advent of photography - important factor of collapse and consequent changes in the printed media.

**Keywords:** news; sense; developments; newspaper; significant materials

---

\* Mestranda em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

### Introdução

Em 2008, a imprensa brasileira completa duzentos anos de existência. Foram dois séculos de muitas evoluções e mudanças significativas, sobretudo acerca da caracterização e funcionamento do jornal. No passado, o jornal se configurava como um espaço de argumentação e exposição de idéias; hoje, a importância dada à exposição da atualidade predomina, dando ênfase à informação em detrimento da argumentação, influenciando, assim, na construção de sentido do jornal.

Patrick Charaudeau<sup>1</sup> afirma que essa obsessão pela atualidade resulta da tentativa dos meios de comunicação de aproximarem os dois momentos opostos da cadeia temporal: o instante de surgimento do acontecimento e o instante do consumo da notícia. Entre estes dois pólos, há a produção midiática, que constrói a notícia, e há a saída do produto midiático para o consumo dos seus leitores. De acordo com este autor, todos os suportes de difusão (imprensa, rádio, televisão), obedecendo às suas limitações técnicas, buscam esta aproximação na produção de suas notícias. É neste marco temporal que se define a atualidade e através dele que o acontecimento adquire o status de notícia.

Entender a importância da atualidade é hoje essencial para a compreensão do funcionamento dos meios de comunicação em geral, e da imprensa em particular. É ela que oferece à notícia seu caráter - até certo ponto - desprovido de juízo subjetivo, e é ela que define a informação como um surgimento instantâneo. Desta forma, “a noción de actualidad es tan central em el contrato mediático (tema) que puede decirse que es la que guía las opciones temáticas”. Esto explica dos de las características esenciales del discurso de información mediático: su “fugacidad” y su “ahistoricidad”<sup>2</sup>.

Segundo o autor, a notícia é em sua essência efêmera. Mesmo quando necessário repeti-la, é preciso manter o seu frescor, a sua relação com a atualidade. Isto explica a dificuldade que os meios enfrentam para dar conta do passado e do futuro. Eles pertencem à cultura do efêmero e se baseiam em um presente da atualidade para, a partir deste ponto de referência, definir o ontem e o amanhã. Diante disso, nesse esforço contínuo pela representação da atualidade, o discurso de informação adquire um caráter atemporal e fugaz<sup>3</sup>.

A atualidade ainda traz consigo diversos fatores que definem o funcionamento da vida cotidiana. Ou seja, o ritmo acelerado que a caracteriza, sem dúvida, é muito diferente do ritmo de vida há dois séculos. Hoje, a intensa carga de mensagens a qual as pessoas estão submetidas pressiona e compromete a aquisição de informações, trazendo para os meios de comunicação a necessidade de despertar o interesse do leitor em meio a tantos outros estímulos que clamam pela atenção do mesmo.

Com o aparecimento da internet, esta necessidade pelo atual e instantâneo parece ainda mais evidente. A maioria dos jornais, hoje, já dispõe de versões on-line, oferecendo informação atualizada em poucas horas. Muitos leitores que antes tinham o hábito de comprar o jornal nas bancas agora preferem a praticidade de lê-lo na tela de seu computador, uma vez que, assim, podem estar bem informados a todo instante sem a necessidade de interromper as suas atividades. Assim, a internet, além de modificar os hábitos e costumes dos leitores, também influenciou e influencia na construção do jornal impresso, que traz em seus aspectos plásticos características típicas do jornal on-line.

Ou seja, percebe-se que aquele jornal feito apenas para ser lido, com seu caráter essencialmente argumentativo, adquire hoje a necessidade também de ser visto, uma vez que, agora, em suas páginas, precisa mostrar, expor, revelar a realidade. Assim, todas as suas matérias significantes, como o texto, a imagem, a fotografia, a diagramação etc. são mobilizadas para atingir o leitor de forma mais rápida e eficiente. Neste contexto, é possível perceber uma crescente preocupação com a forma do jornal, ou seja, o modo de dizer e as características plásticas que o envolvem são, hoje, essenciais para a construção da identidade do suporte, bem como aos efeitos de sentido junto ao leitor.

É claro que essas mudanças que caracterizam a evolução da imprensa escrita também decorrem da intensa concorrência que os jornais enfrentam no seu cotidiano. Isto é, foi-se o tempo do privilégio de algumas empresas que detinham a exclusividade da informação. Hoje é difícil avaliar a enorme quantidade de meios em geral, e veículos em particular, que lutam pela atenção dos leitores ávidos

por se manterem informados. Essa concorrência acirrada, assim, possibilita, entre os suportes de imprensa, uma constante homogeneidade de conteúdo, que permite uma diferenciação apenas no plano da forma. Ou seja, já não é possível pensar no consumo de jornais só pela informação que neles está contida, já que o conteúdo é parecido se não igual a todos os outros. Entretanto, cada um tem uma forma de falar a mesma coisa, tem a sua identidade construída através das mensagens que publica (uns são sensacionalistas, outros tradicionais, uns trazem inovações em design, outros preferem manter o padrão já estabelecido etc.), fazendo o leitor sentir que, lendo o jornal “x”, estará inserido em um determinado grupo social, adquirirá a identidade que o jornal tem e lhe confere pela sua leitura e fidelidade.

Nesse contexto, pode-se afirmar que os jornais, por estarem em constante interação com a sociedade, absorvendo seus interesses e os influenciando também, adaptam as suas formas às necessidades que os leitores desenvolvem. Diante do ritmo acelerado e da vida urbana agitada de hoje, os textos já não podem ser muito longos, nem podem apresentar argumentações sempre muito profundas, já que, com tantas mensagens e estímulos que pedem a atenção do leitor, este se sentirá tentado a não terminar de ler a matéria. Desta forma, esse novo cenário, no qual a imprensa atual está inserida, exige matérias significantes adequadas às transformações sócio-culturais da sociedade e às necessidades e limitações deste novo leitor.

Assim, neste artigo, intenta-se entender a evolução destas matérias significantes, essas transformações decorridas das mudanças históricas e sociais que foram fundamentais para a construção de sentido das mesmas junto aos leitores e, inclusive, junto ao cotidiano do mercado jornalístico. O surgimento da fotografia, por exemplo, foi um fato determinante para uma nova forma de produção da notícia e, conseqüentemente, para a reorganização e engendramento até mesmo dos títulos. É claro que, inicialmente, foi um artifício que complementava a função do texto e ilustrava o dizer dos títulos, entretanto, é perceptível que sua importância adquiriu, ao longo da existência da imprensa, uma relevante dimensão, trazendo questionamentos até sobre a sua suposta autonomia e independência de sentido. Ora, se atualmente o jornal é feito também para ser visto e há maior valorização de sua forma, enaltecendo a representação da atualidade e sendo o “espelho” dos acontecimentos, é claro que a fotografia é um artifício essencial na busca desses objetivos.

O design, por sua vez, se configura como um aliado de todas as matérias significantes para a construção de sentido da notícia jornalística. Representado através da articulação organizada dos títulos e subtítulos, da fotografia, do texto etc., este consegue produzir sentido àqueles leitores apressados que não lêem toda a matéria, mas apenas passam os olhos pela página em busca de informação. Sendo assim, sua análise é imprescindível para um estudo pleno e completo do fazer jornalístico ao longo desses 200 anos de imprensa brasileira.

Nesse contexto, algumas questões surgem a respeito das matérias significantes do jornal ao longo da história da imprensa, como por exemplo: Como se caracteriza a evolução do funcionamento dos títulos, considerando o surgimento de outras matérias significantes, como a fotografia? O que muda quando o design começa a ser intensamente valorizado na produção da notícia? Quais fatores sócio-históricos e culturais foram e são fundamentais para as modificações e evoluções ocorridas na disposição do artigo, do texto? A que regras e restrições esses elementos estão submetidos em meio a contextos diferenciados? De que forma o posicionamento do veículo é perceptível por meio da construção e articulação dessas matérias significantes?

Dentro dessa problemática, o objeto de estudo deste trabalho é o percurso do sentido da notícia, percebendo de que forma as suas matérias significantes, ao longo do tempo, desenvolveram novas características, novos usos e, sobretudo, novos graus de relevância para a construção discursiva do jornal impresso. Entende-se, por exemplo, que o jornal, nos primórdios, era essencialmente argumentativo, tendo o artigo como elemento principal, aquele que conferia identidade ao veículo, a razão de ser do jornal. Hoje, diante dessa nova visão focada na atualidade, percebe-se um novo entendimento da página, na qual, por exemplo, há maior relevância da diagramação (design) para a leitura e construção de sentidos. Além disso, os títulos não mais se limitam a apenas resumos do

## A EVOLUÇÃO DO SENTIDO DA NOTÍCIA

texto, do artigo, mas produzem sentidos em conjunto com todas as matérias significantes da página; a imagem se configura como essencial ao discurso jornalístico, principalmente com o surgimento da fotografia - importante fator de ruptura e conseqüente evolução da imprensa escrita.

Diante disso, a intenção deste artigo é entender essa evolução, perceber esses novos graus de relevância dos elementos que compõem o jornal ao longo da sua história, e responder a todos os questionamentos supracitados que, se respondidos, podem contribuir para a compreensão da história da construção jornalística no Brasil.

### A força do artigo

Segundo Medina<sup>4</sup>, o início da imprensa escrita no mundo todo foi marcado por objetivos que refletiam apenas os interesses do governo. No Brasil não foi diferente. De acordo com a autora, antes de 1821 – quando o príncipe regente D. Pedro suprimiu a censura prévia – os jornais serviam apenas como “arauto” do governo, mensageiros que traziam as vozes da elite. A partir desta data, começaram a surgir jornais mais independentes do poder central, com motivações ideológicas fortemente marcadas. De acordo com Medina, houve um fator histórico determinante para o surgimento do que ela chama de “imprensa militante”: “Os ventos constitucionalistas que sopravam na metrópole empurravam naves e idéias renovadoras para a província ultramarina. A imprensa politicamente militante é, então, mero reflexo de uma situação efervescente”<sup>5</sup>

Nesse contexto, o interesse do jornal representava o interesse de seus proprietários. Isto é, “a notícia era menos do leitor”<sup>6</sup>. Os textos, que muitas vezes ocupavam o todo de uma página do jornal, eram sóbrios, longos e fortemente argumentativos, a favor de alguma idéia, pensamento ou ideologia política. A intenção do jornalismo nessa época não era essencialmente transmitir informações importantes para a comunidade, mas influenciar de alguma forma sobre o ponto de vista dos seus leitores a respeito do que estava acontecendo no campo político. Em resumo: “antes de informar, formar opiniões”<sup>7</sup>.

A noção de objetividade – mais tarde tão valorizada – de fato não poderia ser trazida à tona nessa época. Somada ao fato de que o objetivo do jornal era influenciar e formar opiniões, a linguagem das publicações se aproximava da linguagem literária. Isto é, a profissão do jornalista ainda não existia como tal, e sua função era exercida por escritores e autores da época. Assim, os textos apresentavam aberturas extensas e prolixas, centradas no uso de palavras rebuscadas e períodos longos, que exigiam padrões de leitura muito diferentes do que caracteriza a leitura contemporânea<sup>8</sup>.

Ademais, sabe-se que até mesmo a forma dos jornais dessa época aproximava-se da forma literária, “com filetes e floreios que servem para dividir o espaço vertical e horizontalmente, herança da tradição livresca”<sup>9</sup>. Desta forma, a construção dos textos jornalísticos e a sua conseqüente leitura, não podiam estar alheias ao contexto cultural e tecnológico – os recursos eram escassos - da época, no qual a influência do livro era predominante: “Quer dizer, a linguagem da imprensa era universalizada nas dimensões da palavra escrita, não considerando a instantaneidade e a profundidade da palavra falada...”<sup>10</sup>.

Foi, então, a evolução social e, sobretudo a evolução tecnológica que possibilitaram uma transformação dos hábitos dos leitores e dos produtores do jornal, como afirma Bahia:

As novas técnicas de difusão, o mecanismo da sociedade industrial, o desenvolvimento das comunicações sociais determinaram o aperfeiçoamento dos processos de informar, impondo a reformulação da linguagem da imprensa e a atualização do estilo do jornal, colocando sua estrutura na faixa de uma organização moderna, racional, apta a responder aos desafios do rádio, da televisão e do cinema.<sup>11</sup>

Desta forma, a imprensa partiu de uma supervalorização do “eu” jornalístico - quando o autor da notícia era não somente identificado, mas acima de tudo caracterizado pela sua forma peculiar

de escrever, com floreios e estilo diferenciados - para o que veio a ser chamado de “objetividade jornalística”, na qual a importância do autor é diminuída a ponto de ser difícil identificá-lo. Ou seja, há “um esvaziamento da responsabilidade pessoal de cada jornalista diante do público, em favor da coletivização da responsabilidade”<sup>12</sup>. Assim, com o foco na objetividade, a importância do autor e da formação de opinião cede espaço à notícia em si, que passa a se configurar como o elemento principal do jornal.

Medina<sup>13</sup> salienta que, no Brasil, a notícia como artigo de consumo – rápida, simples e objetiva – decorreu das transformações sofridas pelo país na virada do século XVIII para o século XIX, principalmente com o impacto da Guerra e da invenção do rádio. Segundo a autora, a pressa em se informar sobre o que estava acontecendo no Brasil e no mundo contribuiu para criar um universo de leitores até então inexistente.

A notícia empurra a opinião de grande parte das páginas de jornal; a necessidade de a cada dia conseguir levantar um novo mar de novidades, via telegrama, vai montar a manifestação-núcleo do jornal-notícia. Internacionalmente formam-se as agências de notícias, o telégrafo encurta distâncias, o rádio dá informações “em cima da hora”; nas salas de redação, uma modificação fundamental: do escritor, figura principal de produção individualizada, chega-se à criação anônima pelo corpo de repórteres.<sup>14</sup>

Nesse contexto, se o leitor desejava novidades todos os dias sobre o que acontecia no mundo, o principal objetivo do jornalista passa a ser transmitir o fato ocorrido sem interpretações pessoais, isto é, descrevê-lo tal como ele aparece, desprovido de comentários ou sugestões opinativas que comprometeriam a rapidez da escrita. Entretanto, é claro que, ao escrever a notícia, o profissional privilegia certos ângulos e personagens, suprime fatos dando ênfase a outros e, evidente, escolhe as palavras que serão lidas. Desta forma, inevitavelmente traz para o seu texto interferências subjetivas<sup>15</sup>.

Assim, pode-se narrar uma procissão do ângulo da contrição dos fiéis, ou com destaque aos problemas de trânsito que causa, ou ainda à contradição entre suas propostas e a realidade contemporânea. No primeiro caso, estaremos, possivelmente, fazendo um texto de fundo religioso; no segundo, de intenções agnóstico-mecanicistas; no terceiro, de intenções críticas e materialistas.

<sup>16</sup>

De acordo com Lage<sup>17</sup>, com a evolução tecnológica proporcionada pela Revolução Industrial, alguns jornais optaram por trazer uma nova forma de construir a notícia, menos focada na objetividade e mais no sensacionalismo. Com o aumento da concorrência e o acréscimo do número de leitores, algumas publicações notaram que precisavam destacar-se de alguma maneira e, assim, focavam seus esforços em notícias que chamassem a atenção das pessoas. Com esse objetivo, as notícias que preferencialmente seriam publicadas seriam aquelas que refletissem “crimes e grandes passionaisismos”<sup>18</sup>.

Nesse contexto, no qual alguns jornais apostavam na objetividade e rapidez da notícia, enquanto outros preparavam notícias que prendessem os olhos de um possível leitor, já era possível estabelecer uma divisão do caráter do jornal, o que hoje se chama “jornal de referência” e “jornais populares”. Assim, ainda é possível, hoje, perceber essa diferenciação. Enquanto os jornais ditos de “referência” focam seus esforços em notícias do campo político e econômico, com espaço restrito à opinião pelos editoriais, os jornais populares preferem as notícias locais e os relatos sobre as celebridades.

Mesmo assim, todos os segmentos jornalísticos hoje sofrem com a concorrência, até mesmo os jornais de referência buscam uma forma de manter o seu público e despertar o interesse dos leitores. Segundo Verón<sup>19</sup>, a concorrência acirrada que hoje cerca a imprensa possibilitou uma constante homogeneidade de conteúdo. Percebe-se que os suportes dizem o mesmo, buscam públicos cada vez mais semelhantes e constroem matérias cada vez mais idênticas. Desta forma, é preciso que o jornal

busque uma maneira diferenciada de trazer a notícia às pessoas, para que estas se sintam atraídas a terminar de ler a matéria.

Ademais, os jornais precisam concorrer não só com outros jornais, mas também com diversos meios de comunicação que, atualmente, disputam o interesse das pessoas. Sendo, inclusive, um meio que anuncia o evento um dia após o acontecimento, o jornal precisa noticiar um assunto já extensamente discutido anteriormente pelos outros meios mais instantâneos, como a televisão, o rádio e a internet. Com o surgimento destas novas tecnologias, formas novas de construir a notícia e transmiti-la para o público também precisaram ser desenvolvidas, para que o hábito de ler o jornal impresso não desaparecesse.

Além do texto, é possível perceber a evolução da construção da notícia sob o viés da forma do jornal – fator que hoje define o jornalismo e a diferenciação discursiva das publicações. Quando o texto era essencialmente argumentativo e desejava formar opiniões, a diagramação do jornal seguia esta tendência e se limitava a organizar aqueles longos textos até mesmo em sua primeira página. Atualmente, o *design* revela o posicionamento discursivo do jornal e, mais do que isso, constrói sentido junto ao texto e às outras matérias significantes, como será visto a seguir.

### A relevância da diagramação da página

Como já foi dito no tópico anterior, a diagramação da página do jornal sofreu significativas mudanças ao longo da evolução do jornalismo impresso. É possível perceber que no início da imprensa escrita a sua importância enquanto matéria significativa era mínima, senão nula, uma vez que sua função era apenas organizar na página os textos construídos. Muitas vezes um texto, pela sua extensão, não conseguia ser encaixado em apenas uma página, devendo a sua leitura ser continuada na página seguinte, mostrando a pouca atenção que, na época, era dada à estética.

Atualmente a importância da diagramação ou *design* do jornal é reconhecida, mas por muito tempo ela se limitou a dar ordem aos outros elementos, sem que pudesse construir sentido junto a eles. Desta forma, é possível perceber, pelo *design* da página, diversas características do suporte, como o período em que vigorou ou vigora, o estilo, os leitores a quem se dirige etc.

A forma do jornal é a primeira pista para o entendimento de seu lugar na cultura contemporânea, a compreensão de sua linguagem e a investigação de sua história. A disposição das manchetes, o desenho das letras, sua uniformidade ou variedade, a existência ou não de claros e o equilíbrio estético entre eles, o tamanho e a natureza das ilustrações poderão nos informar se o jornal se destina a um público mais ou menos amplo, de menor ou maior escolaridade.<sup>20</sup>

Segundo Freire<sup>21</sup>, no início do jornal impresso, havia escassez de recursos visuais: “restringiam-se a filetes, variação de tipografias (fontes), a algumas ilustrações”. Além disso, a diagramação era linear e a leitura, verticalizada, deveria seguir o alinhamento das colunas. Assim, a articulação das matérias significantes na página do jornal não serviria por si mesma como uma forma de construir sentido, sendo, inclusive, uma função do gráfico, e não do jornalista.

De acordo com o autor, a matéria não-verbal era pouco valorizada nesta época, fazendo com que o texto fosse o elemento principal do discurso jornalístico. Assim, além do fato de que a organização espacial não construía sentido, como já foi dito, todos os componentes visuais – gravuras e mais tarde a fotografia – serviam apenas como ilustração do que dizia o texto.

Além das ilustrações e da fotografia os artifícios visuais disponíveis eram os filetes, as cercaduras, alguns tipos de marcadores (pontos e asteriscos), e vinhetas decorativas (floreios). Eram recursos que serviam para separar ou segregar textos, não necessariamente para criar um elemento de atração visual. Estes acabavam por atrair o olhar e dar algum arejamento às pesadas páginas, pois inseriam brancos que aliviavam o peso da mancha gráfica, servindo também como atrativos visuais.<sup>22</sup>

Mesmo assim, como a reprodução das imagens era um processo complicado, deixando a fotografia ou o desenho com um aspecto de má-qualidade, o maior elemento utilizado para atração do olhar do leitor era a tipografia ou “fontes tipográficas”. O jornal dispunha de fontes serifadas, sem serifa, com serifa grossas, delicadas, retas e até fontes distorcidas – estas últimas muito utilizadas nos títulos, quando o espaço disponível para o mesmo não era suficiente para o seu tamanho. Assim, como os jornalistas não tinham acesso à gráfica e não podiam reescrever os títulos, os gráficos se encarregavam de resolver este problema utilizando destas fontes expandidas ou condensadas<sup>23</sup>.

Na segunda fase do jornalismo impresso, o chamado período litográfico, começaram a surgir novas formas e tecnologias para a produção do jornal que, de certa maneira, facilitaram o entendimento da diagramação como um elemento importante para a construção de sentido da página. Tanto a chegada do *offset* quanto a informatização dos jornais trariam mais limpeza ao processo de produção e mais: maior agilidade, menor necessidade de tempo para o fechamento e, conseqüentemente, mais atualidade ao dispositivo.

A transferência da montagem da página da oficina gráfica para o departamento de arte aproximou um pouco mais o jornalista do tratamento final de sua produção. Em alguns jornais (como o Jornal da Tarde), os editores eram também os responsáveis pelo desenho das páginas, fator que influenciou para a criação de páginas diferenciadas que integravam melhor o material verbal e o não-verbal. A partir daí, os princípios do design passam a valer mais. Alinhamento, repetição, proximidade, contraste, balanço, passam a ser mais levados em consideração, o que redundou em um jornal mais organizado, limpo e arejado, com hierarquia mais nítida e com melhor visibilidade.<sup>24</sup>

Além disso, existiram outros fatores que evidenciaram uma maior valorização da diagramação neste período: As matérias já eram organizadas de acordo com a sua importância e tamanho, ou seja, as notícias mais importantes eram maiores e ocupavam mais espaço na página; as fotografias, como neste momento tinham uma qualidade melhor, apareciam também mais amplas; e a tipografia era melhor selecionada, isto é, “não existe mais a miscelânea de antes. O jornal como um todo adota pouquíssimas fontes, utilizando como artifício de diferenciação as variações de peso, e inclinação”<sup>25</sup>.

A terceira fase, a que caracteriza o jornalismo atual, é o período em que as tecnologias e, acima de tudo, a cultura possibilitaram o auge do *design*. Influenciado pela televisão e pela internet, o jornal adquiriu uma nova maneira de fazer notícia, na qual o conteúdo não é o único componente essencial ao discurso, mas a forma com que ele se apresenta é indispensável. Hoje a não-linearidade está em voga, há uma mescla de matérias verbais e não-verbais, ou seja, não há fluxo de informação contínuo. É missão do *design* fragmentar o texto e dar ênfase aos enunciados que antes eram compactados num bloco de texto.

Influenciado pela enunciação da internet, o texto no jornal impresso atual apresenta “janelas” de conteúdos. O jornalista de hoje deve ter a visão do texto como um todo e ter também a capacidade de dividi-lo nas múltiplas facetas, em matérias coordenadas que se interconectam pelo design da página, como um hipertexto com seus *links*. Pequenas peças são distribuídas dentro do espaço da notícia. Cada fragmento do mosaico que é a página apresenta um aspecto do enunciado. Tanto pode ser um número destacado quanto a opinião de um especialista no assunto tratado, quanto uma análise do próprio jornal, ou uma peça que resgate a memória de um fato.<sup>26</sup>

Além disso, hoje há um destaque maior para aquelas notícias que devem ser consideradas as manchetes do dia. O jornal dispõe de diversos recursos para que essas notícias sejam mais evidentes aos olhos do leitor, como afirma Freire:

...as manchetes são preferencialmente colocadas no alto da página, com corpo da letra maiores, ou fontes mais pesadas, com traços grossos. Mas não é conveniente que as matérias secundárias recebam o mesmo tratamento da manchete, pois, por estarem mais abaixo, já são naturalmente

## A EVOLUÇÃO DO SENTIDO DA NOTÍCIA

---

vistas como mais pesadas, logo, mais destacadas. O tratamento é diferenciado para que fique claro ao leitor a hierarquia dos assuntos. Tal hierarquia está ligada à cultura jornalística e aos interesses e valores que regem cada jornal. O isolamento por diferenciação também pode ser alcançado com o uso de cores em títulos (ou em partes deles), ou em qualquer outra peça gráfica a qual se queira destacar.<sup>27</sup>

Essa nova forma do jornal possibilita uma maior liberdade para o leitor, hoje tão carente de tempo e disponibilidade para textos longos. Se desejar, esse pode apenas passar os olhos pelos títulos, fotografias e aberturas das notícias e se considerar informado. Já se tiver mais interesse sobre o assunto, poderá completar a leitura da matéria. Ou seja, a importância do leitor nesta fase é indiscutível, uma vez que ele é considerado em todo o processo de produção da imprensa. Sendo o jornal agora mais limpo, com uso harmonioso das cores, das imagens e das tipografias, a leitura se torna muito mais agradável e interessante aos olhos do indivíduo. Freire conclui sobre essa evolução do discurso jornalístico acerca do design:

Ao final constata-se que o design participa tanto da organização espacial como da construção de uma narrativa e de sentidos à enunciação. Possibilita o cumprimento das exigências básicas deste tipo de mídia proporcionando, visibilidade, legibilidade e inteligibilidade, além de tornar o ato de leitura um momento de informação e deleite. Constata-se ainda que o fazer jornalístico hoje é fortemente ligado ao design, pois o jornalista contemporâneo escreve seu texto cercado por restrições formais. Se antes ele deveria atentar para as regras do manual de estilo, para saber quais termos usar ou não, hoje ele deve saber também quais os recursos gráfico-visuais dispõe no projeto gráfico para construir seu texto, agora composto por elementos verbais e não-verbais.<sup>28</sup>

### Da ilustração ao fotojornalismo

Embora o jornalismo de hoje esteja ancorado pela utilização constante e harmoniosa de elementos verbais e não-verbais, como afirma Freire<sup>29</sup>, nem sempre isso aconteceu no âmbito da imprensa escrita. De acordo com Sousa<sup>30</sup>, raramente, nas primeiras publicações, as ilustrações eram utilizadas, mas com o intuito apenas de acompanhar o título. Impressas através da xilografia inicialmente e, mais tarde, com o progresso técnico, passando do método artesanal para o industrial, as ilustrações eram basicamente gráficos e mapas, mas era possível encontrar, algumas vezes, reportagens desenhadas, as quais, por muitos anos, eram priorizadas em detrimento do fotojornalismo<sup>31</sup>.

Sousa<sup>32</sup> afirma que apesar do potencial da fotografia como veículo de informação, os editores de jornais resistiram por bastante tempo a usá-la, já que não valorizavam a seriedade de sua mensagem. Ademais, acreditava-se que elas não se enquadrariam na cultura e nos costumes jornalísticos da época. Foi a partir do surgimento dos tablóides, como sugere Baynes<sup>33</sup>, citado por Sousa<sup>34</sup>, que foi possível reverter esse pensamento do campo jornalístico sobre a fotografia. Segundo o autor, o pioneiro *Daily Mirror*, surgido em 1904, foi o marco para uma mudança no sentido da fotografia: ela deixa de apenas ilustrar o conteúdo do texto e passa a adquirir um conteúdo próprio, tão importante quanto o do artigo.

Hicks<sup>35</sup> vai mais longe e considera que essas mudanças, ao promoverem a competição na imprensa e o aumento das tiragens e da circulação, com os conseqüentes acréscimos de publicidade e lucro, trouxeram a competição fotojornalística e a necessidade de rapidez, que, por sua vez, originaram a cobertura baseada numa única foto, exclusiva e em primeira mão - a doutrina do *scoop*.<sup>36</sup>

Entretanto, é precipitado falar de fotojornalismo nessa época. Sousa acredita que o aparecimento do que hoje se considera fotojornalismo aconteceu na Alemanha, logo depois da Primeira Guerra: “Após a Primeira Guerra, floresceram nesse país as artes, as letras e as ciências. Este ambiente repercute-se na imprensa e, assim, entre os anos vinte e os anos trinta, a Alemanha torna-

se o país com mais revistas ilustradas”<sup>37</sup>. De acordo com o autor, foram essas revistas que permitiram uma nova forma de ver as fotografias. Já não interessava apenas a imagem isolada, como acontecia nos tablóides, mas o todo que formava a página e era constituído pelo texto e pelo conjunto de fotografias que também tentavam contar a história.

Com o passar do tempo, a fotografia ganhou força e passou a ser mais do que uma ilustração ou decoração textual: “O fotojornalismo de autor tornou-se referência obrigatória. Pela primeira vez, privilegiou-se a imagem em detrimento do texto, que surgia como um complemento, por vezes reduzido a pequenas legendas”<sup>38</sup>. Embora estes acontecimentos descritos sejam característicos do contexto europeu no início do século XX, era possível perceber tendências similares em outras partes do mundo e com repercussões igualmente significativas.

Assim, foi a partir de 1920 que a fotografia começou a estabelecer-se como um elemento importante para a ancoragem das matérias verbais, e, juntamente com uma maior hierarquização e organização da informação, “podemos dizer que a ordem foi-se impondo ao caos, fazendo de cada jornal uma proposta de leitura e mapeamento da realidade social”<sup>39</sup>. Desta forma, pode-se afirmar que o desenho foi, aos poucos, sendo substituído pela fotografia, que, aliada ao título, sofria modificações no tamanho, a depender da importância da notícia.

Entretanto, foi a partir de 1970 que a fotografia, em conjunto com os outros tipos de imagens (desenho, mapas, infográficos etc.), foi se tornando essencial para a construção de sentido da página do jornal, sendo deste momento em diante que o leitor desenvolveu o hábito de tê-la como ponto de entrada para as notícias jornalísticas:

Geralmente, as fotografias e restantes imagens dominantes são os primeiros pontos de entrada de um leitor numa página, sejam a cores ou a preto e branco; [...] Normalmente, os leitores entram nas páginas a partir da imagem dominante, movendo-se, posteriormente, para outras imagens, em função do seu grau de relevância, e/ou para os títulos mais proeminentes.<sup>40</sup>

Portanto, é deste momento em diante que o fotojornalismo se configura como um dos elementos indispensáveis à matéria jornalística, não mais apenas pelo seu papel como acessório da notícia, mas também pela sua capacidade de gerar sentido. De acordo com Sousa<sup>41</sup>, com as revoluções tecnológicas que permitiram ao fotógrafo a manipulação das fotografias através do computador, em meados dos anos de 1980, as evoluções no campo do fotojornalismo não pararam de acontecer.

As inovações tecnológicas foram provocando, por vezes conflituosamente, a necessidade de readaptação constante dos fotojornalistas a novos modelos e convenções, a novas rotinas produtivas, a novas táticas e estratégias profissionais de colheita, processamento, selecção, edição e distribuição de foto-informação. Actualmente, a fotografia digital e os meios de geração e manipulação computacional de imagem estão a provocar, novamente, esse tipo de efeitos. Os fotojornalistas começam a questionar a natureza da fotografia enquanto documento, devido à sua maior formação, à acção do meio académico e à própria constatação das mudanças. Novos padrões éticos e novas responsabilidades estão a acompanhar essa revisão nos pontos de vista.<sup>42</sup>

Nesse contexto, hoje a fotografia alcançou tamanho valor para a produção da notícia que não pode ser empregada apenas com fins ilustrativos. Sua qualidade e importância principalmente para o leitor, que a vê juntamente com os títulos – para uma rápida leitura – trouxe a necessidade de se respeitar e privilegiar o seu valor informativo: Se for usada meramente para encher espaço ou ilustrar, o designer deve interrogar-se se não haverá outros recursos que possam funcionar melhor do que a imagem fotográfica<sup>43</sup>.

Se atualmente o jornal é feito também para ser visto e há maior valorização de sua forma, enaltecendo a representação da atualidade e sendo o “espelho” dos acontecimentos, é claro que a fotografia é um artifício essencial na busca desses objetivos, mas Sousa alerta para a concorrência de outros meios que podem comprometer este propósito:

... a televisão e, actualmente, os meios multimédia, reduziram, provavelmente, a autoridade social do fotojornalismo em matéria de representação e figuração visual do mundo. Por isso, importa ao fotojornalismo encontrar novos usos sociais e novas funções, que reconheçam o que, com o tempo, se tornou evidente: a dimensão ficcional e construtora social da realidade que a intervenção fotográfica aporta.<sup>44</sup>

Assim, pode-se afirmar que ainda haverá muitas transformações no âmbito do fotojornalismo e na utilização das imagens pela imprensa, uma vez que surgem cada vez mais novas formas, veículos de informação e, conseqüentemente, novos hábitos e costumes das pessoas, uma vez que estas aprendem a se adaptar ao contexto em que vivem, como conclui Sousa ao citar W. Hicks:

Relata igualmente Hicks<sup>45</sup> que, no início do século XX, quando o fotógrafo entrava num local para fotografar pessoas, estas paravam, arranjavam-se, olhavam para a câmara e posavam. Hoje, as pessoas procuram mostrar que estão no seu estado natural, pois as convenções fotojornalísticas actuais valorizam o espontâneo e o instantâneo. Isto mostra que as convenções actuais são diferentes das convenções vigentes na viragem do século XIX para o XX. Mas as pessoas aparentam dominar as convenções da sua época. Trata-se de uma questão de inserção histórico-cultural.<sup>46</sup>

Diante destas transformações no uso da fotografia e também na imprensa pela sua utilização, é possível afirmar que a fotografia pôde trazer um novo sentido ao discurso jornalístico pelo fato de mostrar a realidade de uma forma mais incontestável. Parece ser a partir dela que o jornal passou a adquirir a função de espelho social, com um discurso fundado no “eis aqui a atualidade e a realidade”. Não é possível trazer essa certeza apenas por meio da linguagem. Quando o jornal era constituído somente por artigos, textos, linguagem, era complicado reconhecer a autenticidade das informações, como afirma Barthes:

O infortúnio (mas também, talvez, a volúpia) da linguagem é não poder autenticar-se a si mesma. O noema da linguagem talvez seja essa impotência, ou para falar positivamente: a linguagem é, por natureza, ficcional; para tentar tornar a linguagem inficcional é preciso um enorme dispositivo de medidas: convoca-se a lógica ou, na sua falta, o juramento; mas a Fotografia, por sua vez, é indiferente a qualquer revezamento: ela não inventa; é a própria autentificação; os raros artifícios por ela permitidos não são probatórios; são, ao contrário, trucagens: a fotografia só é laboriosa quando trapaceia.<sup>47</sup>

Sendo, como sustenta Barthes<sup>48</sup>, um “certificado de presença”, a fotografia diferencia-se da pintura ou do desenho pelo ser carácter de não-imitação. Não há dúvida de que o objeto esteve lá; ela atesta que, de fato, aquilo aconteceu. Ela, segundo o autor, possibilita quebrar a resistência dos indivíduos em acreditar no passado, na História: “A Fotografia, pela primeira vez, faz cessar essa resistência: o passado, doravante, é tão seguro quanto o presente, o que se vê no papel é tão seguro quanto o que se toca”<sup>49</sup>.

Talvez por isso a sociedade contemporânea, por valorizar tanto essa comprovação dos fatos, seja mais superficial, menos atenta ao que de fato interessa, ao âmago dos acontecimentos. Não intenta investigar o que está por trás daquelas imagens, o contexto no qual elas estão envoltas: “O que caracteriza as sociedades ditas avançadas é que hoje essas sociedades consomem imagens e não crenças, como as do passado; são, portanto, mais liberais, menos fanáticas, mas também mais “falsas” (menos “autênticas”)<sup>50</sup>.

### O título

O título é uma das matérias significantes do jornal que desperta atenção pela sua evolução e pela sua importância para a construção da notícia. Ele foi um dos elementos do jornal que sofreu

significativas modificações com a evolução da imprensa. Antes só anunciando o texto, o título agora precisa adequar-se à imagem e ser interessante o suficiente não só para chamar a atenção do leitor, mas também para construir um sentido eficaz junto às outras matérias significantes que envolvem a notícia. Carmen Muñiz-Cachón, em Coimbra-e-Silva<sup>51</sup>, salienta:

La rapidez con que las ondas de radio y televisión propagan las noticias, relega a la prensa a un plano desde el que no puede competir en velocidad, pero sí en precisión y extensión. Un diario puede contener más de un centenar de artículos, por lo que es poco probable que se efectúe una lectura exclusiva de todos ellos. Para que el lector conozca las informaciones de forma extractada todos los artículos están encabezados por un titular. El titular adquiere así un estatuto autónomo y se convierte en un texto en sí mismo que permite conocer lo esencial de cada información, diferenciar unas de otras o suscitar el interés del lector.

Para Coimbra-e-Silva<sup>52</sup>, essa suposta autonomia do título é conferida em qualquer leitor apressado que folheia o jornal e lê apenas os títulos, sem ler a notícia. Daí a importância da sua produção, uma vez que ele pode estimular a leitura do resto da notícia e até mesmo à própria compra do jornal, no caso das manchetes que o leitor consegue perceber passando pelas bancas. Tanto é assim, que, segundo a autora, as manchetes mais sensacionalistas ou de algum modo mais interessantes se encontram geralmente na metade superior da primeira página, “local mais visível nos escaparates em que os vendedores dobram ou sobrepõem os jornais uns aos outros, escondendo assim a segunda metade da página”<sup>53</sup>.

Sendo assim, entende-se que o título tem a sua autonomia textual tanto em relação ao seu destaque gráfico e à sua recepção – quando os leitores o lêem sem o seu respectivo texto – quanto em relação à sua produção – quando ele é construído e muitas vezes alterado em função da paginação ou do design do jornal<sup>54</sup>. Ou seja, além dos fatores sócio-culturais que definem a recepção e os interesses dos leitores do jornal, os aspectos plásticos que caracterizam o estilo de cada veículo também são determinantes para a construção dos títulos e, conseqüentemente, para os seus efeitos de sentido.

Essa articulação entre a matéria verbal e a não-verbal no texto jornalístico é muito importante para o entendimento do todo que é a construção do sentido da notícia. Segundo Medina<sup>55</sup>, a mensagem jornalística como produto da indústria cultural trouxe uma nova forma de se construir o componente verbal do jornal, ou seja, com apelos visuais que servem para chamar atenção e despertar interesse.

Apelo verbal, articulado com o apelo visual, exige um estudo particular na formação lingüística. Está integrado no ritmo narrativo geral, na posição que o narrador assume e nas cenas de realidades concretas, mas como elemento de formulação é um foco em si, de tal maneira que na elaboração redacional representa um momento de preocupação especial por parte do emissor. Historicamente, o primeiro apelo verbal a ser explorado, conscientemente desdobrado da mensagem, foi o título. O segundo apelo que surgiu foi o lead (primeiro parágrafo da notícia, cabeça ou lançamento da matéria).<sup>56</sup>

Ademais, sabe-se que atualmente o título é o último elemento a ser feito na elaboração da notícia. Depois do texto construído, o jornalista passa ao redator ou ao editor, e este redige o título que, para ele, parece mais adequado. Ou seja, cada título já traz uma interpretação do jornal acerca da notícia. Antes das possíveis interpretações do leitor, o texto já é interpretado pelo próprio suporte. Assim, não é possível negligenciar o conteúdo da notícia nem dos títulos numa análise desta matéria significativa, mas considerá-lo como um dos fatores que constituem e fundamentam as possíveis construções de sentido.

Desta forma, entender o estilo de cada jornal, com todas as suas especificidades de forma e até de conteúdo, é indispensável para compreender a construção dos títulos. Segundo Bahia<sup>57</sup>, cada jornal, por exemplo, traz títulos que obedecem a certas regras de diagramação e sintaxe próprias à sua

## A EVOLUÇÃO DO SENTIDO DA NOTÍCIA

singularidade. Por exemplo, cada veículo impresso traz um número certo de palavras para o título, de linhas, um tamanho exato e usos (tempo de verbo, emprego de sujeito etc.) limitados.

Assim, através dos títulos, é possível perceber as características do jornal e suas intenções frente ao leitor, além de qual o seu posicionamento diante da concorrência que traz conteúdos semelhantes. Por meio do título e de sua organização e relação com as outras matérias significantes que compõem o jornal, é possível perceber a evolução deste ao longo da história da imprensa, entendendo as suas modificações e rearticulações provenientes das mudanças sócio-históricas e culturais da sociedade.

No início da imprensa escrita, por exemplo, quando o jornal era mais argumentativo e formador de opinião, os títulos eram construídos como pequenos resumos do conteúdo da notícia. Sua significação era limitada à simplicidade e à clareza, cabendo ao texto maior profundidade e produção de sentidos. Esse é um fato curioso, já que a matéria verbal era o componente essencial do jornalismo feito naquele período. Freire<sup>58</sup> comenta que até mesmo a diagramação reflete esse pouco interesse pelos títulos, pois aquele que correspondia à manchete do dia só vai aparecer na segunda metade da primeira coluna, abaixo do que atualmente seria chamado de editorial. Isto é, o título não era um elemento de atração para o leitor, apenas uma forma de divisão dos textos. O autor conclui: “É bem provável que este também atraísse o olhar, mas, diante da localização do mesmo, situado abaixo da dobra da página, é possível entender que, na produção, não existia uma preocupação maior de tornar o título um elemento de destaque, ou de atração visual”<sup>59</sup>.

No entanto, hoje, o título tem uma importância indiscutível para a produção jornalística. Construídos com o intuito de provocar o indivíduo para a leitura completa da notícia, os títulos têm de ser fortes, chamativos, interessantes, carregados de emoção, usando o lúdico, os jogos lingüísticos etc. Além disso, segundo Verón<sup>60</sup>, os títulos consistem num jogo de linguagem que serve, sobretudo, para construir a cumplicidade entre enunciador e destinatário. Ou seja, a redação do título busca utilizar elementos culturais que os dois conhecem, construindo assim uma identificação: “Cada título é uma “chave” cuja decifração funciona como “prova” do pertencimento a um universo cultural partilhado”<sup>61</sup>.

Atualmente essa identificação do leitor com o jornal é importante, visto que houve uma expressiva transformação no hábito de ler das pessoas. De acordo com Freire<sup>62</sup>, o leitor de hoje apenas passa os olhos pela página, buscando o que lhe interessa e desperta sua curiosidade. Esse novo hábito aconteceu pela influência das novas mídias, como a televisão e a internet: “Nestas o leitor navega, seja ‘zapeando’ com o controle remoto - pulando de canal em canal, ou saltando de janela em janela na *web*, clicando em *links*, sendo bombardeado por janelas e abas que se abrem à sua frente”<sup>63</sup>. Ou seja, a leitura do jornal tem se tornado cada vez mais não-linear, mais parecida com a forma de assistir televisão e navegar nos sites da Internet.

Assim, os títulos são uma das formas utilizadas pelo jornal para se posicionar frente ao seu público-alvo e despertar a “simpatia” do leitor pelo veículo em específico, como completa Verón:

Em um universo de discurso em que, do ponto de vista do conteúdo, a oferta é quase a mesma, o único meio de cada título construir sua “personalidade” é através de uma estratégia enunciativa própria, ou seja, construindo um certo vínculo com seus leitores. É por isso que, na imprensa escrita, cada “zona de concorrência direta” é um verdadeiro laboratório para o estudo de fenômenos enunciativos.<sup>64</sup>

Isto é, os títulos se encarregam de dar uma personalidade única ao veículo da imprensa, conferindo uma peculiaridade enunciativa inserida num universo de inumeráveis suportes que dizem o mesmo e buscam o mesmo leitor. Medina completa: “O título ganha vida de consumo como qualquer anúncio publicitário e a edição trabalha com cuidados especiais: criam-se “tituleiros” hábeis, verdadeiros mitos de sala de redação”<sup>65</sup>.

Ademais, a construção dos títulos hoje é aliada ao apelo não-verbal dos jornais. Isso acontece por meio da união entre as matérias significantes para que, juntas, construam sentido, mas também

até pela por forma física do título, sua fonte utilizada, o local em que será inserido etc.

Sua presença física é articulada aos demais elementos visuais numa diagramação que corta toda a frieza e imparcialidade do título. E os sinais de pontuação, os números, os artigos, os contornos das letras – tudo entra em jogo na diagramação, onde menos importam os critérios de feio/belo e mais os critérios de valorização visual do que deve saltar aos olhos. E então os títulos chamam o consumidor pela diagramação, pela forma verbal literária, pela malícia dos dados em jogo, pela intimidade com que falam ao leitor com um você, aqui, e outras formas imperativas, ou simplesmente pelo prazer lúdico dos quebra-cabeças. Até os títulos interrogativos – pecado original nos clássicos manuais – se constituem num apelo direto.<sup>66</sup>

De acordo com Freire<sup>67</sup>, o desenho das letras é fundamental para a construção do sentido do título e até para o reconhecimento da identidade do jornal. Segundo o autor, a depender da fonte utilizada, o enunciado pode sugerir tanto um murmúrio quanto um grito de alerta, pode exprimir sensualidade ou rispidez, tudo isso traduzindo a intenção do veículo e o contexto da frase. Sendo assim, a preferência por uma fonte em detrimento de outra pode caracterizar o segmento do jornal, determinando o seu posicionamento discursivo e até identificando caso o mesmo se configure como um jornal popular ou de referência, como afirma Freire:

No caso das fontes dos títulos existe uma diferença maior entre estas duas categorias de jornais. Os de referência (ou sérios) tendem a usar fontes um pouco mais tradicionais, geralmente serifadas, de acordo com o grau de tradicionalidade ou de modernidade que queiram avocar para si. Os pesos das letras tendem a ser menores que nos jornais populares, que, por sua vez, tendem a utilizar fontes sem serifa, por parecerem mais simples e despojadas [...]. Não se trata de questão de gosto, mas de influências e de consonância com o tipo de estilo ao qual o leitor padrão está mais habituado. O jornal de referência é influenciado pelas artes visuais clássicas ou modernas, mais “limpas” e serenas. Já os jornais populares sofrem influência do barroco e da arte popular, do *naijf*, dos modos e cores como cada uma destas artes inspiradoras se expressam. Ou seja, cada tipografia tem uma personalidade que casa melhor com os diferentes tipos de jornal.<sup>68</sup>

Desse modo, o título – tanto pela sua forma quanto pelo seu conteúdo - é uma das formas que o jornal possui para transmitir a sua identidade e garantir a segmentação de seu público. Embora a intenção do veículo seja transmitir a informação da maneira mais clara e concisa possível – focada na objetividade – o título é um dos elementos jornalísticos que mais podem ser reveladores da opinião e interpretação do autor da notícia, como conclui Medina<sup>69</sup>. Qualquer título de aparência denotativa pode ser conotado no contexto da informação.

De acordo com este pensamento, a escolha das palavras pelo jornalista é fundamental para entender a intenção de seu enunciado. O verbo utilizado, por exemplo, é um marcador essencial que ajuda a denunciar uma interpretação escondida. Conforme Fairclough<sup>70</sup>, a escolha do verbo que marca o discurso representado - quando o título, por exemplo, expõe a voz de uma pessoa por meio das aspas - freqüentemente já impõe uma interpretação para aquele discurso. Isto é, o uso da palavra “alertou” ao invés de “disse”, “emitiu”, “falou” ou “assinalou” não é ao acaso e direciona o leitor para um entendimento específico do conteúdo da notícia.

Entende-se, portanto, que o estudo da evolução do discurso jornalístico e, especificamente, da evolução da construção dos títulos revela diferenças significativas entre a sua produção no início da imprensa e na fase atual, embora possa também expor semelhanças, similaridades que não podem ser negligenciadas. O caráter interpretativo do título, por exemplo, é um fator que revela tanto a maior diferença quanto a maior semelhança entre os dois períodos. A disparidade talvez mais significativa consiste no fato de que, nos primórdios do jornalismo, o título tinha um caráter apenas de resumo da notícia e atualmente ele se configura como um elemento essencial para a construção da página do jornal, sendo questionada até mesmo a sua autonomia de sentido.

## A EVOLUÇÃO DO SENTIDO DA NOTÍCIA

---

No entanto, por trás desta evolução enunciativa, uma similaridade importante deve ser destacada. Sabe-se que, antigamente, o texto era muito mais explicitamente opinativo, trazendo as idéias e os julgamentos do autor de forma clara e categórica. Se o título era apenas um resumo do artigo, se a sua função era meramente a de sintetizar o conteúdo que havia sido percorrido pelo jornalista, e esse conteúdo era claramente interpretativo e ideológico, é lógico que o título também traria essas características. Na fase atual, o título continua sendo interpretativo, mas de uma forma menos transparente, mascarado sob a noção da objetividade e da imparcialidade, mas ainda trazendo “chaves interpretativas”, elementos que podem ser denunciadores da opinião e do julgamento. Cabe ao leitor identificar esta intenção, concordando ou não com o que é dito, e cabe ao analista desvelar este sentido oculto, o que há depois da superfície.

### Considerações finais

Percebendo a evolução que se deu na imprensa escrita através das suas matérias significantes, é possível afirmar que a diferença significativa existente entre o início de seu funcionamento e os dias atuais reside no valor da notícia. De acordo com Marcondes Filho<sup>71</sup>, a notícia de hoje é como um produto, um artigo de consumo. Assim como este obtém um valor de uso – aquele que indica a sua função inicial - e um valor de troca – aquele que o diferencia, o ressalta - as notícias também devem dispor de um valor que determinará o seu destaque e o seu potencial de consumo pelos leitores. Ou seja, elas são produzidas para um mercado real, no qual a concorrência é extrema e a competição pela atenção e interesse das pessoas se mostra cada vez mais intensa. Assim, da mesma forma que a publicidade divulga o valor de troca das mercadorias que vende, o jornal precisa produzir notícias que deixem em evidência além do seu valor de uso – a informação – também o seu valor de troca: a sedução, a diversão, o entretenimento.

Ao passar por uma banca de jornais, o indivíduo pode ser atraído para a aquisição de um periódico por força das promessas de satisfação de necessidades ou interesses que essa mercadoria contém. Da mesma forma que uma roupa, um alimento, um objeto de uso pessoal, também o jornal é produzido para a venda. Uma informação pura e simples não é mercadoria. Para tanto é preciso que ela seja transformada em notícia. Um acidente só vira notícia se nele estiver envolvido alguém que o jornal pretenda destacar, conforme suas intenções, positiva ou negativamente. O jornal, então, cria, a partir da matéria-prima informação, a mercadoria notícia, expondo-a à venda (por meio da manchete) de forma atraente. Sem esses artifícios a mercadoria não vende, seu valor de troca não se realiza.<sup>72</sup>

Sendo assim, o que vai permitir, hoje, a preferência do consumidor será o que a notícia construída traz de inovador, atraente ao olhar apressado e impaciente do indivíduo que busca informação. Quando a imprensa era uma forma de formar, divulgar opiniões políticas, e os textos eram extensos, argumentativos e sóbrios, o que diferenciava um veículo do outro era a idéia, a ideologia que pregava. Ou o leitor era adepto de seus pensamentos ou discordava deles. O valor da notícia era ideológico. No caso da imprensa atual, quando todos buscam a imparcialidade – pelo menos aparentemente – a diferença se faz através da linguagem. Além de competir com outros jornais, cada veículo precisa despertar a atenção de pessoas que têm outros meios de comunicação como estímulo. Foi e será por meio da linguagem que o jornalismo impresso deverá “manter o interesse humano, apresentar novidades, despertar novos gostos, captar mais simpatias – numa ânsia de satisfazer o público que vai da originalidade do estilo à exploração do incomum”<sup>73</sup>. O valor da notícia passa a ser discursivo.

É claro que ainda hoje o jornal veicula a sua ideologia, já que toda mercadoria o faz de alguma forma e em algum momento, mas essa divulgação é feita de maneira mais sutil, menos propagada e repleta de disfarces que muitas vezes passam despercebidos pelos leitores menos críticos e atenciosos.

No entanto, embora o caráter ideológico do jornalismo impresso não deva ser negligenciado, é o caráter mercadológico, isto é, a sobrevivência econômica que muitas vezes determina o discurso do jornal<sup>74</sup>.

Portanto, em um contexto em que a sobrevivência econômica rege o discurso jornalístico, pode-se identificar outra transformação na imprensa escrita importante de ser destacada. Quando o jornal era feito por poucos e direcionado a poucos, com intuítos políticos, a importância do indivíduo que escrevia o texto era indiscutível, sendo a sua identificação enquanto tal indispensável. No entanto, agora que a sobrevivência econômica é o objetivo principal, o valor do leitor passa a ser muito mais reconhecido. É ele que atrai os anunciantes e são estes que garantem a resistência do jornal. Assim, todas as suas matérias significantes buscam atender ao leitor e objetivam a unificação da estrutura do veículo, ou seja, pretendem mostrá-lo como um produto que, embora seja feito por diversos autores, parece ser feito por um só: “Tal uniformidade é modelada pelo projeto editorial, mas também pelo projeto gráfico. Assim, por manter linguagens (verbo-visuais) uniformizadas, o discurso jornalístico, na maioria das vezes, busca o apagamento do sujeito”<sup>75</sup>.

Essa “negação do subjetivismo”, como afirma Marcondes Filho<sup>76</sup>, é uma das normas mercadológicas às quais a notícia precisa se adaptar para ser transformada em mercadoria. Segundo o autor, além dela, a informação precisa levar em conta outras normas de mercado, como a padronização, generalização e a simplificação. Tudo isso para atender ao público que consome e garantir o sucesso em meio aos concorrentes. Entretanto, Bahia alerta:

Não se trata de um atendimento apressado, dispersivo, alheio à história da comunidade a que servem os meios do jornalismo. Muito ao contrário, o gosto e o interesse do público devem integrar o conjunto dos princípios e dos objetivos que completam as obrigações de informar, entreter e educar.<sup>77</sup>

Isto é, hoje o jornal precisa ser mais do que apenas um veículo de informação. Precisa ser mais do que uma “máquina fotográfica da realidade”<sup>78</sup>. Para despertar o interesse do leitor e dos anunciantes, se faz necessário que todas as suas matérias significantes estejam unidas em prol de um objetivo comum: a junção de informação, entretenimento e educação. É claro que cada veículo busca essa tríade de uma forma peculiar e condizente com o público que deseja atingir, mas no final todos sabem que o conteúdo já não é o bastante para garantir o seu sucesso. É por meio da forma, da linguagem, do discurso como um todo – ou do valor discursivo das notícias que veicula – que o jornal adquire um posicionamento sólido e eficaz em um mercado cada vez mais competitivo.

### Notas

- <sup>1</sup> CHARAUDEAU, Patrick. **El discurso de la información. La construcción del espejo social.** Barcelona: Gedisa, 2003.
- <sup>2</sup> *Idem*, p. 171.
- <sup>3</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>4</sup> MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- <sup>5</sup> *Idem*, p. 60.
- <sup>6</sup> BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação e comunicação.** São Paulo: Martins, 1971.
- <sup>7</sup> MEDINA, Cremilda, *op. cit.*, p. 60.
- <sup>8</sup> FREIRE, Eduardo. **A influência do design de notícias na evolução do discurso jornalístico. Um estudo de caso do jornal O Estado de São Paulo.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador : E. N. Freire, 2007.
- <sup>9</sup> FREIRE, Eduardo, *op. cit.*, p. 118.
- <sup>10</sup> BAHIA, Juarez, *op. cit.*, p. 65.
- <sup>11</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>12</sup> LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia** Petrópolis: Vozes, 1979.
- <sup>13</sup> MEDINA, Cremilda, *op. cit.*
- <sup>14</sup> *Idem*, p. 61-62.
- <sup>15</sup> LAGE, Nilson, *op. cit.*
- <sup>16</sup> *Idem*, p. 25.
- <sup>17</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>18</sup> *Idem*, p. 24.
- <sup>19</sup> VERÓN, Eliseo. **Fragments de um tecido.** Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004.
- <sup>20</sup> LAGE, Nilson, *op. cit.*, p. 11.
- <sup>21</sup> FREIRE, Eduardo, *op. cit.*, p. 120.
- <sup>22</sup> *Idem*, p. 127.
- <sup>23</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>24</sup> *Idem*, p. 146.
- <sup>25</sup> FREIRE, Eduardo, *op. cit.*, p. 149.
- <sup>26</sup> *Idem*, p. 167-168.
- <sup>27</sup> *Idem*, p.64.
- <sup>28</sup> FREIRE, Eduardo, *op. cit.*, p. 189-190.
- <sup>29</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>30</sup> SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.
- <sup>31</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>32</sup> *Idem, ibidem.*
- <sup>33</sup> BAYNES, K. Scoop, **Scandal and Strife: A Study of Photography in Newspapers.** London: Lund, 1971. *Apud* SOUSA, Jorge Pedro. *op. cit.*
- <sup>34</sup> Sousa, Jorge Pedro. *op. cit.*
- <sup>35</sup> HICKS, W. **Words and Pictures: An Introduction to Photojournalism.** New York: Harper, 1952. *Apud* SOUSA, Jorge Pedro, *op. cit.*
- <sup>36</sup> *Idem*, p. 417.
- <sup>37</sup> SOUSA, Jorge Pedro, *op. cit.*, p. 241.
- <sup>38</sup> SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002, p. 18.
- <sup>39</sup> SOUSA, Jorge Pedro, *op. cit.*, p. 347.
- <sup>40</sup> *Idem*, p. 379.
- <sup>41</sup> *Idem, ibidem..*
- <sup>42</sup> *Idem*, p. 435-436.
- <sup>43</sup> *Idem*, p. 392.
- <sup>44</sup> *Idem*, p. 435.
- <sup>45</sup> HICKS, W. *op. cit.*

- <sup>46</sup> SOUSA, Jorge Pedro, *op.cit.*, p. 418.
- <sup>47</sup> BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 128.
- <sup>48</sup> BARTHES, Roland, *op. cit.*, p.129.
- <sup>49</sup> *Idem*, p. 130.
- <sup>50</sup> *Idem*, p. 174.
- <sup>51</sup> COIMBRA-E-SILVA, Rosa Lídia Torres do Couto. **Estudo lingüístico dos títulos de imprensa em Portugal: a linguagem metafórica**. Dissertação de doutoramento no ramo de Linguística, especialidade de Lingüística Portuguesa apresentada à Universidade de Aveiro, 1999.
- <sup>52</sup> *Idem, ibidem*.
- <sup>53</sup> *Idem*, p. 70-71.
- <sup>54</sup> *Idem*, p. 72.
- <sup>55</sup> MEDINA, Cremilda, *op. cit.*
- <sup>56</sup> *Idem*, p. 137.
- <sup>57</sup> BAHIA, Juarez, *op. cit.*
- <sup>58</sup> FREIRE, Eduardo, *op. cit.*
- <sup>59</sup> *Idem*, p. 122.
- <sup>60</sup> VERÓN, Eliseo, *op. cit.*
- <sup>61</sup> *Idem*, p. 233.
- <sup>62</sup> FREIRE, Eduardo, *op. cit.*
- <sup>63</sup> *Idem*, p. 82.
- <sup>64</sup> VERÓN, Eliseo, *op. cit.*, p. 249.
- <sup>65</sup> MEDINA, Cremilda, *op. cit.*, p. 139.
- <sup>66</sup> *Idem, ibidem*.<sup>67</sup> FREIRE, Eduardo, *op. cit.*
- <sup>68</sup> FREIRE, Eduardo, *op. cit.*, p. 89.
- <sup>69</sup> MEDINA, Cremilda, *op. cit.*, p. 139.
- <sup>70</sup> FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança sócial**. Brasília: UNB, 2001.
- <sup>71</sup> MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia. Jornalismo como produção social da segunda natureza**, São Paulo: Ática, 1989.
- <sup>72</sup> *Idem*, p. 25.
- <sup>73</sup> BAHIA, Juarez, *op. cit.*, p. 61.
- <sup>74</sup> MARCONDES FILHO, Ciro, *op. cit.*
- <sup>75</sup> FREIRE, Eduardo, *op.cit.*, p. 17.
- <sup>76</sup>MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos**, São Paulo: Hacker, 2000, p. 13.
- <sup>77</sup> BAHIA, Juarez, *op. cit.*, p. 61.
- <sup>78</sup>TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

### Referências bibliográficas

- BAHIA, Juarez. **Jornalismo, informação e comunicação**. São Paulo: Martins, 1971.
- BARTHES, Roland. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BAYNES, K. *Scoop, Scandal and Strife: A Study of Photography in Newspapers*. London: Lund, 1971. In: SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.
- CHARAUDEAU, Patrick. **El discurso de la información. La construcción del espejo social**. Barcelona: Gedisa, 2003.

## A EVOLUÇÃO DO SENTIDO DA NOTÍCIA

---

COIMBRA-E-SILVA, Rosa Lúcia Torres do Couto. **Estudo lingüístico dos títulos de imprensa em Portugal: a linguagem metafórica.** Dissertação de doutoramento no ramo de Linguística, especialidade de Lingüística Portuguesa apresentada à Universidade de Aveiro, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social.** Brasília: UNB, 2001.

FREIRE, Eduardo. **A influência do design de notícias na evolução do discurso jornalístico. Um estudo de caso do jornal O Estado de São Paulo.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, Salvador : E. N. Freire, 2007.

HICKS, W. Words and Pictures: An Introduction to Photojournalism. New York: Harper, 1952. In: SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo. A saga dos cães perdidos,** São Paulo: Hacker, 2000.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia. Jornalismo como produção social da segunda natureza,** São Paulo: Ática, 1989.

MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda.** São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** Petrópolis: Vozes, 1979.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de jornalismo impresso.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2005.

SOUSA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo. Uma introdução à história, às técnicas e à linguagem da fotografia na imprensa.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. Porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido.** Rio Grande do Sul: Unisinos, 2004.

# MARCADORES IDENTITARIOS DE FÃS DE UM JOGADOR DE FUTEBOL NA INTERNET: DAVID BECKHAM NO ORKUT

João Osvaldo Schiavon Matta \*

**Resumo:** O Orkut, como território habitado também por jovens, é um dos locus do cotidiano que se pode tentar mapear alguns dos processos sociais do ciberespaço que envolvem a construção identitária deste público específico. Ídolos do esporte estão entre os temas veiculados neste site de relacionamento que favorecem o agrupamento dos jovens em tribos para, entre outros processos, que cultuem estas estrelas. Os vínculos emocionais entre os orkutianos que são estabelecidos em torno de uma figura midiática como é o caso do jogador inglês David Beckham servem também de apoio para a construção de suas identidades on-line. Este artigo busca apoiar o entendimento e realizar algumas notas a respeito de como se dá este processo de construção identitária. Para isto, analisamos algumas comunidades virtuais do Orkut que ostentam o jogador de futebol inglês David Beckham como principal tema assim como algumas páginas de perfis de fãs do jogador.

**Palavras-chaves:** futebol; cibercultura; identidade; Orkut; celebridade.

**Abstract:** Orkut, as a territory inhabited by young people too, is one of the locus of daily life that we can try to map some of the social processes of cyberspace involving the identity construction of this specific audience. Sport idols are among the themes running on this social network that favor the formation of young people in tribes for, among other processes, worship these stars. The emotional ties between orkutians which are set around a media person such as the English player David Beckham also support the construction of their identities online. This article aims to support the understanding and does some notes about how to work this process of identity construction. For this, we analyzed some virtual communities from Orkut treating the English football player David Beckham as the main theme as well as some pages of profiles of fans of this player.

**Keywords:** football; cyberculture; identity; Orkut; celebrity.

---

\* Doutorando em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP, Mestre em Comunicação e Práticas de Consumo pela ESPM, SP e professor da ESPM, SP. E-mail: [jmatta@espm.br](mailto:jmatta@espm.br).

### Introdução

Acompanhar eventos esportivos tem lugar de destaque entre as práticas que ocupam hoje o mundo dos jovens. Esta prática tem um importante papel no cotidiano juvenil, chegando a influenciar seu comportamento. Envolve o consumo desses bens culturais e também de seus protagonistas – os atletas, que muitas vezes ocupam papel de matrizes de sentido para jovens de todo o mundo.

A mídia veicula as performances dos atletas, assim como suas imagens. O jovem pode tomar como modelo certo modo de praticar um determinado esporte, de se vestir, de se comportar, de falar e de agir de seus ídolos. Assim, a cultura da mídia também pode assumir uma função de mediadora de outra prática social: o culto a ídolos do mundo esportivo.

Não é recente o fato de jovens se identificarem com astros esportivos que admiram. Não são poucos os exemplos de atletas que enfeitiçaram e enfeitiçam fãs em várias partes do mundo, levando-os a expressarem sua admiração de diversas formas. Criam fãs-clubes, vão a jogos, presenciam competições e até se aglomeram para ver as diversas estrelas do mundo esportivo quando circulam pelas ruas de algumas cidades. Também consomem produtos que trazem ilustrações de seus ídolos estampadas, tais como: uniformes de clubes, camisetas, bonés, cadernos etc. Os jovens fãs também se apropriam de espaços da cultura midiática para estabelecer um culto grupal a astros e a estrelas das mais variadas práticas esportivas. Esta contemplação em grupo pode ocorrer de diversas formas e em variadas situações no contemporâneo.

Jogos e competições esportivas são transmitidos por meios de comunicação como a televisão, o rádio e a internet. Estes são veiculados como espetáculos que potencializam os afetos dos fãs. Entre estes meios de comunicação que citamos, a internet é um palco privilegiado para admiradores de atletas de todo o mundo consumirem estes espetáculos envolvendo seus ídolos e também se manifestarem. A internet é parte de um sistema midiático que facilita a difusão de astros e estrelas. Este meio de comunicação, que está presente de forma significativa entre alguns jovens brasileiros<sup>1</sup>, viabiliza dois tipos de diálogos: um entre fãs e ídolos e outro entre os próprios fãs. Nosso artigo pretende se servir de alguns espaços da internet onde diálogos entre fãs acontecem. A observação destes territórios e a produção de conteúdo que fãs ali apresentam nos servirão para apoiar nossa compreensão a respeito da faceta midiática de uma celebridade do meio esportivo. Sabemos que no contemporâneo, uma indústria do entretenimento tem utilizado a cultura da mídia como aliada para atingir seus objetivos comerciais. Desta indústria do entretenimento, faz parte uma certa indústria do esporte, interessada no negócio que envolve diferentes práticas esportivas e seus atletas que são mostrados em performances, muitas vezes, espetacularizadas. Assim, o chamado marketing esportivo foca seus esforços na comercialização de eventos ligados ao esporte e da imagem dos atletas como produtos de consumo. Nosso texto tece algumas considerações a respeito do papel da internet neste contexto que é também mercadológico, além de midiático.

A internet foi escolhida como *locus* desta nossa pesquisa por ser um território onde estas práticas de admiração grupal a estrelas têm sido observadas e praticadas de forma majoritária por atores sociais que nos interessam: os jovens. A internet é parte de uma revolução tecnológica que, segundo Castells<sup>2</sup>, disponibiliza uma geração de conhecimentos e de dispositivos de comunicação, com a possibilidade de inovação através da realimentação cumulativa, onde os usuários podem tornar-se produtores da tecnologia e “artífices de toda a rede”<sup>3</sup>. Uma revolução que implica não só em novos aparatos técnicos, mas também em suas aplicações sociais. O impacto desta mudança não estaria só no desenvolvimento material das máquinas, mas no fato de indivíduos poderem se apropriar das tecnologias e a partir daí redefinirem-nas, num processo social de inovação a partir da experiência de uso. Esses indivíduos podem atuar como co-criadores e não apenas como usuários passivos. Essa revolução tecnológica a que se refere Manuel Castells é a da informação. Entendemos uma revolução deste tipo à maneira de Thomas Kuhn<sup>4</sup>: trata-se de algo que muda um paradigma e, assim, certas formas de se ver o mundo.

Sabemos que não é a partir desta matriz tecnológica que teve início a utilização de astros e estrelas do esporte como fontes de produção de sentido. Esta prática vem de antes. Entretanto, a internet possibilita que os processos em torno do culto a estes tipos de ídolos sejam facilitados e até redefinidos a partir da apropriação que jovens podem realizar no ciberespaço<sup>5</sup>.

Este nosso trabalho debruça-se sobre a apropriação social que jovens realizam no espaço da internet para cultuar uma celebridade do mundo do futebol, no caso, o jogador David Beckham. Verificamos que esta prática juvenil é absorvida por um tipo de indústria que envolve o esporte como prática social e que é maciçamente veiculada pela mídia. Esta indústria busca, desta forma, também utilizar a internet como plataforma para suas estratégias comerciais se estabelecerem. Sabemos que a internet é parte de um sistema que apresenta uma cultura que é hegemônica no cotidiano dos jovens: a cultura da mídia.

No contemporâneo devemos considerar, entre outros aspectos, a mídia como importante contextualizadora do dia-a-dia. Como argumenta Kellner<sup>6</sup>, a mídia se apresenta de forma dominante na construção simbólica dos significados em circulação na atualidade. Portanto, a admiração por um determinado astro do futebol pode também ser influenciada a partir de processos presentes na cultura midiática. Este autor nos traz a idéia de que a mídia veicula uma determinada cultura com imagens, sons e espetáculos que afetam a vida cotidiana, que sabemos influenciar também o juízo assim como a admiração acerca de astros e estrelas do esporte. Esta cultura da mídia, que media as construções simbólicas de que falamos, é uma cultura

[...] industrial; organiza-se com base no modelo de produção de massa e é produzida para a massa de acordo com tipos (gêneros), segundo fórmulas, códigos e normas convencionais. É, portanto, uma forma de cultura comercial e seus produtos são mercadorias [...]<sup>7</sup>

A mídia, então, configura-se como um importante processo a ser estudado como mediadora de significados e mensagens dominantes que podem ajudar a criar posturas de admiração nos fãs de atletas celebrados através dos diversos meios de comunicação. A cultura da mídia traz recursos para os indivíduos acatarem ou rejeitem padrões identitários que ela própria veicula. Sendo assim, pode tanto levar os fãs a uma conformidade como também a uma oposição aos modelos dominantes vigentes, o que possibilita formas diversas de resistência. Sabemos que, no contemporâneo, a cultura da mídia impacta fortemente a preferência da audiência esportiva, também a construção dos significados em torno dos próprios atletas. Vemos que a cultura da mídia está de mãos dadas com o consumo de bens culturais – no caso o consumo do esporte como espetáculo midiático – pois o ajuda na determinação das direções, das proporções e dos sentidos daquilo que se vai consumir.

Como pesquisador do campo da comunicação, os jovens e suas práticas sociais estão entre nossos temas de interesse. Assim, escolhemos um ídolo do futebol que é admirado por jovens de várias partes do mundo, entre eles os brasileiros, para apoiar nosso estudo sobre o processo midiático de construção de celebridades que também se dá na internet. Apesar de David Beckham encontrar-se mais próximo do final de sua carreira de jogador que outros astros do futebol, sua escolha se justifica pelo vasto material que circula sobre sua vida particular e esportiva em diferentes meios de comunicação. E este contexto midiático nos interessa. Assim, os jovens, que se mostram potentes admiradores desta figura legitimada como celebridade pelos meios de comunicação, têm vasto material para consumir e, posteriormente, construir suas narrativas na internet envolvendo o astro inglês. Nosso foco, como já citamos, será o processo de culto desta celebridade veiculado na internet. Mais especificamente, no *site* de relacionamento Orkut.

Assim, nosso objeto de estudo neste texto se configura na apropriação de espaços do Orkut por jovens para admirar o jogador de futebol David Beckham. Estes jovens podem utilizar este astro do esporte como matriz que apóia a construção de suas próprias identidades *on-line*. A partir daí, podem estabelecer um diálogo e produzir uma narrativa, que faz parte de nosso objeto de análise. Os diversos espaços do Orkut que trazem estes ídolos como temas principais tendem a ser um meio

bastante aproveitado pelos fãs. Por esta razão apresentam-se como espaços privilegiados para se captar a dinâmica desse processo de culto grupal. Para isto, analisamos algumas comunidades de fãs e páginas de perfis<sup>8</sup> dos jovens que destas participam. Consideramos neste trabalho que fãs podem ser tanto torcedores dos clubes em que atua o jogador analisado como indivíduos que, independentemente de seu “gosto” pelo futebol, admiram de forma parcial e incondicional o astro inglês David Beckham.

### “Comunidade” no Orkut e fora dele

Antes de descrevermos e analisarmos as práticas de admiração deste jogador no Orkut, gostaríamos de levantar uma questão em torno do uso da expressão “comunidade” por este *site* de relacionamento. No Orkut, comunidades são espaços pertencentes ao *site* onde se pode escolher um tema específico para ser discutido em grupo por vários usuários. Neste espaço, pode se criar enquetes, fóruns e grupos de discussão sobre um tema escolhido. Entretanto, este uso está distante do conceito de comunidade que é objeto de inquietação no campo da comunicação. Alguns estudiosos nomeiam como virtuais as comunidades presentes no ciberespaço. A seguir, analisamos, sob a luz de alguns autores, os diferentes usos deste conceito.

O sociólogo canadense Barry Wellman<sup>9</sup> traça uma arqueologia das pesquisas sociológicas que tratam da questão das comunidades em geral até chegar à sua forma de problematizar as virtuais. O autor parte da visão de comunidades consideradas como suporte de solidariedade para seus membros. Assim, resgata estudos de pesquisadores que consideram questões como vizinhanças solidárias, fronteiras físicas e atividades comuns como premissas para o estabelecimento comunitário. O autor sugere que questões como a globalização, as grandes dimensões das cidades com suas populações com diferentes interesses, as constantes migrações de indivíduos em busca de novas oportunidades de trabalho e a facilidade de transporte e de comunicação entre longas distâncias tenham impactado também nas motivações em torno da construção de comunidades. Isto trouxe a possibilidade de entendê-las também através de uma ótica diferente da utilizada até então que contemplava idéias como vizinhanças solidárias, fronteiras físicas e atividades comuns como sua cola de constituição.

Apesar do desgaste que a expressão comunidade virtual sofreu nos últimos anos com sua utilização desenfreada pela mídia de massa e também por executivos da área de marketing que a empregam para ilustrar deliberadamente suas falas sobre o ciberespaço, faz sentido, em nosso entendimento, utilizarmos a visão criteriosa de Wellman<sup>10</sup> sobre as questões que envolvem um olhar diferenciado sobre as comunidades virtuais. O autor sugere olharmos uma comunidade como uma rede social. Esta pode ser uma forma de se entender comunidades, organizações ou sistemas políticos mundiais. Uma rede social torna-se então uma forma de se analisar uma comunidade que, em nosso caso, estamos tratando como virtual<sup>11</sup>.

Nas palavras do autor:

Social network analysis has freed the community question from its traditional preoccupation with solidarity and neighborhood. It provides a new way to study community that is based on the community relationships that people actually have rather than on the places where they live or the solidary sentiments they have.<sup>12</sup>

Olhar uma comunidade como uma rede social evita termos que assumir que indivíduos participantes precisem interagir apenas motivados por vizinhanças fronteiriças, por graus de parentesco e também por divisões de atividades. Esta visão não é contrária a estas formas de constituição comunitária, apenas tira sua condição de pré-requisito para uma comunidade se estabelecer. São também formas de constituição, mas não as únicas. As redes sociais suportadas por computador, como argumenta Barry Wellman e Gulia em um capítulo do livro *Networks in the global village: life in contemporary communities*, organizado por Barry Wellman<sup>13</sup>, são apenas um dos caminhos pelos quais

indivíduos estabelecem suas interações. Isto não se dá separado de uma realidade *off-line*. As comunidades virtuais, como um tipo de rede social, formam-se a partir de um processo onde os participantes também trazem consigo suas bagagens identitárias de gênero, suas posições de classe, seus posicionamentos em outros tipos de redes sociais e suas conexões *off-line* com outros indivíduos. Para esses autores, a questão gravita em torno do impacto da arquitetura (des)hierarquizada da internet nas relações entre os nós da rede. Sendo assim, é preciso investigar sobre quais os tipos de suporte e de intimidade que se estabelece a partir destas redes sociais e sobre qual o nível de envolvimento que se constitui no mundo *off-line* a partir da participação nestas comunidades suportadas por computador. Estas questões, entre outras, norteiam nossa investigação sobre as fãs de David Beckham no Orkut.

Zygmunt Bauman<sup>14</sup> analisa dois tipos de comunidades: as de vida e destino, e as de idéias e princípios. O primeiro tipo liga a identidade ao local de nascimento. Recebe-se ao nascer e é transferida de pai para filho. Consideram-se aspectos de vizinhança e de parentesco. O segundo tipo, uma identidade estabelecida em torno de idéias e de princípios, está próximo da forma como Barry Wellman<sup>15</sup> vê as comunidades virtuais como redes sociais. Seus nós (membros) estabelecem um compartilhamento comunitário em torno de diferentes aspectos, como por exemplo, o culto de fãs a uma celebridade como David Beckham. No Orkut, onde se pode construir e expressar identidades atreladas a um mundo de diversidade cultural, esta contemplação comunitária pode ser estudada. Maffesoli<sup>16</sup> entende este tipo de espaço comunitário, como é o Orkut, como parte de um processo de neotribalização. Segundo este autor, a vida contemporânea apresenta traços de uma busca por um sentimento de pertencer, e as novas tribos seriam os espaços que pontuam esse pertencimento. A tribalização de nossos tempos difere de outras épocas pelas características sociais do momento atual como, por exemplo, a tecnologia, que pode permitir a um indivíduo viver sozinho sem estar isolado através de uma filiação a uma rede social.

Como citado, Maffesoli<sup>17</sup> trabalha com o conceito de tribos que, segundo ele, estabelecem e mantêm vínculos afetivos entre seus membros e cuja proximidade é estabelecida a partir de dimensões emocionais. São vínculos criados a partir do compartilhamento de idéias, de sonhos, de desejos e de princípios. Em conferência ministrada na ECA/USP (informação verbal)<sup>18</sup>, ao mencionar o caráter complementar que as comunidades exercem no processo de construção identitária, o professor Muniz Sodré afirmou que “ser é estar socialmente junto”. As comunidades virtuais da internet, presentes de forma significativa na *world wide web*, podem ser vistas como novas formas de ser e de estar junto no espaço e no tempo. É uma das formas que muitos jovens têm encontrado para construir sua identidade a partir do vínculo com outros. As comunidades virtuais são espaços de compartilhamento do que esses usuários são, do que gostariam de ser, do que acreditam que sejam e de como imaginam ser percebidos. A visão destas comunidades virtuais como redes sociais nos conduzem a este tipo entendimento.

Supomos que os jovens presentes nas comunidades do Orkut encontrem caminhos para construir suas identidades: podem participar de uma ou mais tribos representando diferentes papéis que, em conjunto, montam e desmontam suas identidades, ao mesmo tempo em que as expressam. Conseqüentemente, podem surgir várias *personas* como resultado de um nomadismo identitário, que esses jovens podem considerar como forma de expressão e pertencimento comunitário. Um único usuário pode participar de tribos esportivas, sexuais, religiosas e de música ao mesmo tempo: na tribo esportiva, sua *persona* atlética entra em ação; na religiosa, toma a frente a *persona* religiosa. E assim estabelece identidades nômades e fragmentárias, experimentando diferentes modos de ser.

## **O Orkut e David Beckham**

Por outro lado, o Orkut é o *site* de relacionamento mais popular entre os latino-americanos<sup>19</sup> e, no Brasil, é o mais representativo em termos de número de participantes. Atualmente<sup>20</sup> cerca de 54% dos 69 milhões de usuários do Orkut cadastraram-se como brasileiros, segundo a comunidade Orkut Statistics que informa esse tipo de dados. Ainda segundo esta mesma fonte, entre seus usuários, 13% tem até 18 anos de idade.

Esse aparente fascínio do jovem internauta brasileiro pelo Orkut fez com que escolhêssemos este *site* de relacionamento para este estudo, mesmo sabendo que existem outros que são também bastante freqüentados: *Hi5* (<http://www.hi5.com>) *MySpace* (<http://www.myspace.com>) e *Facebook* (<http://www.facebook.com>), por exemplo.

É importante ressaltarmos que os *sites* de relacionamento da internet são previamente parametrizados para serem preenchidos pelos seus usuários. Fazem parte do que vem sendo chamado de web 2.0, que tem seu conteúdo produzido pelos próprios internautas a partir de *grids* pré-estabelecidos. Estes podem ser pensados de forma estratégica e a partir daí delimitados pelos parâmetros do desenvolvedor. No caso do Orkut, o desenvolvedor é a empresa norte-americana *Google*<sup>21</sup> (<http://www.google.com>). Portanto, é importante destacar que estes territórios trazem para seus usuários uma liberdade de produção limitada à parametrização que é dimensionada a partir da tecnologia utilizada pelo desenvolvedor do *site*.

O que descrevemos anteriormente não parece ser o que tem sido veiculado de forma majoritária pela mídia e entendido pelos usuários do *site*. Estes acreditam produzir o que consomem dentro do Orkut de forma livre e espontânea. Nossa hipótese é que esta liberdade total de produção não pode ser comprovada nas práticas do Orkut. Além da prévia parametrização, existe uma influência, esta mais transparente ao usuário, de outros veículos de mídia *on-line* e *off-line* que podem ajudar a direcionar o que se produz entre as fronteiras deste *site* de relacionamento.

O Orkut funciona como um tipo de clube, do qual se deve ser sócio para participar. A associação acontece através de um convite feito por alguém já associado ou pela iniciativa do próprio usuário em se cadastrar. Este convite se dá através de um *e-mail* enviado pelo sistema do próprio *site*, quando o então sócio escolhe, dentro de uma página *www* específica, quem deseja convidar. Não existe limite para o número de convites a serem enviados por um sócio. O cadastro é feito em uma página padrão que pode ser acessada publicamente<sup>22</sup>.

Uma vez associado ao Orkut, um indivíduo tem, à sua disposição, vários recursos para interagir com outros associados que estejam ou não *on-line* no momento de seu acesso. Trata-se de uma interação mediada por computador que, segundo o professor Alex Primo<sup>23</sup>, não só deve ser olhada como dependente da infra-estrutura informática, mas também estudada na sua complexidade além da máquina. Ao propor um olhar criterioso para os diversos tipos de interações mediadas por computador, o autor preocupa-se com o caráter complexo das trocas que se dão para além do maquínico, já que falamos de relações entre indivíduos. Primo<sup>24</sup> argumenta que “estudar a interação humana é reconhecer os integrantes como seres vivos pensantes e criativos na relação. Ainda que isso soe como obviedade, grande parte dos estudos de ‘interatividade’ não conseguem diferenciar humanos de zumbis”. O autor nos apóia no olhar que pretendemos ter sobre o Orkut que não se preocupa com os *softwares* e os algoritmos que o fazem disponibilizar suas funções. Preocupam-nos o que seus usuários realizam a partir destas funções. É o caso dos recursos apresentados pelo *site* na página de perfil de um orkutiano. O *site* permite que se construa e que se armazene uma lista de amigos, que é exibida juntamente com o perfil do associado, através do qual este se apresenta a quem visitar sua página inicial. Tal perfil pode ser composto por diversos tipos de fotos, por dados como preferências pessoais, *hobbies*, formação profissional e acadêmica, orientação sexual, interesses na rede etc. Também faz parte do perfil do associado sua lista de amigos e de comunidades às quais participa.

David Beckham é um jogador de futebol inglês que atua<sup>25</sup> na equipe do LA Galaxy da cidade de Los Angeles nos Estados Unidos. Entretanto, já atuou em outras equipes de maior expressão no mundo do futebol como o Manchester United da Inglaterra e o Real Madrid da Espanha, além de ter sido titular da seleção inglesa por alguns anos consecutivos. Este jogador é conhecido pela sua competência técnica nas cobranças de faltas e nos lançamentos de longa distância. Além disso, Beckham é uma figura midiática que tem sua vida particular como conteúdo de interesse da mídia jornalística, principalmente depois de ter se casado com uma cantora do grupo *Spice Girls*<sup>26</sup>. Ao mesmo tempo, é foco de interesse de campanhas publicitárias de marcas ligadas ao esporte, como por exemplo, a Adidas<sup>27</sup>. Este jogador, além de ter sua imagem ligada ao futebol, é também admirado por fãs de todo

o mundo que o consideram um homem bonito e, por esta razão, a mídia dá a Beckham o título de *sex symbol*<sup>28</sup>. Aos 32 anos de idade<sup>29</sup>, este inglês tem aparecido como protagonista em matérias jornalísticas menos ligadas ao futebol e mais a outros temas como campanhas de combate à pobreza em países periféricos como o Brasil. Este contexto nos levou a escolher este astro do esporte como parte de nosso objeto de estudo. Nosso foco não está pautado na discussão em torno de sua capacidade técnica de jogador de futebol. Nosso interesse orbita em torno de sua imagem midiática que tem sido veiculada mais ligada a outros temas do que propriamente ao esporte que pratica, apesar de sabermos ser impossível uma total dissociação. Beckham é, atualmente, uma estrela na mídia e nosso interesse está nesta sua faceta de celebridade que afeta fãs de todo o mundo, entre eles os jovens.

No Orkut podemos constatar uma forte presença de David Beckham. O jogador aparece em mais de mil<sup>30</sup> comunidades<sup>31</sup> que ostentam seu nome completo como parte de seu título. A comunidade com maior número de participantes possui acima de cento e dez mil membros<sup>32</sup>. A página de entrada dessa comunidade traz informações a respeito do jogador e de sua carreira futebolística. Podemos ver, além da data e do local de seu nascimento, uma descrição de sua carreira nos diversos clubes onde atuou. A comunidade também oferece a possibilidade de contato direto com outros fãs, além de enquetes, fóruns e informações diversas sobre o jogador. Além dessa representativa comunidade, encontramos<sup>33</sup> várias outras. Entretanto, apresentam um número de associados mais modesto, dezenas de milhares e, ainda, muitas com centenas de participantes.

### Marcadores identitários nos Orkut

Ainda no Orkut, um usuário pode se valer de vários níveis de anonimato. Há a possibilidade de escolher desde se mostrar apenas através de um simples apelido, que pode ou não identificá-lo diretamente, até revelar muitos dados sobre si e usar fotos pessoais. São várias as opções de se construir um perfil identitário nesse tipo de *site*<sup>34</sup>.

A psicóloga carioca Fernanda Bruno<sup>35</sup> investiga os novos dispositivos de visibilidade trazidos pelas tecnologias da informação e da comunicação, que, segundo a pesquisadora, têm colaborado para as mudanças nas fronteiras entre o público e o privado na contemporaneidade. Esta autora revela certa inquietação sobre o que antes se restringia à esfera privada e era distante do olhar público e neste caminho analisa *photoblogs* pessoais, *weblogs* e *reality shows* como possibilidades tecnológicas para a exposição pública da vida íntima e do cotidiano de indivíduos comuns. Sem desconsiderar as diferenças técnicas entre o Orkut e os espaços analisados por Fernanda Bruno, consideramos que este também se configura como um território de exibição da vida privada. Através dos diversos marcadores identitários disponíveis para os usuários deste *site* – fórum, comunidades, fotos, galeria de amigos, descrição de personalidade, perfil profissional e pessoal - as fronteiras entre o público e o privado tornam-se nebulosas. Cabe ao usuário modular o grau de nebulosidade delas. Os marcadores identitários presentes nas páginas deste portal comunitário permitem esta modulação na medida em que os internautas preenchem ou não os espaços disponíveis para sua exibição.

Nestes marcadores identitários está presente um constante fluxo na disponibilização de informações que constroem, destroem ou reconstróem os conteúdos compartilhados no Orkut. Trata-se de um trabalho cooperativo e negociado entre os usuários para a construção do que é veiculado. Esta construção, então, é consequência de um processo que é social. E este se dá a partir de informações de fontes também externas ao Orkut, que não é entendido por nós como um fenômeno isolado. É alimentado e alimenta outros meios, participando assim de um sistema midiático mais complexo. Um sistema que é também ocupado pela lógica da indústria do entretenimento que citamos.

No Orkut, o compartilhamento de conteúdo pode ser matizado pela sensação de ser visto e observado, de se ter as próprias informações visitadas por outros, tornando público o que é íntimo e privado. Entendemos que o fato do material disponibilizado estar sempre ao alcance de todos funciona como um legitimador do eu, o qual pode se sentir como uma espécie de mini-celebridade, ou seja, uma celebridade instantânea que pode ser vista por todos. A partir de marcadores identitários

## MARCADORES IDENTITÁRIOS DE FÃS DE UM JOGADOR DE FUTEBOL

disponíveis no *site*, os associados do Orkut podem produzir o material que estará disponível para o consumo dos outros.

Chamamos, então, de marcadores identitários os recursos disponibilizados pelo Orkut para seus associados construírem e escolherem o grau de visibilidade que desejam expressar. Os marcadores colaboram para a definição do perfil identitário do internauta. Estes são sistemas simbólicos por meio dos quais significados podem ser produzidos e, com isso, posicionar os internautas como sujeitos neste *site* de relacionamento. Significados dão sentido às nossas experiências, àquilo que somos e também àquilo no qual podemos nos tornar. Este nos parece também ser o caso dos internautas que utilizam os marcadores do Orkut como práticas de representação naquele território. Segundo a professora inglesa Kathryn Woodward,

a representação, compreendida, como processo cultural estabelece processos de identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.<sup>36</sup>

Estas questões mencionadas pela pesquisadora e que estão relacionadas ao eu presente no Orkut, trazem-nos uma pista da busca simbólica que um internauta faz quando se cadastra no *site* e fornece informações que serão disponibilizadas ao “outro” na forma de imagens e textos. Os marcadores identitários são, então, representações de lugares construídos a partir dos quais os orkutianos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar.

Na página de perfil<sup>37</sup> de um determinado fã de David Beckham constatamos a presença de diversos marcadores identitários que o *site* disponibiliza e que são utilizados por este orkutiano. Foto, nome, descrição, parte da galeria de seus 162 amigos, fragmentos do rol de 70 comunidades de que participa, suas preferências e também comandos à esquerda que ele escolheu deixar disponíveis para os visitantes do seu perfil.

O fã se autodenominou “Renato Beckham Beckham”. Em seu apelido acreditamos poder encontrar um forte significado identitário: o sobrenome de seu ídolo repetido por duas vezes. Temos observado várias páginas de perfil de usuários do Orkut e temos notado como recorrente a utilização de certos recursos gráficos e também nomes de celebridades para diferenciar as denominações dos usuários que são obrigatórias nas páginas, mas que também são marcadores identitários. Diante da pouca variedade de recursos gráficos para se diferenciar um nome de outro, utilizam-se soluções como caracteres e nomes conhecidos para evitar o excesso de padronização e, assim, diferenciar-se dos outros orkutianos. Parece-nos que o uso do sobrenome Beckham neste marcador identitário é uma busca simbólica deste internauta por um posicionamento em um lugar de destaque entre os fãs do jogador. É como se o orkutiano usasse este sobrenome como um código de identificação entre os que admiram o jogador inglês e seu futebol. No caso deste orkutiano, sua admiração ao atleta nos parece estar, majoritariamente, ligada à sua técnica futebolística. O mesmo não acontece com outros internautas, na maioria jovens do gênero feminino, que expressam uma admiração pelos aspectos estéticos do jogador. Analisaremos mais adiante, este outro tipo de admiração pelo atleta que também é uma forma de expressão identitária presente no ciberespaço do Orkut.

Um outro ponto que fortalece nossa hipótese da admiração majoritária deste internauta pela técnica esportiva do inglês é o conjunto de comunidades do Orkut das quais participa. Das seis mostradas, quatro cultuam David Beckham. Estas comunidades tratam explicitamente de aspectos ligados ao “craque inglês”. Uma delas traz um curioso título: *Beckham não Pare em 2008!*<sup>38</sup> que faz alusão a um eventual final de carreira do jogador neste ano. Na página de entrada desta comunidade é apresentado, por seus proprietários, um apelo a todos os participantes para que torçam pelo não encerramento da carreira do jogador em 2008 e para “que ele continue encantando nossos olhos com grandes Golaços e Lançamentos Geniais”<sup>39</sup>. Outra comunidade que é mostrada na página de perfil do internauta e à qual também faz parte nosso orkutiano é a *Beckham – O Eterno Capitão*<sup>40</sup>. Esta

comunidade apresenta-se como um espaço para os fãs que, eventualmente, estejam indignados com a saída deste jogador do posto de capitão da seleção de futebol da Inglaterra. Segundo a própria página de abertura, trata-se de um espaço “Para você que até agora não se conforma de Beckham não ocupar mais o posto do Capitão da Seleção da Inglaterra e quer desabafar, questionar ou até mesmo prestar homenagem ao grande Beckham, entre!!!”. Vemos que ambas as comunidades trazem à tona discussões específicas em torno da face mais futebolística do jogador. Assuntos ligados à sua estética e ao seu estilo não são focados nestes espaços analisados, mas são em outros.

A comunidade *Beckham, pare de me ligar*<sup>41</sup> é freqüentada maciçamente por mulheres e traz o seguinte texto em sua descrição:

david, eu ja disse meu bem, pára de me ligar! eu sei q vc ja falou q eu sou mais gostosa, mais fashion, mais linda, mais tudo de bom q a victoria, mas mesmo assim darling, nao me ligue mais! ai q saco...<sup>42</sup>

Notamos uma construção de significado em torno do craque que é fugidia de sua competência futebolística. Parece-nos estarmos diante de um outro jogo simbólico. Neste texto, que apresenta um tom irônico e até bem humorado, vemos uma proposta de alimentar um imaginário em torno da suposta proximidade afetiva de uma fã com o jogador inglês. Ser assediada, mesmo que hipoteticamente, por Beckham, pode ser também uma forma de auto-admiração por parte destas fãs que compartilham desse imaginário, já que a proximidade com o ídolo parece estar estabelecida. Entendemos que estas contempladoras do jogador buscam também se tornar mini-celebridades<sup>43</sup> no momento em que usam a comunidade como plataforma da veiculação de sua própria imagem ligada ao atleta inglês. É como se David Beckham se tornasse um degrau identitário para estas internautas. A partir de uma hipotética proximidade com o ídolo, as fãs parecem se projetar no Orkut expressando-se a partir deste marcador identitário que é esta comunidade. A idéia nos parece ser publicar uma admiração afetiva por Beckham e, a partir daí, posicionar-se de forma diferenciada. O mesmo nos parece acontecer com o internauta que demonstra admirar, majoritariamente, o futebol do inglês. Também se projeta a partir do degrau Beckham e assim apóia a construção de sua identidade *on-line*.

### **Ciber(identidade) a partir de David Beckham**

Portanto, um marcador identitário é um caminho para se produzir o material que será compartilhado entre os habitantes do Orkut.

Segundo afirma a professora Gisela Castro<sup>44</sup>, ao trabalhar o conceito de tribos de ciberovintes que compartilham música através da internet, o compartilhar no ciberespaço pode ser entendido como “sintoma dos novos modos de produção de subjetividades”. Trata-se de uma ciber-subjetividade produzida e compartilhada “através de laços afinitários em torno do lúdico, do imaginário, dos pequenos acontecimentos cotidianos [...]”<sup>45</sup>. Os espaços compartilhados pelos usuários do Orkut como locais para pequenos e importantes acontecimentos cotidianos, permitem que esses laços sejam potencializados e mantidos. Os marcadores identitários como sistemas simbólicos podem ser os responsáveis pelo estabelecimento de elementos do lúdico e do imaginário aos quais se refere a autora. Entre intersecções e diferenças nas características do conteúdo compartilhado por diversos internautas, podem-se encontrar razões para o estar junto. Além disso, a pesquisadora cita os novos modos de produção de subjetividades. Entendemos os marcadores identitários do Orkut como potenciais modos deste tipo de produção entre os jovens freqüentadores daquele ciberespaço. Portanto, no Orkut não se produz apenas materiais a serem compartilhados entre os usuários, este também pode ser um espaço para novas experiências e subjetividades serem produzidas.

Nesse contexto, vemos que os marcadores identitários, como os utilizados pelos fãs de David Beckham, funcionam como posicionamentos para serem assumidos pelos orkutianos. São posições que estes podem adotar e com as quais podem se identificar, apoiando, assim, a constituição de suas identidades. Com isto, os termos identidade e subjetividade mostram-se intercambiáveis e com uma

considerável sobreposição entre eles. Trabalhamos os conceitos subjetividade e identidade como menciona Woodward. Para esta autora,

[...] nós vivemos nossa subjetividade em um contexto social no qual a linguagem e a cultura dão significado à experiência que temos de nós mesmos e no qual nós adotamos uma identidade. Quaisquer que sejam os conjuntos de significados construídos pelos discursos, eles só podem ser eficazes se eles nos recrutam como sujeitos.<sup>46</sup>

Subjetividade nos leva à compreensão que podemos ter de nós mesmos, enquanto identidade nos leva às posições que assumimos e com as quais nos identificamos. Ao expressarem sua admiração por Beckham, os fãs, tanto de seu futebol como de sua estética, entram em um processo de produção de suas identidades que envolvem sentimentos que podem ser abarcados se explorarem suas respectivas subjetividades. Estas são capazes de explicar certas razões pelas quais eles se vinculam a identidades específicas, como é o caso do culto ao jogador inglês. Assim, constatamos que o processo de produção de identidade destes fãs é fonte para a construção de suas cibersubjetividades. Ao mesmo tempo em que é fonte, o processo de produção é também alimentado pelos reflexos dos sentimentos provenientes das experiências subjetivas de todos os outros orkutianos.

Ainda segundo Woodward<sup>47</sup>, “a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades”. Portanto, este processo de produção da identidade de um orkutiano a partir da admiração por Beckham, por exemplo, também é afetado pelo respectivo processo dos outros. O resultado se dá em função do estabelecimento de fronteiras simbólicas e relativas entre as identidades produzidas. Este processo é ininterrupto e relacional. Dá-se a partir da convivência entre os internautas que habitam o Orkut.

Bauman<sup>48</sup> nos fala sobre uma necessária convivência entre os conceitos de identidade e de comunidade. Segundo o pensador polonês, uma identidade se estabelece e pode ser expressa caso tenhamos um outro para reconhecê-la, que a legitime da forma como a construímos. Uma comunidade<sup>49</sup>, então, seria um espaço de compartilhamento de identidades a serem assumidas e expressas. Segundo este pensador, identidade é tema de preocupações e controvérsias, é um processo e não um alvo fixo. As comunidades virtuais são também moduladas, variáveis segundo as identidades de seus membros. De acordo com o raciocínio que trabalhamos até então, estas podem ser vistas como um conjunto das cibersubjetividades dos seus participantes que vivem um fluxo contínuo de construção identitária.

O professor Michel Maffesoli<sup>50</sup> trabalha com o conceito de tribos que, segundo ele, estabelecem e mantêm vínculos afetivos entre seus membros e cuja proximidade é estabelecida a partir de dimensões emocionais. São vínculos criados a partir do compartilhamento de idéias, de sonhos, de desejos e de princípios. Em conferência ministrada na ECA/USP (informação verbal)<sup>51</sup>, ao mencionar o caráter complementar que as comunidades exercem no processo de construção identitária, o professor Muniz Sodré afirmou que “ser é estar socialmente junto”. As comunidades virtuais da internet, presentes de forma significativa na *world wide web*, podem ser vistas como novas formas de ser e de estar junto no espaço e no tempo. É uma das formas que muitos jovens têm encontrado para construir sua identidade a partir do vínculo com outros. As comunidades virtuais são espaços de compartilhamento do que esses usuários são, do que gostariam de ser, do que acreditam que sejam e de como imaginam ser percebidos. Assim, parece-nos acontecer com os usuários do Orkut que estabelecem e mantêm seus vínculos afetivos a partir do processo de admiração grupal ao jogador David Beckham. Em conjunto cultuam o atleta ao mesmo tempo em que estabelecem suas ciberidentidades a partir da construção de um vínculo emocional com os outros fãs e até com os não-fãs do jogador.

### Considerações finais

Supomos que os jovens presentes nas comunidades do Orkut que trazem David Beckham como tema, independentemente de sua faceta explorada (sua técnica futebolística ou sua estética),

encontram caminhos para construir suas identidades *on-line*: podem participar de uma ou mais tribos representando diferentes papéis que, em conjunto, montam e desmontam suas ciberidentidades, ao mesmo tempo em que as expressam. Assim podem não só se apresentar como fãs do jogador, mas também como admiradores de outros astros assim como participantes de qualquer outro grupo temático. Conseqüentemente, podem surgir várias *personas* como resultado de um nomadismo identitário que esses jovens podem considerar como forma de expressão e pertencimento comunitário. Sabemos existir no contemporâneo juvenil uma tendência ao efêmero. Ora cultuam, ora não cultuam determinado astro. Um único usuário do Orkut pode participar de tribos esportivas, sexuais, religiosas e de música ao mesmo tempo: na tribo esportiva, sua *persona* atlética entra em ação; na religiosa, toma a frente a *persona* religiosa. E assim estabelece identidades nômade e fragmentárias, experimentando diferentes modos de ser. Esta é uma lógica que percebemos presente no cotidiano *on-line* dos jovens que pesquisamos.

Neste texto utilizamos David Beckham e o Orkut como exemplos para construir um pensamento em torno das razões, das motivações e dos afetos que envolvem a admiração dos jovens por esta ou por aquela celebridade. Acreditamos que as considerações aqui apresentadas podem ser aplicadas a outros contextos incluindo ídolos de outros sistemas como o musical, o cinematográfico, o da moda etc. E também a outros tipos de *sites* de relacionamentos, sem a necessidade de nos restringirmos ao Orkut para realizar este tipo de análise.

### Notas

<sup>1</sup> Sabemos que o acesso à internet em nosso país é restrito a uma parcela minoritária da população. Portanto, em nosso trabalho quando nos referimos aos jovens que praticam o culto em grupo de determinadas celebridades, referimo-nos àqueles com acesso à rede.

<sup>2</sup> CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

<sup>3</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>4</sup> KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

<sup>5</sup> Ciberespaço é o nome dado a um espaço cibernético. A expressão cibernética, no sentido que utilizamos neste trabalho, foi proposta por Norbert Wiener (1954) e engloba a comunicação entre pessoas, entre pessoas e máquinas, e entre máquinas para a transmissão de mensagens.

<sup>6</sup> KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: Edusc, 2001.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>8</sup> Explicaremos, mais adiante neste trabalho, o que compõe uma página de perfil de um usuário do Orkut.

<sup>9</sup> WELLMAN, Barry. **Networks in the global village: life in contemporary communities**. Boulder, Colorado: Westview, 1999.

<sup>10</sup> WELLMAN, Barry, *op. cit.*

<sup>11</sup> Poderíamos também utilizar a expressão comunidade cibernética por estarmos estudando as comunidades presentes no ciberespaço. Entretanto, optamos por tratar as comunidades como virtuais respeitando a expressão de Castells (2003), como dissemos, considera as comunidades virtuais como uma das camadas que constituem a internet.

<sup>12</sup> WELLMAN, Barry, *op. cit.*, p. 17.

<sup>13</sup> WELLMAN, Barry, *op. cit.*

<sup>14</sup> BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>15</sup> WELLMAN, Barry, *op. cit.*

<sup>16</sup> MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

<sup>17</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>18</sup> Conferência realizada em 29 de março de 2007 na abertura do semestre do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP.

<sup>19</sup> O GLOBO ONLINE. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/tecnologia/mat/2007/08/01/297063433.asp>>. Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>20</sup> Acesso em 8 de fevereiro de 2008.

<sup>21</sup> Empresa proprietária dos direitos de uso do *site* Orkut.

<sup>22</sup> MATTA, João. **Estratégias midiáticas de uma popstar na internet: Avril Lavigne no Orkut**. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) – Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM, São Paulo, 2008.

<sup>23</sup> PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 72.

<sup>25</sup> Data: 25 de abril de 2008.

<sup>26</sup> Para maiores informações a respeito do grupo *Spice Girls*, consultar <http://www.spicegirls.com>. Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>27</sup> Fonte: <http://www.adidas.com.br>. Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>28</sup> Símbolo sexual.

<sup>29</sup> Data: 25 de abril de 2008.

<sup>30</sup> Número máximo mostrado pelo Orkut em uma busca por comunidades, o que significa que Bekcham tem mais de mil comunidades com seu nome como tema em abril de 2008, mas não é possível definirmos exatamente quantas.

<sup>31</sup> Utilizamos neste momento de nosso trabalho a expressão comunidade do Orkut com o significado que o próprio *site* atribui, ou seja, um espaço onde seus usuários podem se registrar e trocar informações a respeito de um tema específico.

<sup>32</sup> Comunidade *David Beckham* com 116.747 participantes. Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>33</sup> Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>34</sup> MATTA, João, *op. cit.*

<sup>35</sup> BRUNO, Fernanda. Quem está olhando? Variações do público e do privado em weblogs, fotologs e reality shows. In: **Revista Contemporânea**. Vol. 3, Julho/Dezembro 2005, nº 2, p. 53-70.

<sup>36</sup> WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz, Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 17.

<sup>37</sup> Fonte: <http://www.orkut.com.br/Profile.aspx?uid=7533975425512875784> . Acesso em abril de 2008.

<sup>38</sup> Comunidade *Beckham não Pare em 2008!* com 98 participantes. Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>39</sup> Fonte: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=22268311> . Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>40</sup> Fonte: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=16292949> . Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>41</sup> Fonte: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=15665703> . Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>42</sup> Fonte: <http://www.orkut.com/Community.aspx?cmm=15665703> . Acesso em 25 de abril de 2008.

<sup>43</sup> MATTA, João, *op. cit.*

<sup>44</sup> CASTRO, Gisela. As tribos de ciberouvintes: música e internet. In: **Revista Logos: comunicação e universidade**. Vol. 1, N° 22. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social, 2005.

<sup>45</sup> *Idem*, p. 50.

<sup>46</sup> WOODWARD, Kathryn, *op. cit.*, p. 55.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 14.

<sup>48</sup> BAUMAN, Zygmunt, *op. cit.*

<sup>49</sup> Neste caso, utilizemos comunidade como um conceito mais amplo do que o utilizado pelo Orkut para se referir a alguns espaços disponíveis para seus usuários trocarem informações a respeito de um tema específico, conforme relatamos anteriormente.

<sup>50</sup> MAFESOLI, Michel, *op. cit.*

<sup>51</sup> Conferência realizada em 29 de março de 2007 na abertura do semestre do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da ECA/USP.

### Referências bibliográficas

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

\_\_\_\_\_. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BRUNO, Fernanda. **Quem está olhando? Variações do público e do privado em weblogs, fotologs e reality shows**. *Revista Contemporânea*. Vol. 3, no 2, Julho/Dezembro 2005, p 53-70.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CASTRO, Gisela. As tribos de ciberouvintes: música e internet. In: **Revista Logos: comunicação e universidade**. Vol. 1, N° 22. Rio de Janeiro: UERJ, Faculdade de Comunicação Social, 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2004.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. London: Sage, 2000.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia**. Bauru: Edusc, 2001.

## MARCADORES IDENTITÁRIOS DE FÃS DE UM JOGADOR DE FUTEBOL

---

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MAFFESOLI, Michel. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades pós-modernas**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

MATTA, João. **Estratégias midiáticas de uma popstar na internet: Avril Lavigne no Orkut. 2008**. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Práticas de Consumo) - Escola Superior de Propaganda e Marketing - ESPM, São Paulo, 2008.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre um corpo-rede rizomático: o Orkut**. In: **Revista Rastros**. Vol. 1, N° 8. Joinville, SC: IELUSC, Núcleo de Estudos em Comunicação, 2007.

O GLOBO ONLINE. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/tecnologia/mat/2007/08/01/297063433.asp>>. Acesso em: 25 de abril de 2008.

PRIMO, Alex. **Interação mediada por computador: comunicação, cibercultura, cognição**. Porto Alegre: Sulina, 2007.

TURKLE, Sherry. **Life on the screen: identity in the age of the internet**. New York, NY: Touchstone, 1997.

WELLMAN, Barry. **Networks in the global village: life in contemporary communities**. Boulder, Colorado: Westview, 1999.

WIENER, Norbert. **Cibernética e Sociedade: o uso humano dos seres humanos**. São Paulo: Cultrix. 1954.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz, Tadeu da. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

# ENSAIO

## O HOMOSSEXUALISMO E A MILITÂNCIA REVOLUCIONÁRIA

Amílcar Baiardi\*

**Resumo:** O presente artigo tenta focalizar as reações e os preconceitos que existiram no âmbito das organizações revolucionárias no Brasil, no que concerne ao homossexualismo entre militantes. Durante o período da ditadura militar (1964-1984) essa militância envolvia riscos e expunha os quadros organizacionais a prisões e torturas, muitas vezes seguidas de assassinatos. A partir de um approach tipicamente machista, havia a crença que homossexuais não teriam "fibra" ou nível ideológico para resistir a essas ameaças. No máximo admitia-se que homossexuais fossem simpatizantes, mas não militantes. O homossexualismo sempre foi um tabu para a esquerda tradicional. Governos stalinistas e dirigentes de esquerda com corte autoritário chegaram a discriminar, reprimir e criminalizar o homossexualismo. Devido a forte influência do movimento comunista internacional sobre o pensamento da esquerda brasileira, os preconceitos em relação ao homossexualismo foram absorvidos pelas organizações revolucionárias. O presente texto busca detectar causas históricas desse preconceito no episódio do comportamento de Garcia Lorca frente à morte e traz como contraponto o exemplo de Hebert Daniel, certamente um dos mais valerosos combatentes da luta armada no Brasil, que era homossexual.

**Palavras-Chave:** homossexualismo, militância revolucionária, preconceitos

**Abstract:** The present article intends to focus on the reactions and the prejudices that have existed within the revolutionary organizations in Brazil, concerning homosexuality among their members. During the period of the military dictatorship (1964-1984), the revolutionary militancy (praxis) involved risks and it exposed their members to high risks of being arrested, tortured and, sometimes, also killed. From a macho standpoint, it was believed that homosexuals would not be either hard enough nor have an ideological level to resist to those threats. At the most it was admitted that homosexuals could be admirers, but not militants. The homosexuality has always been a taboo to traditional left. Stalinists governments, and even authoritarian leftist rulers, repressed, discriminated and even criminalized homosexuals. Due to strong influence of the international communist movement on the thought of the Brazilian left, these prejudices were settled in the revolutionary organizations. This paper seeks to detect a historical cause of the prejudice in the episode of Garcia Lorca's behavior face to death and it brings, as a counterbalance, Hebert Daniel's case, certainly one of the more valiant fighters of the Brazilian guerillas, who was homosexual.

**Keywords:** homosexuality, revolutionary militancy, prejudices

---

\* Professor titular da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, UFRB, e ex-militante da resistência armada à ditadura militar no Brasil.

## Introdução

O homossexualismo jamais foi abordado sob qualquer enfoque pelos clássicos do marxismo, embora não se deva dizer o mesmo da esquerda moderna<sup>1</sup>. Era como se este comportamento, ou esta forma minoritária e diferente de amar, não existisse ou que fosse uma manifestação da “decadência burguesa”. Neste particular, a visão marxista tradicional pós-Lênin se diferencia muito pouco daquela mais conservadora em termos de costume, como a assumida por dirigentes islâmicos.

Embora os marxistas quase sempre estivessem na linha de frente nas conquistas históricas sociais, econômicas e democráticas, nesse tema, o denominado de “opressões específicas”, os posicionamentos nem sempre foram claros e, em alguns casos levaram a retrocessos. Na construção da Constituição do primeiro Estado socialista, os bolcheviques mostraram, de maneira inequívoca, sua posição em relação às mulheres e à sexualidade. Um dos primeiros atos da revolução foi acabar com toda a distinção jurídica entre homens e mulheres. As mulheres podiam não só votar, mas empunhar armas na defesa do Estado proletário. Do mesmo modo conquistaram o direito ao aborto e ao divórcio, entre outros. No concernente à homossexualidade, o Estado, por meio da constituição soviética, se posicionava da seguinte forma:

Declara a absoluta não interferência do Estado e da Sociedade nos assuntos sexuais, sempre que não lese a pessoa alguma e não prejudique interesses de ninguém [...] A respeito da homossexualidade, sodomia e outras várias formas de gratificação sexual, que na legislação européia são qualificadas de ofensas à moral pública, a legislação soviética as considera exatamente igual que qualquer outra forma da chamada relação “natural” [aspas do autor]. Qualquer forma de relacionamento sexual é um assunto privado. Somente quando se emprega a força ou coação e geralmente quando se ferem ou lesem os direitos de outra pessoa, existe motivo de perseguição criminal (LUTA REVOLUCIONÁRIA, 2008).

Entretanto, com o tempo e com a tirania implantada no período stalinista, estas conquistas foram sendo suprimidas, tanto no que se refere aos direitos das mulheres, quanto ao homossexualismo. Para alguns (LUTA REVOLUCIONÁRIA, 2008), quanto mais se degenerava o Estado soviético, mais conservadora se tornava a legislação a esse respeito, chegando em 1971 à seguinte fórmula: “*Homossexualidade é uma perversão sexual consistente em uma atração antinatural entre pessoas do mesmo sexo*”.

Quanto mais a burocracia se fortalecia, em detrimento da revolução, mais o controle “moral/sexual” retornava às velhas bases pré-revolucionárias, deixando, como aconteceu no auge da revolução, a homossexualidade de ser vista como uma questão de cunho meramente pessoal, não sujeita à intervenção do Estado. Embora em termos jurídicos a primeira redação da constituição soviética poder ser vista o como um avanço que garantia o direito do cidadão, convém lembrar que a teoria marxista, em geral, era omissa nessa questão (LUTA REVOLUCIONÁRIA, 2008).

No período da Guerra Fria os dirigentes de países do socialismo real desconheciam, ou fingiam desconhecer, a questão do homossexualismo ou tinham, como em Cuba, um entendimento que se tratava de uma disfunção social que deveria merecer intervenção do Estado no sentido de busca da “cura”.

Quando se compara este histórico com o posicionamento de Mahmoud Ahmadinejad, presidente do Iran, em recente conferência para estudantes norte-americanos, constata-se que as diferenças praticamente inexistem. Na sua fala, Ahmadinejad comunicou aos presentes – quando instado a se pronunciar sobre o tema do homossexualismo e a perseguição a homossexuais no Iran - que este não era um problema de seu país e nem de seu governo, uma vez que inexistia a prática deste comportamento entre iranianos de ambos os sexos.

## O caso de Garcia Lorca e um dos fundamentos da discriminação

Setenta e dois anos da data do assassinato de Federico Garcia Lorca – perda irreparável para o

mundo da cultura e cujo destino foi aquele que sempre esteve cogitado por quem integrou à resistência armada à ditadura militar no Brasil - considera-se, como parte do balanço do significado de 1968, ser necessário refletir sobre o contexto em que o mesmo ocorreu, sobre as razões da sua execução e sobre o que se propala, como os últimos momentos de Lorca.

A razão principal desta abordagem está na necessidade de qualificar e relativizar a crença, em realidade não comprovada definitivamente, de que Lorca teria pedido clemência a seus algozes para não ser vítima de execução sumária. A este comportamento dos momentos finais de Federico, um julgamento apressado, primário e ultrapassado da esquerda sectária, atribuía como causa uma fraqueza ideológica, agravada por sua condição homossexual. Nesta simplificação grosseira, abstrai-se e esquece-se que as preferências sexuais não têm relação direta com a conduta diante da tortura e da morte, embora seja sabido que prisioneiros homossexuais e judeus, em geral, desencadeiam um furor maior nos torturadores e assassinos de cultura latina, que se excedem, nesses casos em humilhações e perversidades.

O primeiro esclarecimento que necessita ser feito no caso deste juízo por parte da esquerda sectária e ultrapassada, é que Lorca não era militante político revolucionário e, ao que se saiba, não era marxista, não era anarquista e nem menos se propunha a ser mártir da causa da República Espanhola. O fato de ter sido alvo da sanha da direita fascista se explica porque no pensamento conservador espanhol misturava-se, eram vistos como uma coisa só, o comunismo, a arte de vanguarda e a crítica à Espanha tradicional e católica. Somente assim se pode entender a indignada recepção que teve nos círculos reacionários a peça de Garcia Lorca, *Yerma*, de 1934, sendo tachada de imoral, blasfematória, anticatólica e anti-realista. Sua trilogia teatral – *Bodas de Sangre*, *Yerma* e *La Casa de Bernarda Alba* – revelou um cenário desalentador dos costumes da Espanha tradicional. Preconceito, vingança, fanatismo, machismo, tirania materna e padecimentos femininos, denunciavam o esclerosamento social e a sobrevivência, em pleno século XX, de um arcaico código de honra que paralisava e infelicitava o país.

Malgrado sua crítica aos costumes e valores da Espanha da época, Lorca manteve-se distante da militância, mas não escondia seu interesse pelas causas sociais e sua simpatia pela esquerda. Durante sua visita a Cuba em 1930, ele deu uma idéia de até onde iria seu engajamento com a política: “Neste mundo eu sempre sou e serei partidário dos pobres. Eu sempre serei partidário dos que não têm nada e até a tranqüilidade do nada se lhes é negada”.

Em fevereiro de 1936 Lorca envolveu-se como signatário de um manifesto de intelectuais pró-Frente Popular, no qual se lia:

Todos sentimos a obrigação de unir nossa simpatia e nossa esperança ao que se dúvida constitui a aspiração da maioria do povo espanhol: a necessidade de um regime de liberdade e de democracia, cuja ausência se faz sentir lamentavelmente há anos na vida espanhola.

Provavelmente este tenha sido o gesto mais politizado de Lorca, embora haja registros de que tenha comparecido a atos políticos e tenha sido homenageado pelos sindicatos dos trabalhadores da indústria. Comprometeu-o ainda mais diante da direita golpista, uma sua declaração em uma conferência na qual disse que se a força dos acontecimentos o obrigasse a ter que optar, preferia perder seu direito de fazer versos desde que a justiça social fosse implantada. Foi o que bastou para despertar a ira da direita e ser identificado com a “*Republica de Trabajadores*”, que sucedera ao colapso da monarquia de Afonso XIII, em 1931.

Na linha de sua progressiva estigmatização pela direita espanhola, Lorca publicou o poema *La Balada de la Guardia Civil*, a temida tropa repressora criada no século XIX para combater bandidos e que se tornara um braço armado da reação. O poeta viu-a com os olhos dos ciganos, dos marginalizados, dos perseguidos em geral. Retratou-a integrada por cavaleiros da morte que, sorumbáticos, implacáveis e desumanos, assumiam uma expressão de chumbo (*de plomo las calaveras*). *La Guardia Civil* era uma

imagem viva do arbítrio e da injustiça do cotidiano espanhol daquela época<sup>2</sup>.

O fato de Federico ter trabalhado para a Segunda República como um divulgador cultural, encarregado de promover o teatro no mundo rural com sua trupe da *La Barca*, não seria razão suficiente para sua prisão e, muito menos, para seu assassinato. Isto fica bastante claro nas palavras do autor material dos feitos, o latifundiário falangista Juan Luis Trescastro, que diria mais tarde: “Acabamos de matar a Federico García Lorca. Yo le metí dos tiros en el culo por maricón”.

Tudo tem início a partir da eclosão da Guerra Civil, em 18 de julho de 1936, quando Lorca, inocentemente, pensou que, saindo de Madri e refugiando-se na sua nativa Granada (nascera em um lugarejo próximo, chamado Fuente Vaqueros, em 1898), estaria mais protegido, cercado de parentes e de amigos. Calculou que ali não o molestariam. Uma semana depois de sua presença em Granada, Federico percebe dois desconhecidos rondando o portão da casa onde se encontrava e fica assustado. Ao meio dia da mesma data, recebe uma carta anônima que o ameaça de morte. Às cinco horas voltam os indivíduos a rondar a casa e ele resolve partir. Sair da cidade foi impossível, pois os paramilitares organizados pela direita guardavam todas as saídas. Lorca decide então pedir ajuda ao amigo falangista, Rosales, que é “camisa velha”, ou seja, antigo no partido, refugiando-se na casa deste, conhecida como Casa de Huerta de San Vicente. Na madrugada do dia seguinte, já 19 de agosto de 1936, pára na porta um automóvel. Ao ouvir a campanha Federico não teve dúvida de que se tratava de seus algozes e tenta escapar subindo para o sótão e de lá passando ao telhado, quando percebeu que estava encurralado, pois a casa era cercada por um jardim. Chefiados por Ramón Ruiz Alonso, um ex-deputado católico, e no momento chefe da famigerada “Esquadra Negra”, os “esquadristas”, entre eles Juan Luis Trescastro, marido de uma prima distante do pai do poeta, prendem e levam Federico num carro até uma casa chamada “Colina” na aldeia de Vaznar. Para este endereço eram levados grupos de prisioneiros que, após se confessarem a um padre falangista, eram conduzidos a um barranco situado nas proximidades do “caminho de La Fuente”, - que margeava um rio eternamente seco e por onde se chegava até a “Fuente Grande”, em árabe “Fonte de Lágrimas” - no qual, sem qualquer processo ou simulacro de julgamento, eram fuzilados.

Quinze anos antes, no poema premonitório *Lamentación de la Muerte*, Lorca registrou: “Vim com os olhos a este mundo e me vou sem eles”. De fato, antes de assassiná-lo, atirando nele pelas costas à altura do baixo ventre, vendaram-lhe a vista. Mataram-no daquele modo porque Lorca era homossexual. Ele mal completara 38 anos.

Quando a notícia do desaparecimento e da execução de Lorca chegou a Madri, no final de agosto de 1936, seus amigos de imediato pensaram-na como obra da Guarda Civil. Mas não foi assim. Ao contrário, nenhuma tropa regular se envolveu e os militares já haviam alertado aos falangistas que, por eles, Lorca deveria ser posto em liberdade.

Na medida em que não pertencia à esquerda organizada, não se propunha a defender com armas a causa republicana e não tinha informações para dar aos fascistas, Lorca tinha todo o direito de lutar pela sua vida, sobretudo porque desconfiava que não existiria uma segunda chance para quem a perdesse. Demais, Lorca amava a vida e sua obra poética e teatral, é a maior demonstração disto, razão pela qual foi absolutamente legítimo, se é que houve, um pedido de clemência em nome da humanidade, já que ele não detinha informações sobre as organizações revolucionárias que combatiam o Falangismo. Se Lorca desejasse pegar em armas, não deveria ter deixado Madrid ou, em Granada, teria se juntado às “Brigadas Granadinas”, formadas por trabalhadores da periferia. Entretanto, ao que tudo indica, ele não cogitava agir violentamente, por mais justa que fosse a causa.

3

Seu assassinato foi utilizado politicamente pela esquerda para, diante da opinião pública mundial, angariar simpatia de intelectuais para integrarem as Brigadas Internacionais. Entretanto, àquela época, sempre se tentou esconder a homossexualidade de Lorca, já que um mártir de esquerda não podia ser homossexual. No micro contexto de sua morte, obviamente contou o fato de sua obra incomodar os falangistas, mas em termos de resultado, foi uma espécie de “tiro no pé”. Federico não era um dirigente político e nem militar, suas palavras incomodavam menos e não tinham o peso das de Miguel de

Unamuno e os franquistas teriam lucrado mais o mantendo vivo. Enfim, a razão política não foi a determinante de última instância no assassinato de Lorca, embora sua morte tenha se tornado possível porque, à falange, tudo era permitido e a impunidade era uma certeza.

Lorca foi assassinado por inveja e por ódio à diversidade sexual, por homofobia. Conta-se que Goebbels dizia que lhe dava vontade de sacar a pistola sempre que ouvia falar em intelectuais. É inequívoco que os intelectuais gerem ódio, principalmente entre aqueles que em algum momento pressentem ou supõem que foram preteridos por eles. É uma inveja mórbida por alguém que tem uma forma de poder que nem sempre está ao alcance do dinheiro ou da política. Lorca, além de despertar a inveja pelo brilhantismo que tinha em idade tão jovem, também representava uma ameaça para uma ideologia que proclamava a supremacia masculina e o culto de atitudes machistas, sem cogitar de uma outra ameaça que é aquela que provavelmente leva à violência contra homossexuais, a que se coloca no plano do inconsciente, a de supor que existe um risco de contágio, principalmente da juventude, ao se ser tolerante com o homossexualismo<sup>4</sup>.

Um recente filme no formato de documentário dirigido por Ruiz Barrachina e intitulado *Lorca, El Mar Deja de Moverse*, levanta a hipótese de que aproveitando-se do clima de radicalização e de guerra civil, determinados familiares de Lorca convenceram os fascistas a assassiná-lo. Teriam sido seus primos da família Roldán quem instigaram a detenção e o assassinato de Federico, visto que, desde o século XIX, as famílias García Rodríguez (do pai do poeta), Roldán e Alba dominavam a Vega de Granada, região onde Lorca nasceu em 1898, e lá mantinham velhas divergências. Entre as origens dos desentendimentos familiares estão distribuições de terras compradas em sociedade, a homofobia e as diferentes tendências e ambições políticas nos alvares da Guerra Civil espanhola (1936-1939), já que os Lorca eram republicanos e os Roldán partidários do movimento conservador Ação Popular. Tais circunstâncias, ressentimentos familiares, se agravaram quando García Lorca publicou em 1936 *A casa de Bernarda Alba*, obra na qual o poeta aludiria a problemas familiares. Segundo o referido filme, após o golpe de Estado de Franco, o governador militar de Granada encarregou os Roldán da formação de “Esquadras Negras” para dizimar opositores na região, e os primos de García Lorca aproveitaram a circunstância para conspirar contra a vida do poeta. O documentário também considera que a homofobia no ambiente político foi uma das causas da morte do autor de “Poeta em Nova York”, segundo seu diretor, Ruiz Barrachina (2008).

Ao perceber que sua morte nada significaria em termos estratégicos para a direita fascista em uma guerra recém iniciada e que não era uma morte por ele desejada, uma vez que aos 38 anos estava longe daquilo que Norberto Bobbio chama de *taedium vitae* e *cupio dissolvi*, sensações de desejar a morte e de não existir mais, Federico pediu clemência aos seus algozes, seus conterrâneos de Granada, cidade à qual tanto dera, sendo alguns deles, provavelmente, seus parentes distantes. Para ele sua morte não fazia sentido e só deporia contra quem a executasse.

Nada mais legítimo tentar uma última cartada na forma de clemência para quem sabia que para sua causa, a da crítica às desigualdades, às injustiças, ao atraso e aos preconceitos, valeria muito mais continuar vivo.

Sobre o que Lorca sentiu nos seus momentos finais, veja-se o que diz Vinicius de Moraes:

Assim vi a Federico  
Entre dois canos de arma  
A fitar-me estranhamente  
Como querendo falar-me  
Hoje sei que teve medo  
Diante do inesperado  
E foi maior seu martírio  
Do que a tortura da carne.  
Hoje sei que teve medo  
Mas sei que não foi covarde

Pela curiosa maneira  
Com que de longe me olhava  
Como quem me diz: a morte  
É sempre desagradável  
Mas antes morrer ciente  
Do que viver enganado.

Vinicius de Moraes<sup>5</sup>

### O caso de Herbert Daniel e o absurdo do preconceito

Hebert era seu verdadeiro nome, de pia batismal e registro. Daniel era o nome de guerra, codinome, como chamava a “repressão”, que ele adotou quando reassumiu sua identidade. Sua militância revolucionária tem início quando era estudante de medicina na UFMG. Tinha aparência frágil e por isso foi dispensado do exército (regular, como ele esclarece) por insuficiência física (miopia? pé-chato?).

Quando estudante foi crítico de cinema no rádio Belô e autor de teatro estudantil. Em política estudantil foi vice-presidente do DCE da UFMG. Sua militância clandestina se deu, sucessivamente, na Política Operária, Polop, no Comando de Libertação Nacional, Colina, na Vanguarda Armada Revolucionária, Var-Palmares e na Vanguarda Popular Revolucionária VPR, as mesmas organizações das quais foi militante o autor deste texto. Viveu entre Rio, São Paulo e Belo Horizonte na clandestinidade durante cinco anos, de 1969 a 1974, sem nunca ter sido preso. Foi dirigente da Colina, Var-Palmares e VPR e comandou ou participou de inúmeras ações de “expropriação bancária”, de apropriação de veículos, de atos de sabotagem, de guerrilha rural no Vale do Ribeira e de dois seqüestros de embaixador.

Embora declare que não se via como um heterossexual desde a adolescência, somente após os 29 anos é que se assumiu plenamente como homossexual. No período de militância e clandestinidade, reprimiu sua homossexualidade, em nome da missão que assumira e por razões de segurança. Esta conduta assexuada se estende até 1973. Somente após o desmoronamento da VPR em 1971 e após frustrarem-se completamente as possibilidades de re-estruturação de organizações revolucionárias em 1972, ano no qual sobrevivera escondendo-se erratically e de biscates, é que decide por uma mudança radical no comportamento homo-afetivo. Juntamente com um companheiro de organização chamado Cláudio, que lhe acompanhara nesta permanente fuga dos órgãos de repressão desde o fim de 1971, decide, no início de 1973, segundo suas próprias palavras “inventar um degredo a dois”, discutir a opção sexual de ambos e passarem a ter relações homossexuais.

Em setembro de 1974 consegue, em companhia de Cláudio, transpor a fronteira do Brasil com a Argentina, dando início a um exílio externo. Isto porque, segundo ele, no interno já se encontrava desde 1972. Inicia assim uma outra fase da vida que finalizaria com sua volta ao Brasil em 1982, quando consegue a permissão do governo brasileiro para retornar.

No exterior fez de tudo para sobreviver honestamente, trabalhando como garçom, massagista, jornalista, caixa, gerente, porteiro de saunas, “leão de chácara” e dançarino, inclusive. Regressando ao Brasil revela-se como escritor, participa da fundação do Partido Verde, milita em causas humanitárias e contra a discriminação de homossexuais. Descobrimo-se com Aids em 1986, Hebert Daniel define esta fase da vida como o terceiro exílio, que finaliza com sua morte em decorrência da enfermidade, menos de dois anos depois.

Hebert Daniel foi um revolucionário exemplar, pondo a causa que abraçara acima de qualquer apelo pessoal. Destacou-se pela bravura e pela serenidade com a qual se envolveu em inúmeras ações armadas, muitas das quais implicaram em combate e necessidade de “furar o cerco”. Não conheceu o medo, ou se conheceu não deixou transparecer. Poucos, muito poucos, heterossexuais,

estariam à sua altura como revolucionários. Tive a honra de conhecê-lo, em 1969, quando, em uma etapa de expansão nacional do Comando de Libertação Nacional, Colina, veio à Bahia avaliar a possibilidade de se iniciar ações armadas no estado.

### Considerações finais

Coragem, determinação nada tem a ver com escolha sexual e Madame Satã, famoso homossexual que enfrentava a polícia nos anos quarenta e cinquenta do século passado no bairro da Lapa no Rio de Janeiro, já havia provado isso. Durante o golpe de Estado de 1964 em Salvador, ocorreu a invasão da residência universitária com conseqüente prisão de cerca de cem estudantes, que foram levados para o 19º Batalhão de Caçadores. A este grupo juntaram-se outros que foram presos em suas residências. Uma semana depois se deu início aos interrogatórios que, em alguns casos, foram seguidos de espancamento. Eles aconteciam quando os interrogados negavam evidência de envolvimento e se recusavam a assinar documentos comprometedores. Dentre esses estudantes o que mais sofreu pressões e espancamento foi um universitário de direito e de ciências sociais José Luis Pamponet Sampaio, que era homossexual. Não obstante o que passou, Pamponet deu exemplo de coragem, não confessou nada e nem menos assinou nada comprometedor, encorajando os demais colegas a agirem da mesma forma.

A ser verdadeira a tese de que a condição de homossexual estaria dada pela hereditariedade, seria um *permanent trait*, segundo Dean Hamer, na grande loteria com milhões de possibilidades que é a composição genética com base na união de gametas paternos e maternos, o gene responsável pela atração sexual pelo semelhante, pelo mesmo sexo, o chamado gene *gay*, poderia estar associado com outros tantos que responderiam por infinitos outros atributos, passíveis de serem valorados como positivos ou negativos pelas convenções. Destarte, a condição de homossexualidade, dando-se crédito a uma determinação genética, pode estar associada ou não com outros genes responsáveis por maior inteligência, maior equilíbrio, maior caráter, maior generosidade, maior coragem, etc.<sup>7</sup> Então, não há qualquer base científica, comportamental ou de outra natureza nos preconceitos e nas crenças homofóbicas difundidos no interior dos movimentos revolucionários de cunho marxista que participaram da resistência armada à ditadura militar no Brasil.

### Notas

<sup>1</sup> Teóricos marxistas como Erich Fromm e Herbert Marcuse (1963 e 1974) falaram do sexo como uma convenção ou se referiram à opressão sexual da civilização judaico-cristã, que resultou em uma sociedade “polimorficamente perversa”. Os mesmos defenderam a tese de que os preceitos relativos à moral sexual são formas de opressão realizadas pela religião, pela civilização ocidental, judaico-cristã e que tal como o proletariado, os homossexuais seriam vítimas da sociedade.

<sup>2</sup> BEEVOR, A. *A batalha pela Espanha*. São Paulo: Record, 2007.

<sup>3</sup> GIBSON, I. *El asesinato de Garcia Lorca*. Madrid: Punto de Lectura, 2005.

<sup>4</sup> GIBSON, I; BEEVOR, A. *op. cit.*

<sup>5</sup> MORAES, V. *A nova antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>6</sup> DANIEL, H. *A passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Pasquim/ Codecri, 1982.

<sup>7</sup> PRACONTAL, M. *A impostura científica em dez lições*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

### Referências bibliográficas

#### 1) Livros

BEEVOR, A. *A batalha pela Espanha*. São Paulo: Record, 2007.

CÍCERO, A. e FERRAZ, E. *A nova antologia poética de Vinicius de Moraes*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2005.

## O HOMOSSEXUALISMO E A MILITÂNCIA REVOLUCIONÁRIA

---

DANIEL, H. *A passagem para o próximo sonho*. Rio de Janeiro: Pasquim/Codecri, 1982.

DANIEL, H e MICCOLLIS, L. *Jacarés e lobisomens*. Rio de Janeiro: Achiamé Soggi, 1983.

FROM, E. *The dogma of Christ and other essays on religion, psychology and culture*. Nova York: Holt, Rinehart & Winston, 1963.

GIBSON, I. *El asesinato de Garcia Lorca*. Madrid: Punto de Lectura, 2005.

MARCUSE, H. *Eros and civilization: a philosophical inquiry into Freud*. Boston: Beacon, 1974.

MORAES, V. *A nova antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PRACONTAL, M. *A impostura científica em dez lições*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

### 2) Sites

[www.lutasrevolucionarias.org.br/opressoes/opressoesmarxistas](http://www.lutasrevolucionarias.org.br/opressoes/opressoesmarxistas). Acesso em 07 de setembro de 2008.

Entrevista com Ruiz Barrachina diretor do filme *Lorca, el mar deja de moverse* no [www.folha.uol.com.br/fofaha/ilustrada](http://www.folha.uol.com.br/fofaha/ilustrada), 07/09/2008.

### 3) Filme

*Mourir à Madrid*, 1963.